

Maio de 2017

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	6
1.1 Continuaremos a bater-nos por melhores salários	6
1.2 O valor do trabalho digno	9
1.3 Trabalhadores querem melhoria de condições	10
1.4 Salário mínimo fixado em 22 mil kwanzas	11
1.6 Trabalhadores Angolanos reivindicam salario justo	11
1.7 Sindicalistas desqualificam reajuste salarial	11
1.8 Catoca impulsiona luta contra a pobreza	12
1.9 Inflação desce e país cai	14
1.10 Ministério da Família avalia programa de combate à pobreza	15
1.11 Agricultura familiar e quadros	15
1.12 Frango congelado e carne lideram aumento de preços em Luanda	17
1.13 Equiparação salarial	17
1.14 Inflação continua a descer	18
1.15 Inflação de terminar ano 50% acima da meta do Governo	19
1.16 Nova lei geral do trabalho é desafiante, traz obrigações ao trabalhador	20
1.17 A economia e a pobreza	21
1.18 Construção de infra-estruturas sociais reduz taxa de desemprego no Huambo	22
1.19 Produtos vigiados descem de preços	24
1.20 Banco económico lança contas dirigidas a jovens	24
2. MICROFINANÇAS	26
2.1 Malanje incentiva os jovens	26
2.2 Programa Avanço ajuda milhares de famílias	26
2.3 Agricultura e pecuária dominam crédito no BIC	27
2.4 Cabinda recebe crédito	28
3. MERCADO INFORMAL	30
3.1 Momentos difíceis das zungueiras em Luanda	30
3.2 Praça das Mulheres atrai cidadãos	31
3.3 A ironia do lixo e a venda ambulante	32
3.4 Mototaxistas solicitam mais apoio	32
3.5 Oeste-africanos "assaltam" actividade de moto-táxi em Luanda	33
3.6 Tudo o que um carro precisa a praça dos correios tem a pronto	34
3.7 Em busca do trabalho formar em Angola	35
3.8 Zunga em debate no memorial Agostinho Neto André Mussamo e Jacinto Figueiredo	37
3.8 Maruvo ou "N'samba": o negócio que sustenta muitas famílias no Uíge	39
3.10 Praças e pracinhas	40
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	41
4.1 INE quer crédito suplementar ao OGE	41
5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	42
5.1 Programa do MPLA elege autarquias como chave do desenvolvimento territorial	42

5.2	FAS capacita funcionárias da Administração Pública	44
5.3	Assembleia Nacional discute hoje Lei sobre o Poder Local	44
5.4	AN aprova legislação para criação de autarquias	45
5.5	Institucionalização das autarquias com voto unânime	45

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 48

6.1	Empreendedor propõe modelo de urbanização	48
6.2	Ministra defende maior participação da sociedade	48
6.3	Centralidade de Saurimo começa com 212 casas	49
6.4	Saurimo recebe nova centralidade dentro de 15 meses	50
6.5	Nova Fase do Kilamba nasce com parceira Público-Privado	50
6.6	Projeto maior constrói centralidades no País	53
6.7	Bairro da Juventude no Uíge abandonado a sua sorte	53
6.8	Mercado imobiliário acerta o passo	54

7. TERRA 59

1.1	Padre Wacussanga na Europa para denunciar desalojamentos em Angola	59
7.2	Em Angola não existe políticas de Terras	59
7.3	Bairro do Tchicofo foi construído de forma ilegal	61
7.4	IMOGESTIM desafia especialistas em construção civil com “prémios Kubikuz”	62
7.5	Moradores do Zango “confundem” medida cautelar com ganho da causa	63

8. SERVIÇOS BÁSICOS 64

8.1	Água potável chega as comunidades	64
8.2	Número de consumidores aumenta em Bula Atumba	65
8.3	Água Potável	65
8.4	Banco israelita vai financiar projetos do Grupo Mitrelli-Angola avaliados em USD 120 milhões	66
8.5	Água Potável (II)	67
8.6	Tanques de água ilegais desativados	67
8.7	Habitantes de Cassongue já consomem água potável	68
8.8	Programa Agua para Todos vai consumir USD 500 milhões	68
8.9	Água potável chega à vila e arredores de Lucala	69
8.10	Água Potável	70
8.11	A cegueira da EPAL	70
8.12	Moradores do bairro Huambo reclamam torneiras fantasmas	71
8.13	Benguela e Baía Farta substituem bombagem	71
8.14	Energia eléctrica e água canalizada em expansão no Huambo	72
8.15	Quatro centros de distribuição de água em construção	73
8.16	Mais água potável chega ao Cazenga	73
8.17	Bairros de Luanda registam melhoria no abastecimento	73
8.18	O acesso à água e ao saneamento básico em Angola ainda é deficitário	74
8.19	Elisal promete melhoria na recolha de lixo	75
8.20	Resíduos sólidos transformados em electricidade	75
8.21	Elisal promete melhoria na recolha de lixo	76
8.22	A ironia do lixo e a venda ambulante	76
8.23	Balneários públicos em estado de degradação	77
8.24	Sistema energético reforçado	78
8.25	Talatona e poucos serviços básicos	79
8.26	ENDE obriga populações a pagar taxa de lixo de quatro meses	79

9. GÉNERO E VIOLENCIA 81

9.1	Administrador apela a denunciados criminosos	81
9.2	Marginais intensificam maldade no Kikolo	81
9.3	Marginais aterrorizam moradores da Sapú II	82

10. AMBIENTE **83**

10.1	Ministério defende existência de investigação jornalística na área ambiental	83
10.2	Deficiências na lei e fiscalização quase inexistente aumentam negócio ilícito de madeiras	83
10.3	Saurimo tem novo polígono florestal	84
10.4	Famílias da região de Belize receberam apoio do governo	85
10.5	Sete mil pessoas em situação de fome extrema nos Gambos	85
10.6	Fiscais ambientais melhoram conhecimentos	86

11. MIGRAÇÃO **87**

11.1	Pessoas detidas por violação de fronteira	87
11.2	Imigrantes africanos «mandam» em Luanda	87
11.3	Estrangeiros repatriados por violação das normas	89
11.4	Autoridades da Lunda norte garantem protecção aos refugiados	90
11.5	Mais de um milhão de estrangeiros ilegais vivem em Angola	90
11.6	Refugiados: ONU quer Governo a declarar situação de emergência na Lunda - Norte	92

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA **94**

12.1	Catoca contribuiu em 2016 com 86% da produção diamantífera nacional	94
12.2	Pólo de Desenvolvimento Mineiro vai reduzir as assimetrias regionais	95
12.3	Produção diamantífera supera as expectativas	96
12.4	Rochas ornamentais aumentam receitas fiscais na ordem dos 65,08%	97
12.5	Parceira russa nas minas	97
12.6	Cooperativas exploram diamantes	98
12.7	Venda de diamantes rende mais de USD 250 milhões a Angola	99
12.8	Produção de Diamantes em Março resulta em USD 90 milhões	100
12.9	Comissão multisectorial analisa reassentamento	100
12.10	Endiama e Alrosa assinam contrato para investimento na mina do Luaxe	101

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Continuaremos a bater-nos por melhores salários

Jornal de Angola

01 De Maio de 2017

Texto: Edivaldo Cristóvão

A situação do desemprego, ajuste salarial, despedimentos e sanções de processos disciplinares sem justa causa, segurança e saúde no trabalho e aposta contínua na formação profissional são as principais inquietações a serem apresentadas hoje pelas organizações sindicais, durante a realização de manifestações em alusão ao Dia Internacional do Trabalhador.

As manifestações que acontecem em todo o país visam persuadir o Executivo a satisfazer as preocupações da classe dos trabalhadores. Para este efeito a UNTA- Confederação Sindical realiza em Luanda, uma marcha que começa às 9h00, com ponto de partida no José Pirão e que termina no Largo da Independência.

Os sindicalistas vão dar a conhecer as suas principais inquietações, centradas na estabilidade do emprego, uma preocupação que resulta da extinção de muitos postos de trabalho devido à crise económica e financeira que o país vive actualmente. O secretário-geral da UNTA -CS, Manuel Viage, afirmou ao Jornal de Angola, que nos últimos dois anos mais de 70 mil pessoas perderam o emprego, fundamentalmente nos sectores da Construção, Comércio, Transportes e Indústria.

As causas dos despedimentos são devidas à crise que o país vive, relativamente ao encerramento de muitas empresas e da capacidade financeira. Manuel Viage espera a participação de dez mil trabalhadores na manifestação de Luanda.

As declarações a apresentar nas manifestações sobre as inquietações dos trabalhadores angolanos para este ano têm como foco os casos de despedimentos, as suas consequências e repercussões sociais. O secretário-geral da UNTA-CS considera que é através do rendimento salarial que as famílias conseguem garantir o seu sustento e resolver muitos problemas. Por isso, quando se perde o emprego, a

situação torna-se preocupante, com riscos de causar uma crise social.

A UNTA-CS pede ao Executivo para intervir junto das empresas públicas e privadas para a diminuição dos casos de despedimento, que podem pôr em causa a paz social no país. Uma das medidas que deve ser tomada é a implementação do subsídio de desemprego.

O INSS pode desempenhar um papel fundamental para atenuar a carência dos desempregados, facilitando o pagamento de pensões aos contribuintes com mais de 15 anos de trabalho e que perderam o emprego por situações alheias à sua vontade. Outra questão que inquieta a organização sindical é o ajustamento salarial, porque é incompatível com o custo de vida actual do país. Deste modo, as entidades empregadoras devem dar maior valor à mão-de-obra nacional.

Os sindicalistas, entre outras medidas do Executivo, aplaudem o Decreto Presidencial que este ano passou a valorizar o trabalho doméstico, dando a possibilidade de inscrição no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e com as mesmas regalias de um trabalhador comum. Existem três centrais sindicais, que têm lutado pela defesa e protecção dos trabalhadores angolanos, nomeadamente a UNTA-CS, CGSila e a Força Sindical.

A União dos Sindicatos de Luanda engloba 1 li associações sindicais, representando 88.331 filiados, e integra a UNTA – Confederação Sindical. A UNTA-CS, fundada a 16 de Abril de 1960, controla 13 sindicatos e 78.477 trabalhadores.

A UNTA-CS surgiu com o objectivo de reivindicar as condições de trabalho de todos os angolanos.

A UNTA-CS manteve-se graças à visão estratégica dos seus líderes de aliar a luta sindical e de libertação. As revoltas que aconteceram ao longo dos anos não tiveram apenas uma base política, mas também sindical já que resultaram das péssimas condições de trabalho e salarial.

A associação sindical teve um papel importante para ajudar a manter as empresas no período pós Independência. Actualmente, os objectivos da confederação centram-se na estabilidade do emprego, nos salários justos e compatíveis com o custo de vida, justiça laboral e liberdade sindical. A UNTA -CS pretende ser mais interventiva, capaz de chegar ao trabalhador através das suas estruturas de base, dar competências aos trabalhadores no sentido de interiorizarem os seus deveres e direitos e lutarem

para que os direitos consagrados por lei possam ser conquistados.

Apesar das dificuldades vividas, a UNTA-CS reconhece o esforço do Executivo em procurar melhorar as condições de trabalho de todos. "Mas nem tudo ainda está resolvido, continuamos num processo de luta para manter o equilíbrio", disse Manuel Viage.

Data histórica

O Dia Internacional do Trabalho é comemorado a 1 de Maio em vários países do mundo, decretado como feriado nacional. A data é dedicada à realização de festas, manifestações, passeatas, exposições e eventos reivindicativos e de consciencialização.

A história do Dia Internacional do Trabalho remonta ao ano de 1886 na industrializada cidade de Chicago (EUA). Nesse dia, milhares de trabalhadores foram às ruas reivindicar melhores condições de trabalho, entre elas, a redução da jornada de trabalho de 13 para oito horas diárias. Durante o período de reivindicação houve um conflito que envolveu a Polícia e trabalhadores que provocou a morte de alguns manifestantes. Este facto gerou revolta. No dia 4 de Maio, num conflito de rua, manifestantes atiraram uma bomba aos Polícias e provocou a morte de sete deles. O resultado desta confusão causou a morte de 12 manifestantes e dezenas de pessoas feridas.

Foram dias marcantes na história da luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Para homenagear aqueles que morreram nos conflitos, a Segunda Internacional Socialista, ocorrida na capital francesa em 20 de Junho de 1889, criou o Dia Internacional do Trabalhador, a ser comemorado no dia 1 de Maio de cada ano.

Melhores condições

O Executivo nos últimos anos tem dado sinais positivos sobre a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. O Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) definiu para este ano um plano de actividades caracterizado por "circunstâncias específicas", dando maior atenção e expansão ao Sistema Nacional de Formação Profissional e à aplicação de uma nova arquitectura remuneratória para a economia e as empresas.

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientou recentemente, numa reunião da Comissão Económica do Conselho de Ministros, a aplicação de uma nova arquitectura remuneratória para a economia e as empresas, assente, como critério

determinante, na especialidade técnico - produtiva ou operacional da actividade da empresa e não apenas na apresentação e importância do nível académico.

Para o efeito, os ministérios da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social e da Economia têm realizado encontros para melhor abordagem dessa matéria.

A experiência-piloto começa com acções de estudo e adopção de instrumentos de operacionalização do novo modelo de remuneração, através dos qualificadores ocupacionais, regulamentos internos, tabela de valorização de funções e estrutura salarial das empresas seleccionadas.

O MAPTSS pretende promover a aplicação das políticas activas de emprego nos sectores primários e secundários da economia, através das micros, pequenas e médias empresas de fomento do auto-emprego e do empreendedorismo.

O Executivo estabeleceu como objectivo estratégico, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 -2017, a promoção do crescimento do aumento de emprego e de diversificação económica, em que se pretende incentivar a criação de emprego produtivo, qualificado e remunerador para todos os angolanos em idade activa e incentivar a formação profissional ao longo da vida, estimular a modernização do mercado de trabalho, entre outras medidas.

No período entre 2013 e 2016 foram registados 886.440 empregos gerados no sector da actividade económica, tanto empresarial como na função pública.

O sector da Energia e Aguas foi o que mais gerou postos de trabalho neste período, com um total de 199.339, seguido pelo Comércio com 169.897, Transportes com 140.151, Indústria e Geologia e Minas com 103.670. Na Administração Pública os projectos de geração de emprego permitiram colocar no mercado de trabalho 13.754.

Resultados definitivos do Censo lançados em 2015 definem que a população economicamente activa começa no patamar dos 15 anos. Em 2004, a taxa de ocupação era de 53 por cento, sendo 61 por cento para os homens e 45 por cento para as mulheres. Geograficamente, a província do Cuanza Sul assinala a taxa mais elevada, com 62 por cento, seguida de Malanje com 60 por cento. Lunda Sul e Cunene apresentam as menores taxas de ocupação, com 38 e 39 por cento, respectivamente.

Dados do Censo indicam que 42,2 por cento da população activa trabalha no sector primário, que

inclui a Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca.

O sector secundário tem uma ocupação de 6, 1 por cento, nos sectores da Indústria, Construção, Energia e Águas. O sector terciário emprega 26,2 por cento da população activa nos Transportes, Comunicações, Comércio, Finanças e serviços administrativos.

Em 2014, a taxa de emprego em Angola era de 40 por cento. As províncias do Cuanza Sul e Malanje apresentam as taxas mais altas.

A Agricultura e Pesca são as actividades económicas que geram mais empregos no país, com 70 por cento de ocupação, concentrando-se sobretudo na província do Cuanza Sul. Luanda tem como sectores predominantes o Comércio com dez por cento, actividades administrativas e serviços com oito por cento, Transportes e Construção com sete por cento, e Armazenagem e Comunicação com seis por cento.

População desempregada

A taxa de desemprego representa a amplitude da força de trabalho disponível e não utilizada no país.

São consideradas desempregadas todas as pessoas com 15 ou mais anos de idade que se encontram simultaneamente nas situações seguintes: Não trabalhou ou não tem trabalho, estava disponível para trabalhar e procurou mas não conseguiu. De acordo com o Censo, o cálculo da taxa de desemprego utilizando as definições da Organização Internacional do Trabalho (OIT) tende a subestimar o desemprego nos países em desenvolvimento. Assim, onde se verifica uma grande intensidade de actividade económica de carácter informal, a maioria das pessoas trabalha na conta própria e pratica alguma actividade para a sua subsistência e do seu agregado familiar. Neste contexto, Angola utilizou o conceito flexível, que suprime o terceiro critério de "procura de emprego".

Em 2014, a taxa de desemprego abrangia 1.739.946 pessoas, o que corresponde a 24 por cento da população. A taxa de desemprego atinge sobretudo a população jovem entre os 15 e 24 anos. As taxas mais elevadas de desemprego verificam-se nas províncias da Lunda Sul e Lunda Norte com 43 e 39 por cento, respectivamente.

Benguela e Cuanza Sul apresentam as taxas mais baixas com cerca de 14 por cento cada.

Lei Geral do Trabalho

A nova Lei Geral do Trabalho que entrou em vigor a 13 de Setembro de 2015 tem contribuído significativamente para a promoção do

desenvolvimento económico e a justiça social, compaginada com a realidade económica, social e cultural do país.

Especialistas consideram que o novo diploma é equilibrado porque garante o rendimento do trabalhador. No contrato de trabalho apresenta algumas alterações, cuja duração por tempo determinado nas grandes empresas passou para cinco anos, em vez dos três estabelecidos anteriormente. Nas pequenas, médias e micro empresas a duração pode ir até dez anos.

Quanto ao princípio da igualdade do tratamento, os trabalhadores com contratos por tempo determinado e indeterminado têm as mesmas condições, estando sujeitos ao mesmo regime jurídico-legal em relação aos direitos e obrigações, bem como ao salário, férias, pagamento de ordenados, 13.0 mês e subsídios de protecção social.

Despedimentos e indemnizações

A Lei Geral do Trabalho não altera o regime de cessação da relação jurídico-laboral. Tudo está em conformidade com a lei anterior. No caso de morte, reforma, falência ou insolvência do empregador, caso fortuito ou de força maior que impossibilite a prestação do trabalho, ocorre a extinção do contrato, mas o mesmo pode acontecer por razões disciplinares, quando é aplicada a medida de despedimento.

O regime dos contratos especiais é regulado por Decreto Presidencial.

Geralmente acontecem em casos de trabalhos como o dos serviços prisionais, actividade desportiva profissional, espectáculos públicos e culturais, contratos de estágio, aprendizagem e a bordo de embarcação.

A fixação do montante da indemnização é condicionada à dimensão das empresas e sua capacidade financeira.

Protecção social

A inclusão de todas as empresas e de todos os trabalhadores na segurança social é, actualmente, um dos principais desafios do Sistema de Protecção Social Obrigatória. O Executivo tem como preocupação central assegurar o futuro dos cidadãos de acordo com o esforço que estes fizeram durante a vida activa.

As empresas são chamadas a inscrever os seus trabalhadores e a pagar as contribuições atempadamente, para que os filhos tenham no futuro

a segurança que merecem. Por isso, é essencial a participação de todos para a construção de um sistema de segurança social seguro.

Em termos económicos, a segurança social garante a manutenção do poder de compra dos trabalhadores após a reforma. Os principais compromissos da segurança social têm sido honrados: o pagamento das prestações sociais da reforma, maternidade, aleitamento e abono familiar.

A segurança; higiene e saúde no trabalho têm uma importância decisiva na melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e, conseqüentemente, no desenvolvimento económico das empresas e da sociedade. Para minorar os riscos em acidentes de trabalho, o Executivo tem obrigado as empresas a terem preocupação permanente na problemática dos riscos profissionais.

Em Angola o sistema de segurança, higiene e saúde no trabalho tem dado sinais de desenvolvimento que garantem melhor saúde e qualidade de vida dos funcionários. Desde 2010, o número de exames médicos realizados é de mais de 151.000.

Nova arquitectura salarial

O Executivo realiza um estudo que vai definir a nova arquitectura das remunerações na economia e nas empresas públicas. O plano vai ser aplicado de forma faseada em quatro sectores produtivos, nomeadamente, Agricultura, Energia e Aguas, Transportes e Indústria.

O programa determina a distribuição salarial de cada trabalhador através da especialidade técnica produtiva ou operacional da actividade na empresa e não apenas pela apresentação ou importância do nível académico.

A nova arquitectura salarial vai dar particular privilégio a uma remuneração superior para funções ligadas directamente às actividades produtivas das empresas. O estudo tem como objectivo a valorização da mão-de-obra especializada.

1.2 O valor do trabalho digno

Jornal de Angola
01 De Maio de 2017

Hoje, comemora-se em todo o planeta o Dia Internacional do Trabalhador, uma efeméride que, em muitos casos, antecede e sucede na sequência de uma série de reflexões sobre o trabalho, o respeito pela legislação laboral por parte de empregado e empregadores as condições de acesso, a formação.

Ao longo de vários séculos o movimento trabalhista um pouco por todo o mundo, conseguiu importantes conquistas através da luta incessante das associações sindicais e da modernização e humanização das condições de trabalho.

Numerosas etapas foram ultrapassadas e direitos importantes conquistados, facto que permite hoje admitir que é possível e viável a negociação, a concertação e a consulta permanente entre todos os intervenientes quando se trata do trabalho.

É verdade que, hoje, as relações laborais tendem a ser afectadas devido á degradação da situação económica e financeira em todo o mundo, resvalando milhares de pessoas para o desemprego, para os empregos precários e outras formas menos dignas de trabalho. Numerosas formas tradicionais de trabalho estão a dar lugar a novas realidades, ao aparecimento de novos agentes económicos e de novas formas de organização produtiva que estão a alterar profundamente o mercado de trabalho.

Todas estas mudanças são sempre bem-vindas se, como esperamos, envolverem diversificação e maior oferta de empregos, bem como benefícios e vantagens para todos.

Muitos Estados debatem-se hoje com desafios para a valorização do factor trabalho em detrimento de uma visão mais economicista que relega o labor para uma condição de inferioridade em relação ao capital. Depois de importantes conquistas por parte do movimento sindical e dos trabalhadores, é importante que os direitos adquiridos se sobreponham às tentativas para transformar o trabalhador em simples instrumento.

Em Angola, felizmente, temos uma realidade estável e com assegurada sustentabilidade no que diz respeito ao mercado de trabalho Legislação e relações entre todos os actores, embora haja o desafio para que as coisas sejam ainda melhor.

Nos últimos anos, Angola registou um número crescente de empresas graças ao empenho do Estado, através do apoio institucional e estímulos fiscais.

O país tem um historial de protecção do trabalho, dos trabalhadores e das relações laborais que precisa de ser preservado à luz das reformas e realidade que Angola conhece a cada dia que passa. Atendendo à relação aparentemente desigual, envolvendo empregador - empregado, não é exagerado esperar que as instituições do Estado façam o devido acompanhamento por via do funcionamento de um sistema de inspecção ao trabalho e outros mecanismos. Em muitos aspectos, a certificação

sobre as condições laborais, sobre o cumprimento da legislação laboral e a prevenção contra danos no ambiente de trabalho, apenas para mencionar estes exemplos, devem estar asseguradas e devidamente escrutinadas. É fundamental que tenhamos um sistema de inspecção do trabalho à altura das mudanças que testemunhamos ao nível do mercado de trabalho e do funcionamento de muitas empresas. Para bem das condições em que se realiza o trabalho em Angola, nada melhor que ensaiar um conjunto de passos que permitem disciplinar, corrigir e, muitas vezes, punir os que insistem em violar as regras laborais angolanas. As questões de segurança, higiene, condições para executar o trabalho, precisam de ser regularmente inspeccionadas para se conferir maior responsabilização tanto dos patrões, como dos empregados.

Num dia como hoje, pretendemos que as empresas, quer sejam maiores, pequenas, médias ou grandes, com o trabalho e empenho dos seus trabalhadores, continuem a ser os vectores fundamentais de geração de riqueza, progresso do país e bem-estar das famílias. Insistimos na necessidade do ambiente de trabalho, dos laços entre os empregadores e os representantes dos trabalhadores, nomeadamente as associações sindicais, permitir conciliar interesses, permitir antecipar reivindicações que tendem a resvalar para greves, permitir a abertura indispensável para que tudo corra bem. Para tal é indispensável que haja capacidade de liderança, coragem e grande aptidão e inclinação para o diálogo e concertação porque, como é fácil de notar, tais predicados ajudam a amenizar o eventual ambiente de crispção entre empregados e empregadores,

São estas, entre muitas outras reflexões, que devem ser feitas num dia como O de hoje em que os trabalhadores, via de regra, fazem numerosas avaliações sobre as suas condições de trabalho e sociais, não raras vezes com reduzida satisfação. Mas ainda assim auguramos um feliz dia do trabalhador a todos os angolanos, na certeza de que os actuais desafios e problemas enfrentados pela classe trabalhadora vão ser gradualmente resolvidos à medida que melhore a situação económica do país. Para isso, precisamos de continuar a encarar e trabalhar e a dedicação como as únicas vias através das quais o crescimento do rendimento nacional venha a incidir sobre justa redistribuição porque todos ansiamos.

1.3 Trabalhadores querem melhoria de condições

Jornal de Angola

03 De Maio de 2017

Texto: Filipe Da Silva

Trabalhadores dos sectores públicos e privados da província do Huambo exigiram ontem, durante a marcha em alusão ao 10 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador o reajuste dos salários e melhores condições laborais.

A marcha, que decorreu sob o lema "Reforcemos o poder dos trabalhadores, para a defesa do emprego e salários dignos", reuniu mais de 20.000 trabalhadores que, logo às primeiras horas, acorreram à Praça Doutor António Agostinho Neto. a desfile terminou ao meio dia no Largo Saydi Mingas.

No final da marcha, o governador provincial, João Baptista Kussumua, felicitou a organização e os sindicatos que, apesar das dificuldades, conseguiram manter a ordem e fazer com que milhares de trabalhadores inundassem as avenidas da cidade e defendessem os seus interesses e os das suas famílias. João Baptista Kussumua disse não ser fácil reunir mais de 20 mil pessoas numa única praça, r quando O país e a província vivem dificuldades, em defesa da dignidade e dos interesses colectivos dos trabalhadores e filiados nos sindicatos. "Nós somos governantes e tomamos boa nota para que, efectivamente, a vida das famílias possa se adequar às preocupações e desejos dos nossos.

Trabalhadores. Importa lembrar que estamos no país que vive o pós-conflito e que tem estado a organizar as instituições. Avançamos para a solidariedade e para a afirmação das nossas instituições e há ainda muita coisa que temos de organizar", disse o governador.

a governador provincial tranquilizou os trabalhadores e disse que o país ainda não está em condições de resolver tudo, mas algum esforço tem sido feito no sentido de se ultrapassar tal problemas.

a presidente da União dos Sindicatos do Huambo, Adriano dos Santos, lembrou que a actual conjuntura internacional é caracterizada por uma ação coordenada dos trabalhadores e o 10 de Maio constitui o símbolo maior dessa luta que deve ser feita por solidariedade.

I.4 Salário mínimo fixado em 22 mil kwanzas

Novo Jornal

05 De Maio de 2017

O salário mínimo no país está fixado desde Junho de 2014 nos 22.504,50 kwanzas para trabalhadores do comércio e da indústria extractiva. Mais reduzido, apesar da actualização então aprovada, é o valor mínimo mensal para os sectores dos transportes, dos serviços e das indústrias transformadoras, fixado em 18.754,00 kwanzas e para o sector da agricultura, 15.003,00 kwanzas. O Conselho de Ministros aprovou desta forma «um conjunto de decretos presidenciais que reajustam o salário da função pública», bem como o salário mínimo nacional único, salário mínimo para os grandes agrupamentos económicos e as pensões da protecção social obrigatória, «com vista a melhorar o nível de rendimento dos trabalhadores» A.P.

I.6 Trabalhadores Angolanos reivindicam salario justo

Novo Jornal

05 De Maio de 2017

Texto: António Paulo

A situação laboral dos trabalhadores angolanos tem-se deteriorado de forma drástica, assistindo-se, cada vez mais, a um elevado número de despedimentos nas empresas, de acordo com sindicalistas que defendem a mudança do paradigma para se mitigar o "efeito socialmente perverso" sobre as famílias.

Por quase todo o país, e à semelhança do resto do mundo, trabalhadores angolanos saíram à rua, nesta segunda-feira, 1 de Maio, para exigirem do governo um compromisso para a estabilidade dos empregos e salários compatíveis para fazer face ao alto custo de vida que se enfrenta.

Em Luanda, os sindicatos dos trabalhadores da Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Tecnologia e Comunicação Social, entre outros, promoveram uma marcha cívica para, de viva voz, fazerem ouvir as suas reclamações comuns.

A marcha partiu da avenida Manuel Van-Dúnem e culminou no Largo da Independência, em Luanda. Na ocasião, o secretário-geral da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos Confederação Sindical (UNTA-CS), Manuel Viage, reconheceu que os salários dos trabalhadores Da função pública há muito perderam o real poder de compra devido à inflação.

"Esperamos que sejam tomadas medidas de natureza económica que possam valorizar o salário real e uma correcta gestão e fiscalização das actividades dos operadores económicos, afirmou, sublinhado que as grandes preocupações dos trabalhadores se centram na melhoria das condições de trabalho, remuneração justa, estabilidade do emprego e no poder de compra.

Já o funcionário público João Pedro lembrou que a família é o núcleo básico da sociedade e, por isso, defendeu uma maior atenção aos trabalhadores para que estes possam dedicar-se mais às suas famílias por forma a combater as causas que levaram à desestruturação económica e social de várias famílias e promover a paz social".

No Kwanza-Norte, a secretária provincial adjunta da UNTA, no Golungo Alto, Catarina Manico, defendeu a necessidade dos sindicatos aprimorarem todas as formas de diálogo social e de reivindicação, com vista a resgatar o direito dos trabalhadores, enquanto criadores da riqueza nacional.

Sublinhou que os sindicatos têm insistido com o governo e entidades patronais no sentido de agilizarem a implementação de políticas e medidas que visam a institucionalização imediata do subsídio do desemprego e a criação de condições para converter o mercado informal em formal.

Catarina Manico sugeriu ainda a utilização de créditos para incentivar a diversificação da produção nacional e a criação de empregos dignos, para a promoção de um ambiente de negócios mais atractivo, com menos burocracia e, sem corrupção. " Deve cessar o encerramento de empresas de forma irregular e combater a inflação para a melhoria do poder de compra", observou a sindicalista, citada pela Angop.

I.7 Sindicalistas desqualificam reajuste salarial

Novo Jornal

05 De Maio de 2017

Texto: António Paulo

Os funcionários públicos poderão conhecer um incremento nos seus ordenados, entre os 5 e 13 por cento, a partir do mês de Junho. O Governo aprovou, em reunião do Conselho de Ministros, um aumento «gradual» dos salários na função pública, com base na «diferenciação positiva», favorável para quem recebe menos, informou fonte do Executivo no mês de Abril.

A informação saída da referida reunião, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos

Santos, refere que a aprovação destes aumentos resulta do «quadro da política do Executivo de incremento gradual do salário da função pública com base na diferenciação positiva, concedido maiores incrementos às categorias mais baixas, complementada com o aumento da oferta de bens. Entretanto, sindicalistas reprovaram a medida do governo, defendendo aumentos de salários e "não reajustes". Para o SINPROF, "não se trata de aumento, mas tentativa de reajuste". Para os trabalhadores só seria um reajuste se fosse igual à taxa de inflação, que é superior a 40 por cento. Os governantes deveriam abdicar dos três por cento e cortar as gorduras do peso do Executivo, isto é diminuir a sua composição em tempo de crise e encaminhar recursos para a Educação e Saúde", afirmou Guilherme Silva.

Por sua vez, o secretário provincial da União dos Sindicatos de Malanje, António José, referiu que a percentagem que se prevê do aumento nos salários da função pública "não fará muita diferença com os salários actuais". Por isso, o sindicalista defendeu a necessidade do Executivo negociar com os sindicatos para encontrarem mecanismos que possam melhorar a vida do trabalhador nacional. "São os trabalhadores que fazem a riqueza do país, então não há necessidade de receberem, como recompensa do trabalho, salários que muitas vezes nem chegam para cobrir as despesas da cozinha", disse à Angop o secretário provincial da União dos Sindicatos de Malanje.

1.8 Catoca impulsiona luta contra a pobreza

Jornal de Angola

8 De Maio de 2017

Texto: André Anjos

Alinhada com as políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade de vida da população, a Sociedade Mineira de Catoca transformou o seu programa de responsabilidade social numa verdadeira ferramenta de combate à fome e à pobreza. Além de ajudar na satisfação das necessidades de hoje, a empresa diamantífera prepara as comunidades à sua volta para os desafios de amanhã.

Essencialmente dirigidos às comunidades envolventes, os projectos inseridos no programa de responsabilidade social da Sociedade Mineira de Catoca variam em função das necessidades do grupo alvo, diz Flávio Fernandes, o chefe do Departamento de Sustentabilidade da empresa diamantífera.

Para aquelas localidades que ficam distante de serviços essenciais, como a Educação e a Saúde, a empresa cria-os localmente. No bairro Ngando, por exemplo, que fica a 45 quilómetros da sede da empresa, a distância justificou a construção de uma escola e um posto médico, para evitar que a população tivesse de procurar serviços de saúde ou de educação longe de casa, já no bairro Sambaia, que fica a escassos quilómetros da entrada do complexo residencial, a Sociedade Mineira de Catoca dispôs a construção de uma unidade sanitária, devido à proximidade entre a aldeia e a sede da empresa onde funciona uma clínica aberta à população, mas construiu uma escola primária para evitar que as crianças percorressem longas distâncias para estudar.

Mas Sambaia e Ngando são apenas duas de um universo de 12 aldeias que circundam o complexo da Sociedade Mineira de Catoca. Somado, o número de crianças em idade escolar desses bairros ronda os cinco mil. E porque todas estudam, têm direito a batas, merenda escolar e material didáctico, tudo pago pela empresa.

A introdução da merenda escolar no pacote de assistência às comunidades, explica Flávio Fernandes, persegue, entre outros objectivos, a redução da taxa de abandono escolar e o melhoramento dos índices de aproveitamento. O lanche é parte de um programa anual de apoio à Educação, que inclui a distribuição de batas e material escolar.

De todos os projectos inseridos no programa de responsabilidade social da Sociedade Mineira de Catoca, o da merenda escolar é o mais abrangente. A par das comunidades envolventes, beneficia outras escolas da cidade de Saurimo. Basta ver que das cerca de 22 mil unidades confeccionadas por dia, apenas cinco mil ficam para os "filiados" de Catoca.

Os projectos inseridos no programa de responsabilidade social da Sociedade mineira Catoca estendem-se a outras áreas. No domínio das águas, a empresa criou sistemas de captação, tratamento e distribuição. Mas, em algumas aldeias por onde passou a reportagem do Jornal de Angola, já só restam equipamentos inoperantes.

A Saúde é outra área em que a população está relativamente bem servida. Em algumas aldeias foram erguidos postos médicos. Mas todas elas têm acesso à assistência médica e medicamentosa na clínica da empresa.

Em serviço desde 2012, a unidade sanitária é gerida actualmente pela Clínica Sagrada Esperança, cujo convénio inclui a transferência de pacientes para Luanda. Aqui, além dos trabalhadores e seus

familiares, os integrantes das comunidades têm acesso a tratamento e medicação. Com capacidade para 150 consultas externas por dia e dez camas para internamento, a Clínica comporta 'um banco de urgências, serviços de ortopedia, cirurgia, oftalmologia, otorrinolaringologia e radiologia.

Olhando para trás, os responsáveis da companhia diamantífera notam que muita coisa melhorou na vida das comunidades. Mas reconhecem que há espaço para mais. O chefe do Departamento de Sustentabilidade da Sociedade Mineira de Catoca aponta 2017 como um ano de viragem. "Isso não tem nada a ver com as eleições", apressa-se a dizer.

Ao longo dos anos, conta Flávio Fernandes, a intervenção da empresa foi "excessivamente assistencialista", quando, na verdade, era necessário - e é - preparar as comunidades para a resolução dos seus problemas de forma sustentável.

O desafio da empresa agora é, como nos conta Flávio Fernandes, envolver a comunidade na resolução dos seus problemas, o que implica dota-los de rendimentos. Para começar, a Sociedade Mineira de Catoca pôs em marcha um projecto de requalificação de algumas aldeias;

Requalificação de aldeias

Ainda em fase invisível, o projecto tem já a anuência das comunidades e do governo provincial de quem se espera apenas a emissão do título de direito de superfície. O estudo envolveu sociólogos e antropólogos para permitir que as intervenções de modernização respeitem os elementos tradicionais da cultura Tchokwe.

O projecto está em fase de quantificação para se apurar o orçamento. Flávio Fernandes é peremptório quando afirma que o projecto arranca este ano. São três aldeias que vão ser reduzidas a uma para evitar dispersão de meios e ajudar as comunidades a organizar-se em cooperativas e associações.

Paralelamente à requalificação de aldeias, o Departamento de Sustentabilidade da empresa diamantífera promove a criação de associações e cooperativas de camponeses nas comunidades, com a finalidade de fazer de cada comunidade um pequeno pólo de agro-pecuário.

No domínio da pecuária a aposta recai para os mamíferos de pequeno porte, sobretudo porcos, cabritos e ovelhas. Na agricultura tudo aponta para a massificação do cultivo de mandioca, sem prejuízo a outras culturas. Para integrar as cooperativas basta manifestar interesse. Os meios de produção, as sementes, os fertilizantes e todos os equipamentos

necessários são garantidos integralmente pela Sociedade Mineira de Catoca.

Além dos meios de produção, a Sociedade Mineira de Catoca vai garantir às cooperativas e associações de camponeses assistência técnica, através de especialistas em agronomia e veterinária. Os projectos em carteira podem levar à revisão em alta dos valores anualmente reservados para projectos comunitários: cerca de um milhão e quinhentos mil dólares.

Responsabilidade interna Com 2230 trabalhadores, a Sociedade Mineira de Catoca é, depois da função pública, o segundo maior empregador na província da Lunda Sul. Inserida entre os grandes contribuintes fiscais, a empresa tem uma importância estratégica no mercado de trabalho.

O programa de responsabilidade social da empresa tem uma componente interna, reservada aos trabalhadores e respectivas famílias. Aqui entram, além da assistência médica, seguro de saúde para o trabalhador e quatro membros de família e seguro de vida exclusivamente para o trabalhador. Somados, trabalhadores e familiares, totalizam mais de dez mil segurados, com os quais a empresa gasta anualmente perto de nove milhões de dólares.

Mas no quadro do programa de responsabilidade social da empresa, o projecto de bandeira é hoje a vila residencial Sagrada Esperança, erguida entre a cidade de Saurimo e o complexo de Catoca. A meio das duas localidades.

A vila não tem a imponência da cidade do Kilamba ou do Sequele, mas em Saurimo distingue-se de outras construções, pela sua dimensão, ordenamento interno, arruamentos, árvores ornamentais, enfim, pelos seus traços de urbanidade e modernidade. Inicialmente concebida para três mil casas e diversos equipamentos sociais, a vila resume-se hoje a 450 apartamentos do tipo T3, T4, um escola do ensino Primário e I Ciclo, com 12 turmas, uma esquadra da Polícia, um posto médico e algum comércio de cantina.

Apesar das alterações, dos cortes no número de casas e estabelecimentos e de algumas falhas técnicas que a empreiteira chinesa mal conseguiu disfarçar, a Vila Sagrada Esperança é ainda o projecto social melhor conseguido a nível do Catoca.

Das 450 casas erguidas, algumas estão por acabar. Parte das 320 já concluídas passou para o património imobiliário da empresa, para trabalhadores em comissão de serviço e ou em situações similares.

As restantes casas estão abertas a concurso. Para facilitar a vida dos trabalhadores, a empresa estabeleceu um convénio com um banco comercial que financia a compra de casas para os colaboradores da companhia.

Admitindo que a Vila Sagrada Esperança pode não absorver todos os necessitados, a Sociedade Mineira de Catoca adquiriu já uma parcela adicional de quatro hectares para auto-construção dirigida. Aos interessados, de acordo com Flávio Fernandes, a empresa vai apoiar com inertes para a construção e na preparação dos terrenos.

A Sociedade Mineira de Catoca é uma empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes, constituída pela estatal Endiama, Alrosa (Rússia), Lev Leviev International-LU (China) e Odebrecht (Brasil).

Além do kimberlito de Catoca, o quarto maior do mundo a céu aberto, a empresa é accionista maioritária em concessões como a do Luemba, Gango, Quitúbia, Luangue, Vulege, Tcháfua e Luaxe.

A empresa responde por mais de 70 por cento do diamante extraído no país. Em 2004 iniciou um processo de prospecção que culminou em Abril deste ano com a inauguração de uma nova mina. Designada CATE 42, a mina tem reservas estimadas em 5,45 milhões de toneladas, o equivalentes a 4,5 milhões de quilates.

Com capacidade para 4.500 quilates nos próximos quatro anos, a CAT E 42 fica a oito quilómetros da antiga jazida. Todo o trabalho de prospecção da nova mina é assegurado pelo Departamento de Geologia da Sociedade Mineira de Catoca, que integra especialistas de diferentes nacionalidades, incluindo angolanos.

1.9 Inflação desce e país cai

Jornal Folha8

8 De Maio de 2017

A taxa de inflação em Angola, a 12 meses, voltou a descer em Abril, pelo quarto mês consecutivo, fixando-se agora ligeiramente abaixo dos 35%, uma quebra de mais quase dois pontos percentuais face a Março.

De acordo com o relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) angolano sobre o comportamento da inflação, os preços subiram de Março para Abril 1,8096, em termos nacionais, contra os 1,9196 e 2,3090 dos dois meses anteriores e já menos de metade dos quase 4% só em Julho de 2016.

Entre Janeiro e Dezembro de 2016 (12 meses) os preços em Angola subiram praticamente 42%, Segundo os relatórios anteriores do INE com o índice de Preços no Consumidor nacional (TPCN).

Nos últimos 12 meses, até Março, a inflação acumulada desceu para 36,52%, níveis semelhantes aos de Agosto do ano passado, e até Abril caiu para 34,80%.

A subida de preços em Abril foi influenciada sobretudo pelo sector dos "Bens e Serviços Diversos", com 4,23%, pelo "Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção", com 2,79%, "Vestuário e Calçado", com 2,7890, e "Saúde", com 2,75% de aumento face a Março.

O valor da inflação a um ano está ainda muito acima da previsão de 15,8% para o período entre Janeiro e Dezembro que o Governo inscreveu no Orçamento Geral do Estado de 2017. Desde Setembro de 2014 que a inflação em Angola não pára de aumentar, acompanhando o agravamento da crise económica, financeira e cambial decorrente da quebra na coração internacional do barril de petróleo bruto, o que fez disparar o custo nomeadamente dos alimentos.

As subidas de preços no último mês foram lideradas pelas províncias do Cuanza Norte (2,32%), Luanda (2,25%), Lunda Sul e Uíge 1,95%), enquanto na posição oposta figuraram as províncias da Huíla (1,22%), Içá 0,25%), Huambo (1,34%), Bengo 1,45%) e Cunene 1,50%).

O chefe da missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para Angola, Ricardo Velloso, alertou a 22 de Março, em Luanda, para a necessidade de medidas que ajudem a diminuir a elevada inflação que o país ainda apresenta.

Falando aos jornalistas após um encontro com o ministro das Finanças. Archar Manguera, com vista à preparação das consultas anuais ao abrigo do artigo IV, o chefe do FMI para Angola destacou que a inflação angolana "ainda está muito resiliente apesar das "políticas muito importantes" aplicadas nos últimos meses pelo Banco Nacional de Angola (BNA).

A preocupação actual do FMI mantém-se a volta da necessidade de relançar o crescimento económico angolano "de uma maneira duradoura para os próximos anos", além de baixar a inflação mensal dos actuais 2% a 2,5% ao mês para "níveis mais aceitáveis", bem como sobre "como continuar a reforçar o sistema bancário e financeiro do país", explicou o economista.

Para Ricardo Velloso, é a retirada de circulação de moeda nacional que o BNA tem vindo a realizar uma das medidas positivas, por ter repercussões também; ao nível do corte nas taxas de câmbio 110 mercado paralelo, que permanecem quase três vezes acima do valor oficial.

"É uma medida muito importante, que ajuda no controlo da inflação e ajuda a reduzir o diferencial entre a taxa de câmbio do mercado de rua e a taxa oficial", destacou o chefe da missão do FMI.

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anunciou a 3 de Fevereiro um "novo programa macroeconómico executivo", cuja estratégia "visa atacar com prioridade a inflação, para reduzir de modo significativo", bem como a diversificação e o aumento das exportações e das receitas fiscais".

No meio de sinais divergentes, a única certeza é a de que Angola se encontra numa situação de esta inflação, Este termo designa uma situação de inflação a que se junta a estagnação. E das piores situações em que uma economia se pode encontrar, porque exige medidas contraditórias, combatendo a inflação através da redução (como está a acontecer) do dinheiro em circulação e aumento das taxas de juro e, pois é, enfrentando a estagnação com o inverso aumento do dinheiro em circulação e a diminuição das taxas de juro.

Rui Verde explica de forma lapidária o que se passa: "Imagine-se um doente a morrer que está simultaneamente com a tensão arterial elevada e com uma hemorragia. Para baixar a tensão temos de usar um medicamento que facilita a circulação do sangue tornando-o mais fino; mas para parar a hemorragia temos de usar outro remédio que torne o sangue mais grosso e parado. Trata Uma doença implica piora a outra."

Não é líquido que Eduardo dos Santos, Titular do Poder Executivo, saiba exactamente o que isto é Por norma, os seus "especialistas" dizem o que ele quer ouvir, sabendo que Presidente prefere ser assassinado pelo elogio falso do que salvo pela verdade.

E, pelos vistos, era essa verdade - na totalidade ou em parte - que o FMI apresentou no seu diagnóstico Mas como o Presidente, alérgico a qualquer verdade que não seja fabricado pelos seus acólitos, optou por correr com os mensageiros sem sequer cuidar de saber o que dizia a mensagem. E até às eleições ser; assim. Depois se verá se ainda existe país.

Até lá, continuemos a olhar para o meteórico crescimento da inflação. Ao mesmo tempo vamos assistir à quebra assinalável dos já parcos rendimentos:

dos angolanos, sendo que o regime acredita que Com alguma habilidade o povo acabará por aprender a viver sem... comer.

I.10 Ministério da Família avalia programa de combate à pobreza

Jornal O PAÍS
09 De Maio de 2017

O Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) realiza, nos dias 11 e 12 de Maio, o seu quarto conselho consultivo alargado, com o objectivo de promover os direitos e as responsabilidades das famílias, para o desenvolvimento sustentável. O encontro também servirá para avaliar o grau de execução do programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza.

Segundo uma nota enviada a Redacção do jornal OPAÍS, surge precisamente para dar continuidade ao ciclo de reflexões que coloca a família no centro das atenções, no quadro de políticas públicas de valorização e reforço das competências familiares.

O MI FAMU quer, com o conselho consultivo, avaliar os principais resultados alcançados a nível do sector no período 2013-2017, o grau de execução orçamental e financeira e validar o plano estratégico do sector para o quinquénio 2018-2022, bem como reflectir sobre a metodologia de implementação e orçamentação.

A actividade, a ser realizada na Escola Nacional de Administração (ENAD), vai permitir reforçar a capacidade das instituições e organizações, aos vários níveis, que lidam com a defesa dos direitos e das responsabilidades das famílias, da mesma forma que servirá para promover comportamentos adequados nas relações intra e inter-familiar.

A questão do aborto não será posta de parte, uma vez que, lê-se na nota, haverá uma reflexão Em torno desta problemática, à luz do novo anteprojecto do Código Penal.

I.11 Agricultura familiar e quadros

Jornal De Angola
10 De Maio de 2017

O combate à pobreza é uma prioridade do Executivo, em particular nas áreas rurais. Há boas notícias que dão conta de que as autoridades vão executar um programa destinado a fornecer ferramentas a milhares de famílias camponesas das províncias do Huambo, Bié e Malanje.

A agricultura é um sector fundamental para o crescimento económico e para o desenvolvimento do nosso país, pelo que não admira que os governantes estejam focados em levar a cabo acções que vão no sentido de melhorar a vida das populações que vivem no campo. No campo vive uma parte considerável da nossa população, pelo que faz sentido que os governantes tracem políticas públicas destinadas a superar os problemas de muitas famílias camponesas.

O Estado tem de estar permanentemente centrado na superação da pobreza, com iniciativas que venham a contribuir para que muitos cidadãos vivam em condições dignas. Um dos grandes' objectivos do Estado deve ser o bem-estar das populações. Preocupação de qualquer servidor público deve ser a de trabalhar sempre em prol do bem comum. Os angolanos esperam dos servidores públicos um empenho continuado no sentido da resolução dos seus problemas. O campo é um sector em que se podem realizar muitos negócios, tendo sido feliz a iniciativa das autoridades de apoiar famílias camponesas, para que possam, por via da produção agrícola, obter rendimentos. Se as famílias tiverem rendimentos, há-se reduzir a pobreza nas zonas rurais.

E é importante que os programas de apoio às famílias camponesas que se dedicam à produção agrícola sejam acompanhadas por estruturas especializadas que possam ajudá-las a levar a cabo os seus projectos, de modo a que estes produzam resultados. O que todos nós queremos é que haja no sector rural uma elevada produção agrícola, para que haja no mercado bens produzidos no campo em grande quantidade, com vista a que muitos cidadãos tenham acesso a produtos agrícolas a baixo preço.

Angola é um país que tem tudo para ter uma agricultura próspera, que alimente a indústria transformadora no nosso país. A agricultura familiar não deve ficar à margem do processo da diversificação da economia, uma vez que ela, além de garantir segurança alimentar, pode também gerar negócios rentáveis.

E é bom que as famílias camponesas tenham também negócios com rendimento, de modo a que possam contribuir consideravelmente para o Produto Interno Bruto. Angola é um país com um potencial agrícola enorme e não se deve subestimar as famílias camponesas que podem, pela sua experiência, ajudar o país a crescer. É verdade que a preocupação principal do momento é acabar com a fome nas comunidades que vivem nos meios rurais, mas não se deve perder a oportunidade de se criar um ambiente de negócios para que os camponeses possam também prosseguir o lucro com os excedentes que

conseguirem no processo de produção agrícola. O investimento no sector agrícola é indispensável, e está a andar bem o Executivo quando aposta no aumento da produção de muitos milhares de famílias camponesas. Acredita-se que com o actual investimento num programa virado para o fomento da agricultura familiar, muita coisa há-demudar em muitas regiões do país, em termos de combate à pobreza.

A pobreza é ainda um dos nossos principais problemas, Tudo deve continuar a ser feito para que erradiquemos a pobreza no nosso país, para que os angolanos vivam com elevada qualidade de vida. Os governantes estão atentos aos problemas que as populações enfrentam e os programas económicos e sociais em curso vão no sentido de assegurar a todos os cidadãos excelentes condições de vida. Devemos sempre prosseguir a excelência e trabalhar permanentemente para ela. Devemos sempre procurar fazer o nosso trabalho com elevada qualidade, qualquer que seja a área produtiva em que nos encontremos.

Os países que foram subdesenvolvidos e que hoje figuram entre os mais prósperos do mundo conseguiram chegar ao desenvolvimento com muito trabalho e conhecimento. Temos de trabalhar e estudar muito para que possamos na área produtiva alcançar resultados positivos.

Os angolanos são grandes trabalhadores e gostam de adquirir conhecimentos. Temos hoje no país milhares de quadros médios e superiores, formados depois do alcance da paz no nosso país, em 2002.

Que estes quadros estejam alinhados com os grandes projectos de desenvolvimento, em particular nas áreas rurais. Os nossos quadros não devem apenas estar concentrados em zonas urbanas. É necessário também que os técnicos estejam presentes no campo, onde se pode também produzir riqueza. Temos terras férteis e recursos hídricos que são uma grande fonte de riqueza. Muitos países não dispõem dos recursos naturais que nós temos. Devemos tudo fazer com os nossos quadros, com a ajuda de países mais avançados, para que trabalhem arduamente a fim de acabarmos definitivamente com o subdesenvolvimento.

I.12 Frango congelado e carne lideram aumento de preços em Luanda

Jornal Manchete

12 De Maio de 2017

O índice de Produtos Vigiados (IPV A) registou um aumento geral de preços de 0,20 por cento, uma variação de 0,66 pontos a mais que na semana de 1 a 5 de Maio, soube-se, quinta-feira, 11.

A carne pojadouro (16,82 por cento) e o frango congelado (13,66 por cento) são os produtos que registaram maior aumento nos supermercados de Luanda.

Estes dados constam do décimo oitavo Relatório Semanal de Preços do ano 2017 do Instituto de Preços e Concorrência do Ministério das Finanças, segundo uma nota da instituição a que Angop teve acesso.

O documento faz uma análise dos preços dos Produtos dos Preços Vigiados (PPV) das províncias de Luanda e do Uíge, no período citado.

O Regime de Preços Vigiados está previsto no Decreto Executivo N.º 77/16, de 25 de Fevereiro, que define as regras e procedimentos para a fixação e alteração dos preços praticados nos diferentes regimes, bem como os mecanismos para o desempenho da actividade de controlo e fiscalização de preços.

A lista dos bens e serviços pertencentes ao Regime de Preços Vigiados foi publicada a 15 de Fevereiro de 2016, através do Decreto Executivo N.º 62/16 e inclui 30 produtos como o arroz, banana, batata-rena, batata-doce, carne fresca, carne seca, farinha de trigo, feijão, frango, fuba de mandioca, fuba de milho, leite em pó, massa alimentar, óleo de palma, óleo de soja, pão, peixe sal, sabão, alface, alho, tomate, cenoura e cebola.

A mandioca (13,54%) e a laranja (8,11 %) foram os produtos que mais baixaram de preço nos supermercados de Luanda. Nas praças e mercados informais da mesma província, o Instituto de Preços e Concorrência registou as quedas mais significativas de preço em dois produtos: pão bola (46,7 por cento) e o repolho (43,81 por cento). Em termos genéricos, durante o período de 01 a 05 de Maio de 2017, os preços dos PPV nos supermercados de Luanda sofreram aumentos até 20%, e apenas 8 dos 32 PPV apresentaram reduções.

O alface (93,10%) e a cenoura (34,86%) são as mercadoria" que registaram os maiores aumentos nas praças e mercados informais de Luanda.

As informações detalhadas relativas ao levantamento do Instituto de Preços e Concorrência (IPREC) podem ser consultadas no portal do Ministério das Finanças em www.minfin.gov.ao.

Angop

I.13 Equiparação salarial

Jornal de Angola

19 De Maio de 2017

O Direito tem como principal função regular a vida em sociedade actuando de duas formas: positivamente quando produz regras que imputam vantagens ou direitos em favor de seus titulares, e negativamente através de normas que possam inviabilizar práticas ou condutas agressoras ao património material e moral dos indivíduos.

Discriminação salarial I é a desigualdade salarial injustificada existente entre um trabalhador que ganha mais e um trabalhador que ganha menos, mesmo estando ambos em igualdade de condições de trabalho.

O princípio da igualdade, também conhecido como princípio da isonomia, representa o símbolo da democracia, pois indica um tratamento justo para os cidadãos. Com isto, é possível afirmar que, a Constituição da República de Angola, proíbe a discriminação dos salários por motivos de sexo, nacionalidade, idade, raça, estado civil ou mesmo por alguma deficiência.

No mais puro interesse de evitar a discriminação salarial, a legislação laboral em vigor, consagra a igualdade salarial ao estabelecer o direito ao salário justo e igual, determinando para todo trabalho de igual valor prestado ao mesmo empregador.

Todavia, podemos definir a igualdade salarial ou também chamada equiparação salarial como a figura jurídica mediante a qual se assegura, ao trabalhador, idêntico salário ao de seus pares, perante o qual tenha exercido simultaneamente função idêntica e para o mesmo empregador. Podemos tomar como bastante exemplo:

O tratamento salarial dado pelo empregador Estado aos funcionários públicos - modestamente exemplar, com algumas reservas.

Com efeito, o trabalhador deve exigir, ainda que por via do tribunal, a equiparação salarial. Em Outras palavras, aquele que ganha menos pode litigar um salário maior, comparando a sua situação com a de outro trabalhador nas mesmas condições, ou seja, igualdade de funções, ou seja, trabalho de igual valor; mesmo empregador; simultaneidade na prestação do serviço; inexistência de um qualificador ocupacional.

No campo do Direito do Trabalho, o princípio da igualdade se aplica não só em questões salariais (equiparação salarial), abrange a remuneração por completo, exemplo: concessões de bônus e outras vantagens económicas aos trabalhadores. Tal não significa que o empregador deve dispensar a todos os trabalhadores, sem considerar as suas diferenças, tratamento idêntico, mas sim que deve tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de suas diferenças.

No uso do poder directivo organizacional, o empregador pode adoptar política de benefícios e vantagens diferenciada para trabalhadores que ocupam certos funções ou cargos estratégicos, quando entender conveniente para reter talentos.

A equiparação salarial opera principalmente como medida anti discriminatória entre trabalhadores, ao impedir que o empregador conceda privilégios, injustificadamente, ou seja, que o tratamento desigual seja fruto de arbitrariedade.

Importa afirmar que, cabe ao empregador provar que o trabalhador que tem o salário maior do que o outro que busca a equiparação, por haver condições de trabalho distintas, demonstrando, assim, que existem critérios legalmente estabelecidos, que de modo algum violam o direito vigente, e por conseguinte afastam as hipóteses de equiparação salarial.

Contudo, verifica-se que o instituto da equiparação salarial é uma medida de socorro tanto para o trabalhador, que não sofre diferenciação salarial de outro, quanto para o empregador, uma vez que através de um quadro de carreira organizado, com promoções por antiguidade e mérito, além de afastar um eventual processo de equiparação não adequado, estimula e esclarece aos trabalhadores critérios para que eles possam progredir e alcançar promoções na empresa.

Por fim, afirmo que, esforço pela igualdade no que se refere ao salário, ou seja, remuneração, deve mobilizar toda a sociedade e, de forma especial, o Poder Legislativo, na adequada regulação da matéria, com a punição, menos branda, dos infractores pela prática da discriminação.

Então, afastar-se-ia a reputação histórica que carrega este princípio da igualdade, pelo desrespeitado que sofre, por entrar em atrito com os interesses das classes dominantes.

I.14 Inflação continua a descer

Jornal O PAÍS

19 De Maio de 2017

Texto: Luís Faria

Os preços apresentaram em Abril, na província de Luanda, a menor variação mensal dos últimos 15 meses (2%), com a inflação homóloga (que compara um mês de um ano, com igual mês do ano precedente) a baixar para 36,33% (e abaixo de 35% em termos nacionais), revela o relatório mensal do Instituto Nacional de Estatística (INE) respeitante ao comportamento dos preços.

A inflação homóloga em Luanda (que é aquela que serve de referência à política monetária), que subiu sempre em 2015 e 2016, atingindo no final do último ano 41,95%, vem declinando desde Janeiro de 2017.

Assim, pelo terceiro mês consecutivo o indicador recua, confirmando um movimento de clara desaceleração do aumento dos preços, ainda que longe do objectivo de 15,8%, fixado no Orçamento Geraldo Estado (OGE). Em Abril, inflação acumulada na província de Luanda situou-se em 9,43%, bastante abaixo dos 13,49% apurados no mesmo mês do ano passado. Em 2015, a inflação acumulada em Abril foi de 3%, numa altura em que os preços haviam encetado uma trajectória ascendente.

De referir que, das doze classes de despesa consideradas no índice de preços do consumidor (IPC) de Luanda, oito apresentaram uma variação mensal superior à unidade, com destaque para 'bens e serviços diversos' (4,94%), 'mobiliário, equipamento doméstico e manutenção' (3,39%), 'lazer, recreação e cultura' (3,3%) e 'saúde' (3,15%). As menores variações mensais foram verificadas por 'educação' (0,09%), 'comunicações' (0,11%), 'habitação, água, electricidade e combustíveis' (0,54%) e 'transportes' (0,59%).

Contudo, a maior contribuição para a subida dos preços continua a ser dada pela classe 'alimentação e bebidas não alcoólicas', que representou 0,74 pontos nos 2 pontos do índice geral, ou seja, 36,9%. Seguem-se, em termos de contribuição para a elevação dos preços, os 'bens e serviços diversos' (21,77%), 'mobiliário, equipamento doméstico e manutenção' (11,3%) e 'vestuário e calçado' (10,23%). De registar

que 'comunicações' e 'educação' apresentam contribuições percentuais inferiores à unidade.

Numa análise mais detalhada, constata-se que entre 24 produtos selecionados do cabaz que concentram cerca de 48,35% da taxa global de variação do índice de preços no consumidor de Luanda a maior contribuição para a subida dos preços vem da classe 'serviços de cabeleireiro de senhora', um produtos não transaccionável, ou seja, produzido localmente, com 0,23 pontos percentuais, seguindo-se, com a mesma pontuação (0,05 pontos percentuais), as análises clínicas (outro produto não transaccionável), 'creme para a pele), 'arroz agulha' e 'tomate' (também uma produção nacional).

Entre os produtos básicos para a alimentação é de salientar que a unidade de pão 'cassete', que custava Kz 89,73 em Março, passou a custar Kz 89,92 em Abril (uma variação de 0,21%), o preço da lata de 900 gramas de fuba de milho passou, nos dois meses, de Kz 519,46 para Kz 522,88 (mais 0,66%), a carne de primeira subiu 1,78%, a carne de segunda 2,14%, o frango congelado 2,16% e o arroz corrente, uma produção nacional, 2,44%.

Particularmente expressivas foram as variações registadas pela farinha de trigo (produzida internamente), cujo preço subiu 5,44% e à jimboa (atados), que encareceu 4,16%.

1.15 Inflação de terminar ano 50% acima da meta do Governo

Jornal Expansão

19 De Maio de 2017

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O custo de vida em Luanda aumentou 2,0% em Abril face a Março, acima do objectivo de 1,5% fixado pelo Presidente da República, no final de Abril, no discurso perante o Comité Central do MPLA, de acordo com o índice de Preços no Consumidor de Abril do Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgado esta segunda feira.

"Temos, neste momento, boas razões para confiar numa trajectória descendente da inflação, que já se situa próxima do intervalo que ambicionamos, de uma variação mensal dos preços não superior a 1,5 por cento", garantiu o PR perante o principal órgão do partido dos camaradas entre congressos.

A taxa de 1,5% ao mês é uma revisão em alta da meta fixada pelo chefe do Executivo no discurso sobre o Estado da Nação, em Outubro de 2016, perante a Assembleia Nacional, em que declarou: "c. ..) A

nossa meta é conseguir uma taxa de inflação mensal de 1 % ou menos".

Depois de ter atingido um mínimo de 1,8% em Outubro, a inflação mensal na capital usada como referência para a inflação nacional acelerou para 2,1% em Novembro, 2,2% em Dezembro, 2,3% em Janeiro 2,6% em Fevereiro. Em Março, inverteu a tendência baixando para 2,2% e, em Abril ainda baixou mais para os referidos 2%.

Com o aumento dos preços de 2%, em Luanda, em Abril face a Março, a taxa de inflação anual na província capital, que tem sido utilizada como referência para o País, situou-se nos 36,3%, registando a quarta queda consecutiva.

O Governo tem como objectivo para este ano uma taxa de inflação de 15,8%. Já o Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta para 20%.

De acordo com cálculos do Expansão, se entre Maio e Dezembro de 2017, os preços em Luanda aumentarem ao ritmo mensal de 1,5%, limite superior do intervalo fixado pelo PR, a taxa de inflação homóloga encerrará o ano nos 23,3%, taxa 47,5% acima da meta do Governo.

Em Abril, a inflação média, que mede o aumento médio dos preços nos últimos 12 meses, fixou-se nos 37,7%, mais 0,7 pontos percentuais (pp) do que em Março. A taxa que serve de referência para as negociações salariais está em alta desde Fevereiro de 2015 e é preciso recuar quase 13 anos, até Julho de 2004, para encontrar uma inflação média mais elevada (40,7%).

Também em Abril, a inflação acumulada, que mede o aumento de preços de um determinado mês face a Dezembro do ano anterior, situou-se nos 9,4%.

Os dados do INE indicam que das 12 classes que compõem o cabaz de consumo dos angolanos, Bens e Serviços Diversos foi a que registou maior aumento de preços em Março face a Fevereiro: 4,9%, seguida do Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção (3,9%), Lazer, Recreação e Cultura (3,3%).

Do lado contrário, isto é, as classes cujos preços menos aumentaram foram: Educação e as Comunicações, ambas com 0,1 %, e a Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis (0,5%)

Em termos nacionais, os preços aumentaram 1,8% em Abril, menos 0,1 pp do que em Março, ficando pela segunda vez desde Outubro de 2016 abaixo dos 2%.

As províncias com maior taxa de inflação mensal em Abril foram as do Cuanza Norte e Cuanza Sul, ambas com 2,3%, seguidas de Luanda, com os referidos 2%. Huíla, com 1,2%, Bié e Huambo, ambas com 1,3%, registaram os menores aumentos mensais.

I.16 Nova lei geral do trabalho é desafiante, traz obrigações ao trabalhador

Jornal Expansão

19 De Maio de 2017

Texto: Martins Chambassuco e César Magalhães

O que a motiva, todos os anos, a estar presente no World Economic Fórum Africa (WEF)?

Não fui representar Angola, mas os angolanos. Entenda-se que não fui mandatada pelo Estado. Participo sempre no Fórum Económico Mundial África (WEF), representando o capital humano angolano. Sou uma profissional com metas. O nosso objectivo anual é participar no World Económico Fórum, que é uma network (plataforma) onde são convidados políticos, académicos, intelectuais e homens de negócios. Sou membro do WEF África.

O que levou para este fórum?

Atendendo a que este era o quinto fórum, fui um pouco mais madura. Aprendi ao longo da minha presença no WEF África que devia levar propostas para estabelecer parcerias com a minha empresa. E assim levei o marketing sobre o capital humano.

Conseguiu algo de concreto?

Assinámos um protocolo de cooperação com a Microsoft, que tem um departamento de desenvolvimento de capacidades tecnológicas para África relacionado com a Microsoft África. Vai-nos ajudar, enviando técnicos para nós podermos capacitar os membros do nosso clube visionário.

Olhando para a nossa realidade tecnológica, que avaliação faz?

A avaliação que faço é que se está a fazer algum trabalho; mas do ponto de vista privado podíamos fazer muito mais. Desafio as empresas a abraçarem esta causa, no âmbito da responsabilidade social. Podíamos estar melhor, mas é preciso compreender que é um processo de envolvimento e de inclusão geral. Não pode ser só o Estado. Tem de haver maior sensibilização e há vários instrumentos que estão a ser lançados para motivar a juventude.

Acha que o Estado poderia intervir mais?

Não tenho dúvidas que é preciso fazer muito mais. Quando penso no manifesto de campanha do MPLA, em 'melhorar o que está bem', penso nas tecnologias de informação. Percebi que só daremos o salto em todas as matérias, muitas delas ligadas à economia, formando melhor o capital humano angolano.

Como melhorar estes indicadores num país em crise?

É na crise que se consegue provar o nosso valor. Somos um País onde se investe na educação de forma massiva, Os desafios são muito grandes, competitivos. Só se alcança crescimento inclusivo com educação. Só consigo incluir mais mulheres e mais jovens na economia capacitando-os. A crise não pode ser só sob o ponto de vista financeiro, tem que ser avaliada no ponto de vista também social. Nós temos crise há muito tempo, no problema da selecção e recrutamento de quadros. Se olharmos para muitas empresas, ainda se dá preferência a quadros estrangeiros. Vamos analisar os motivos e depois de analisar e recrutar o quadro, formar. Muitas empresas têm dificuldades em adjudicar um custo anual. Não podemos pensar só no empregador Estado, que garante o desenvolvimento socio-económico do País. É claramente o empresariado privado que pode ajudar a criar vários empregos.

O Estado tem que criar condições para o empresariado privado formar os quadros no mercado de trabalho. Isso tem custos.

Alguém tem que monitorizar, dar formação a novos empregados. Um empregador que não tem lucro ainda vai gastar dinheiro a formar, a promover o primeiro emprego? Depois disto, nós temos a avaliação de desempenho e esse é um desafio muito grande, porque a percepção do empregador é diferente da do trabalhador:

Como olha para a importação da mão-de-obra?

A disputa internacional de talentos é um tópico na ordem do dia. Em todo o lado, quer a instituição Estado, quer a privada, procura os melhores talentos, os melhores quadros. O Estado é afastado, porque tem a sua responsabilidade de empregar a mão-de-obra nacional. O empregador privado tem a obrigação de dar lucros aos seus investidores, logo, não tem tanta obrigação social de contratar tanta mão-de-obra nacional.

Não há dúvida que só conseguirão concorrer para a disputa de talentos com uma educação melhor, desde a base. Os países mais desenvolvidos já vêm lidando com a informática e com as questões de trabalho produzidos pelo estudante desde terra idade. Nós

começamos a fazer metodologias de pesquisas de investigação nas universidades. Nós trabalhamos muito de forma reactiva.

Como vê no seu dia-a-dia a nova Lei Geral do trabalho?

A nova Lei Geral do Trabalho é desafiante, é uma lei que traz obrigações ao trabalhador. Nós vínhamos, da nossa história de legislação laboral, em que o trabalhador era levado ao colo, ou seja, era claramente protegido.

Nós agora temos uma nova legislação, em que a falta de produtividade pode ser a causa de despedimento. Temos um desafio para o empregador, que é motivado a ter centro de formação nos seus locais de trabalho

Este é só um problema do Estado?

Nós só vamos conseguir dar a volta quando todos percebermos que temos que ser exemplares. O Estado não pode fazer sozinho. Como é que as lideranças políticas podem ajudar os jovens a terem currículos mais empregáveis para competirem com a mão-de-obra estrangeira que vem para o nosso continente? O nosso continente, em termos de dados das Nações Unidas terá, até 2030, 70% de crescimento de mão-de-obra laboral activa. Ou seja, a população activa, de 50 anos de idade, até 2030, estará em Africa e os outros continentes estão a descer.

Mais vai faltar sempre qualidade?

É essa a questão. Então, se nós, que temos a jovialidade, os recursos naturais, os conhecimentos devemos transformá-los em proventos para o próprio povo africano. Falando do povo angolano, transformar o nosso diamante e petróleo numa mais valia para o País. Como é que se vai fazer isso, se muitas vezes nós dependemos da engenharia feita por mão de obra estrangeira? Temos que formar mentes, direccioná-las para ter a produção que desejamos.

Como avalia as taxas de desemprego em Angola? Quando não temos esse elemento produtividade, não temos rentabilidade e quando não temos a rentabilidade, não temos capacidade de remuneração dos próprios trabalhadores. Se nos focássemos nas questões educacionais, na questão de trabalhar a mentalidade, na capacidade dos nossos profissionais, não teríamos as taxas de desemprego altas que temos hoje.

I,17 A economia e a pobreza

Jornal de Angola

24 De Maio de 2017

Todos sabemos que a pobreza ainda existe no nosso país. Também sabemos que tudo tem sido feito pelas autoridades para que as famílias angolanas vivam com dignidade. O combate à pobreza é um processo complexo que implica a existência de políticas públicas transversais a várias áreas que concorrem para a promoção do bem-estar das populações.

E positivo o facto de o combate à pobreza continuar a estar no centro das preocupações das autoridades. Qualquer governo que prossegue o interesse público não pode deixar de se preocupar com as condições de vida das populações.

Os governantes angolanos têm noção das suas elevadas responsabilidades na procura incessante de criação de bem-estar para todos os angolanos. São inúmeros os problemas que os governantes angolanos têm para resolver na sociedade, mas o importante é que haja permanentemente vontade de os servidores públicos trabalharem para que se vão satisfazendo progressivamente as necessidades colectivas.

O exercício de governação exige esforços que devem ir no sentido de os problemas não ficarem por resolver por muito tempo. E certo que não é fácil governar em conjuntura de crise económica e financeira. Mas é necessário que as populações sintam de facto que alguma coisa está a ser feita, mesmo em contexto de crise, para que muitos dos seus problemas sejam resolvidos. Os cidadãos percebem que estamos a viver momentos difíceis em virtude da crise que atravessamos e compreendem que nem todos os problemas podem ser resolvidos de uma só vez. E entretanto importante que os cidadãos captem sinais evidentes de que os governantes estão realmente empenhados em superar a crise, por via por exemplo de uma maior contenção de gastos públicos.

Vivemos momentos em que já não é possível estarmos a fazer despesas com coisas supérfluas. E tempo de definir prioridades, com a perspectiva de se resolverem prioritariamente os problemas dos pobres. Há muita pobreza em Angola, pelo que faz todo o sentido que os dinheiros públicos sejam utilizados para investimentos do Estado que resultem em melhores condições para os cidadãos com baixos rendimentos.

O Estado deve continuar, mesmo numa economia de mercado, a intervir na economia naqueles casos em que é preciso proteger os mais desfavorecidos. O número elevado de famílias pobres em Angola justifica que haja uma constante atenção por parte do Estado a situações que exijam a intervenção dos poderes públicos, para que os cidadãos com muitas carências possam satisfazer as suas necessidades básicas.

O Estado deve, além de praticar permanentemente a solidariedade com os que menos têm, promover também parcerias com organizações da sociedade civil para apoio a todos os que na comunidade precisam de ajuda para poderem viver com dignidade. Angola é um país em que se cultiva a solidariedade. Têm sido muitos os actos de solidariedade com os nossos compatriotas que quase nada têm. Os angolanos são por natureza solidários uns com os outros.

Que os nossos compatriotas que têm muitos recursos sejam sensíveis à situação de muitos angolanos que precisam de ajuda para sobreviver. Temos de ser realistas: há um número elevado de angolanos que passam por grandes dificuldades financeiras e que têm de fazer grandes sacrifícios para sustentarem as suas famílias.

Mas o combate à pobreza não se deve limitar a ajudas pontuais a esta ou àquela família. O combate à pobreza deve abranger sobretudo a educação das pessoas, para que elas possam ter competências para conseguirem empregos e, por essa via, obterem rendimentos.

Sem educação não combateremos a pobreza. Que os nossos jovens tenham acesso à escola, para que possam obter conhecimentos. Sem conhecimento dificilmente os jovens podem ser absorvidos pelo mercado de emprego. Estamos em tempo de crise económica e financeira, e temos de ter visão em relação aos rumos a seguir em termos de actividade económica, na perspectiva de se promover o aumento dos postos de trabalho numa economia de mercado.

Convém ouvir os especialistas que geralmente têm opiniões sobre o que se deve fazer em tempos de crise económica e financeira. Temos felizmente especialistas angolanos que são estudiosos e que têm propostas a fazer sobre os caminhos a seguir para sairmos da crise. Não é prudente afastarmos os que, pela sua reconhecida competência, podem apontar caminhos para resolvermos muitos dos nossos problemas económicos e financeiros. E tempo de colocarmos os interesses do país acima de interesses particulares. Os nossos quadros, independentemente

das suas opiniões, devem poder dar a sua contribuição à resolução dos nossos problemas. Não se deve recluir o debate de ideias, sobretudo numa área como a economia, em que precisamos de discutir diversos cenários para que encontremos a via certa a seguir. Não devemos temer o debate de ideias contrárias. Se resolvermos os problemas económicos e financeiros, haverá solução para o problema da pobreza.

I.18 Construção de infra-estruturas sociais reduz taxa de desemprego no Huambo

Jornal O PAÍS

27 De Maio de 2017

Texto: Paulo Sérgio e Jacinto Figueiredo

Clementino Cassinga, 25 anos, está entre os jovens que deixaram de pertencer ao exército de desempregados ao serem contratados pelas empreiteiras encarregues da execução dos projectos estruturantes em curso nos II municípios da província do Huambo.

As diversas equipas trabalham na recuperação de passeios e lancis, na requalificação do tapete asfáltico de algumas vias, na reposição dos sinais verticais, ao que posteriormente se seguirão os sinais horizontais. A construção de centros de captação e tratamento de água, do sistema de 20 mil ligações domiciliárias e de expansão da rede eléctrica, também integra o conjunto de empreendimentos que têm proporcionado emprego a inúmeros cidadãos.

Refira-se que antes de engrossar leque de indivíduos que perderam os seus postos de trabalho em consequência da crise económica que o país enfrenta, Clementino Cassinga trabalhava como ferreiro na empresa Anjo Huambo, que viu-se obrigada a dispensar parte dos seus quadros.

Em consequência disso, segundo revelou a O PAÍS, teve, durante vários meses, muitas dificuldades para sustentar a mulher e os três filhos, pelo que acorreu a uma empresa chinesa na qual trabalhou durante pouco tempo.

Por intermédio de alguns ex-colegas de serviço, Clementino Cassinga tomou conhecimento de que as empreiteiras contratadas pelo Governo Provincial do Huambo (GPH) estavam a recrutar pessoal local. Candidatou-se a uma das vagas e foi admitido como auxiliar de pedreiro.

"Como não tinham vaga de ferreiros, aceitei esse emprego para não ficar apenas em casa. O salário

'tem ajudado a sustentar a minha família", frisou Clementino Cassinga, funcionário da construtora Jonce, uma das empresas responsável pelas obras de recuperação dos passeios e lancis da capital da província,

Mesmo privilégio teve Félix Ngongolo, 31 anos, natural do Bié, que emigrou para a província do Huambo há dez anos, procurando por melhores condições de vida. Confessou que com o seu salário já consegue sustentar a mulher e os cinco filhos, quatros dos quais encontram-se matriculados em escolas públicas.

Por ser pedreiro de profissão, foi enquadrado na referida empresa como técnico de obras, cuja missão não é só fazer os acabamentos dos lancis, mas também partilhar a sua experiência com os colegas mais jovens.

Enquanto Félix Ngongolo executa as suas tarefas que estão a contribuir para o melhoramento da imagem da cidade do Huambo, Daniel Ngandalíca, 26 anos, acompanha-o na perspectiva de dominar técnicas como manusear a massa por cima de uma talocha.

"Sou mecânico e vim procurar emprego. Estou disposto a trabalhar tanto na minha área (para revisar os veículos da construtora) como noutra. Estou disponível para fazer tudo", frisou.

Municípios satisfeitos

O trabalho destes jovens está a agradar os municípios do Huambo, segundo Helena Preciosa, 28 anos. "A reabilitação dos passeios, além de melhorar a imagem da nossa cidade' está a facilitar a mobilidade dos peões", declarou.

Apesar de ser funcionária pública' a nossa interlocutora, que é formada em economia, alertou ao Executivo local que há muitos jovens no desemprego e que os programas de fomento ao empreendedorismo ainda não são suficientes. "Por vezes o cidadão tem um projecto viável que poderia estar a gerar postos de trabalho, mas não consegue executá-lo por falta de financiamento", alegou.

Por esse facto, segundo ela, existem muitos jovens à espera de uma oportunidade para ingressar no aparelho do Estado.

Já Rosaria Teixeira, 36 anos, moradora do bairro Calilongue, na zona do São Pedro disse estar satisfeita com os resultados das obras em curso na cidade do Huambo, mas advogou a necessidade de se melhorar a rede de iluminação pública. "Estamos a gostar do que está a ser feito e encorajamos

o nosso governo a continuar", sublinhou Rosaria Teixeira.

Governo cria medidas de protecção a mão-de-obra local

O Governo Provincial do Huambo impõe que as empresas contratadas para a execução das obras públicas contratem a mão-de-obra local, como uma das condições para o estabelecimento de parcerias. Essa informação foi prestada pelo vice-governador provincial para o sector Técnico e Infra-estruturas, Kalunga Francisco Quissanga, em declarações a dois órgãos do grupo Média Nova (O PAÍS e Rádio Mais), Terça-feira.

Por força disso, segundo o governante, as três grandes construtoras' que executam as diferentes obras em curso na província, empregaram muitos jovens que, até então, estavam no desemprego.

Revelou que o Huambo "está muito bem servido" em projectos estruturantes e citou como exemplo a reabilitação e, em alguns casos' a construção de projectos de raiz de sistemas de abastecimento de água nas 11 sedes municipais. Alguns já em fase bastante avançada' estando outros ainda na fase inicial.

"Os demais municípios também vão ser, a seu tempo, beneficiados de ligações domiciliárias de água", garantiu.

Kalunga Quissanga afirmou, por outro lado, que as estradas nacionais que atravessam os 11 municípios da sua área de jurisdição estão em bom estado de conservação' tendo reconhecido a existência de algum deficit de cobertura orçamental na reabilitação ou construção de estradas secundárias e terciárias.

"As vias estão identificadas. Já começamos afazê-las mesmo com os poucos recursos que temos e, à medida que fomos ganhando mais capacidade financeira, vamos aumentando a reabilitação das vias secundárias e terciárias", esclareceu. Quanto aos trabalhos de terraplanagem que decorrem no troço cidade do Huambo/comuna da Calima, Kalunga, Quissanga explicou que dos 135 quilómetros previstos, os trabalhos decorrem nesse momento no quilómetro 19. "Estamos no início e vamos cumprir com as metas", garantiu.

No intuito de melhorar a imagem da capital provincial, de acordo com Kalunga Quissanga, o governo local está em busca de financiadores para concluir as obras' dos edifícios privados, embora essa responsabilidade seja dos proprietários.

I.19 Produtos vigiados descem de preços

Jornal O PAÍS

28 De Maio de 2017

Texto: Luís Faria

O preço dos produtos vigiados subiu menos, na semana de 15 a 19 de Maio, que em igual período de 2016 (comparação homóloga), embora tenham registado uma variação superior à da semana anterior.

Com efeito, na última semana, o índice dos preços dos produtos vigiados diminuiu 1,23 pontos percentuais em termos homólogos, descendo a variação dos 2,09% registados em idêntico período de 2016 para 0,86%, de acordo com os dados constantes no Relatório Semanal de Preços dos Produtos em Regime de Preços Vigiados do Instituto de Preços de Concorrência do Ministério das Finanças.

Registe-se que, na semana anterior o índice apresentara uma variação negativa de 0,65%, menos 1,27 pontos percentuais do que no mesmo período de 2016, o qual registou uma variação de 0,62%.

O alho, o pimento e o repolho registaram os maiores aumentos de preços nos supermercados de Luanda. A banana-pão, o frango congelado e o pão bola foram os Produtos de Preços Vigiados (PPV) com as reduções mais acentuadas nos referidos estabelecimentos', revela uma nota do Ministério das Finanças. Já no mercado informal foram a banana: a carne pojadouro e o peixe seco os produtos vigiados cujo preço registou uma redução mais acentuada nas praças de Luanda, ao passo que o arroz, a cebola e a farinha de trigo fôramos produtos que verificaram um maior aumento no respectivo preço.

Na semana compreendida entre 8 e 12 de Maio fora o repolho a registar a maior variação (43,23%) nos supermercados de Luanda, com o sabão em barra, o arroz, a mandioca e a banana-pão a aumentarem de preço. Em contrapartida mais de vinte produtos registaram descidas nos respectivos preços, com particular destaque para a fuba de mandioca (menos 14,33%), o sal (menos 14,09%) e a carne pojadouro (menos 11,01%).

Produtos como a farinha de trigo, o feijão manteiga, o feijão catarino, a cebola, a fuba de milho, a laranja, a mandioca e o óleo de soja registaram, de igual modo, redução significativas em relação à semana anterior. Já no mercado informal foram 14 os produtos vigiados a verificarem uma redução de preço em relação à semana anterior, com relevo para

a fuba de mandioca, a carne seca, o arroz e a farinha de trigo.

A lista dos bens incluídos no regime de preços vigiados inclui 30 produtos como o arroz, a banana, a batata-rena, a batata-doce, a carne fresca, a carne seca, a farinha de trigo, o feijão, frango, fuba de mandioca, tuba de milho, leite em pó, massa alimentar, óleo de palma, óleo de soja, pão, peixe, sal, sabão, alface, alho, tomate cebola, cenoura e cebola. O regime foi instituído pelo Decreto Executivo n° 62 de 2016.

A evolução dos preços vigiados em Maio indicia que a inflação deverá manter a rota descendente que encetou desde o início deste ano.

I.20 Banco económico lança contas dirigidas a jovens

Jornal O PAÍS

29 De Maio de 2017

Texto: Luís Faria

Banco Económico acaba de lançar duas novas contas essencialmente dirigidas aos segmentos mais jovens da população, com um montante mínimo exigido para a abertura baixo, uma remuneração atractiva e várias bonificações.

A instituição pretende, com esta iniciativa, apoiar a gestão familiar, estimulando, para tal, a poupança.

Assim, as novas contas 'Poupança Júnior' e 'Poupança Jovem', abertas com um mínimo de Kz 5.000, além de serem remuneradas trimestralmente à taxa de 7% ao ano (TANB), beneficiam ainda de bonificações. o bónus de abertura, o bónus de aniversário da criança ou jovem e o bónus de Natal. As novas contas também oferecem, mediante o cumprimento determinados requisitos, um bónus suplementar de abertura de conta de 1% ao fim do primeiro trimestre de abertura de conta e bónus adicionais no aniversário do titular e no Natal de 0,5%.

As duas novas contas, dirigidas a jovens entre os 13 e os 17 anos, estão isentas de comissão de manutenção' até ser atingida a maioridade.

As contas podem ser reforçadas pontualmente, por qualquer valor, ou através de um plano programado de pagamentos - semanais, mensais, trimestrais, semestrais ou anuais a partir dos Kz 2.500, ajustado aos objectivos financeiros de cada cliente; e com a flexibilidade de poder ser alterado, a qualquer momento.

Tanto a 'Conta Poupança Júnior', como a 'Conta Poupança Jovem' permitem a mobilização antecipada de saldo, sem penalização de juros.

A opção de efectuar reforços conforme a disponibilidade de cada cliente, bem como a possibilidade de receber reforços com simples transferências bancárias, de familiares padrinhos ou amigos, que pretendam, contribuir para as contas poupança dos mais novos são outras vantagens referidas num comunicado da instituição.

Apoiar a gestão familiar

Para o banco 'as novas contas poupança para os mais novos são um importante instrumento de apoio à gestão do orçamento familiar, solucionando a preocupação de preparar e assegurar o futuro dos filhos', adianta o comunicado.

De acordo com Henda Teixeira, Directora Executiva do Banco Económico, citada no documento, o banco tem vindo a implementar unia sólida estratégia de segmentação de produtos, em linha com as tendências emergentes do mercado. Actualmente, sentimos uma lacuna na oferta de soluções que ajudem as famílias a estimular hábitos de poupança nos mais pequenos. Consideramos, também, que existe ainda um longo caminho a percorrer para explicar às crianças conceitos básicos de literacia financeira infantil. Sensibilizar os jovens para o conceito de poupança é um factor fundamental para 'os ajudar a perceber como funciona o dinheiro, como podem poupar para comprar bens ou serviços que exigem um esforço financeiro maior, ou, simplesmente, como e porque devem economizar para os estudos, no futuro. Precisamente por ser mais desafiante transmitir estes conceitos directamente aos mais novos, a campanha que desenvolvemos, para comunicar estas novas contas, integra uma abordagem formativa e lúdica, como o Jogo da Poupança, que será oferecido a todos os subscritores das contas, ou a Canção da Poupança, com a qual se ensina a poupar através da música'.

'Com o lançamento das contas Poupança Júnior e Poupança Jovem, o Banco Económico reforça a sua estratégia de segmentação e aumenta a sua oferta de produtos feitos à medida das necessidades de cada cliente, com a criação de soluções dirigidas aos mais novos. Este é mais um passo do banco para salientar a importância de estimular " hábitos de poupança para crianças e jovens e criar uma consciência de consumo responsável dos seus recursos financeiros', conclui o comunicado.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Malanje incentiva os jovens

Jornal Economia e Finança
5 De Maio de 2017

O director do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), em Malanje, Carlos Quibuba, exortou quarta-feira aos jovens da província no sentido de pautarem por responsabilidade ao aderir ao programa de crédito Projovem.

O responsável, que falava num encontro de esclarecimento do Projovem, promovido pelo Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (FAJE), frisou que o referido programa é encabeçado pelo Ministério da Juventude e Desportos em colaboração com os Ministérios das Finanças e da Economia.

Explicou que o projecto abrange quer os jovens que já tenham iniciado algum negócio quer os que pretendam fazê-lo pela primeira vez, devendo-se analisar, minuciosamente, as vantagens por forma a evitar constrangimentos e, em caso de adesão, contribuir no crescimento socioeconómico da província e do país em geral.

Por sua vez, o chefe do departamento da juventude da direcção provincial da Juventude e Desportos, Sérgio Ngola, precisou que todos os jovens que queiram fazer parte do projecto podem fazê-lo desde que obedeçam os critérios estabelecidos pelo Executivo, que passam, nomeadamente, por ser angolano com idade entre 18 e 40 anos e que tenham experiência ou formação profissional no que toca a negócios, entre outros requisitos.

Segundo disse, o projecto surge para facilitar e acabar com as dificuldades entre as entidades financiadoras que são os bancos e os empresários, acrescentando que o controlo dos reembolsos será reforçado, tendo em conta incumprimentos registados nos projectos anteriores do Executivo.

O Projovem, um programa do Executivo de âmbito nacional, é dirigido aos jovens angolanos empreendedores, visando apoiar as áreas de negócios ligadas à agricultura, pesca, pecuária, tecnologia de informação, comunicação e inovação, bem como o empreendedorismo cultural, industrial, hoteleiro, comercial e na prestação de serviços.

2.2 Programa Avanço ajuda milhares de famílias

Jornal de Angola
8 De Maio de 2017
Texto: Edivaldo Cristóvão

O Programa Avanço, criado em 2004, capacitou até agora 1.162 jovens, contemplados também com microcrédito. Inserido na política activa de emprego, desenvolvida pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, em parceria com o Banco Sol, o Programa Avanço tem contribuído para o desenvolvimento de muitas famílias e reforçado significativamente o combate à pobreza e a diminuição da delinquência em Angola.

O Programa Avanço é desenvolvido por enquanto nas províncias de Luanda, Bengo, Malange, Cabinda, Benguela e Cuanza Norte. Este ano, foram matriculados em Luanda 90 jovens, nos cursos de electricidade, reparação de telemóveis, cabeleireiro e barbeiro.

O programa, inserido no Plano Nacional de Formação Profissional, tem como objectivo executar a política do emprego e formação profissional. No quadro do Sistema Nacional de Formação Profissional existem em Angola 595 centros de formação profissional dirigidos por instituições públicas e privadas e mais 139 geridos pelo Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.

Quatro anos depois da execução do Programa Avanço foi criado o programa "Empreendedorismo na Comunidade", tendo formado, desde Agosto de 2008, mais de 16 mil jovens em 90 municípios.

A informação foi divulgada na sexta-feira pelo director-geral adjunto do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), António Agostinho Pereira, para quem o microcrédito serve como um suporte financeiro para os jovens capacitados nos diversos programas de superação técnica, desenvolvidos pela instituição tutelada pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social.

O valor concedido aos beneficiários vai de mil dólares norte-americanos a cinco mil, sendo que o montante máximo apenas é dado a pessoas que criam grupos de negócios, integrados entre três e cinco micro empresários.

A taxa de juro imposto pelo banco que concede o crédito é de 1,67 por cento ao mês, podendo o crédito ser pago num período de 12 meses. O devedor só começa a amortizar a dívida contraída a partir do quarto mês depois de receber o crédito.

Os bancos comerciais envolvidos no programa concedem micro crédito de forma bonificada e não impõem a obrigatoriedade de apresentação de qualquer tipo de garantia. Até hoje, foram beneficiados 9.021 empreendedores, com uma taxa de retorno na ordem dos 66 por cento.

O programa foi criado com o objectivo de disseminar o empreendedorismo, através de acções formativas, a fim de permitir aos empreendedores identificarem e criarem oportunidades de negócios geradores de rendimento e susceptíveis de propiciar a oferta de bens e serviços às comunidades.

O programa dá também a possibilidade a muitos jovens de entrarem, depois da conclusão da formação profissional, para o mercado de trabalho, através de iniciativas de negócios locais.

O programa concede ferramentas profissionais de modo a aumentar a capacidade da oferta de bens e serviços nas comunidades. Podem participar todas as pessoas, independentemente da idade, que nas suas comunidades urbanas, suburbanas e rurais desenvolvem ou pretendam realizar uma actividade geradora de rendimento.

Os interessados devem contactar os centros de formação profissional, pavilhões de artes e ofícios, centros de emprego e empreendedorismo, localizados no bairro onde cada interessado reside.

O processo de inscrição é simples, devendo o interessado apresentar uma cópia do Bilhete de Identidade, duas fotografias tipo passe, o certificado do curso de formação profissional e indicar a actividade económica que pretende desenvolver.

No âmbito do programa Empreendedorismo na Comunidade, estão a decorrer acções de formação nas províncias do Huambo, Luanda, Benguela, Huíla, Uíge, Cuanza Sul, Cuanza Norte, Malange, Moxico, Lunda Norte e Cabinda. O presidente do Banco Sol, Coutinho Nobre, afirmou que o micro crédito tem contribuído significativamente para combater a pobreza e o desemprego, sendo um garante da estabilidade económica em milhares de famílias angolanas.

Coutinho Nobre pediu aos jovens que beneficiaram do micro crédito para não lesarem os bancos quando alguma situação os levar ao incumprimento da amortização da dívida contraída.

Exemplo de superação

Conceição Baião, de 69 anos, é um grande exemplo de superação. O seu percurso de vida pode ser um incentivo para muitos jovens. Apesar da idade e de estar aposentada, concluiu um curso de cabeleireiro e decoração no centro de formação profissional do Quilómetro 30, 'município de Viana, província de Luanda, onde também beneficiou, 'através do Programa Avanço, de um micro crédito no valor de mil dólares.

Aposentada há dois anos, Conceição Baião trabalhou como enfermeira no Hospital Américo Boavida. Por nunca concordar com a ideia de ficar inactiva, já aposentada, a anciã decidiu inscrever-se no centro, tendo sido apoiada pelos seus familiares.

"O saber não tem idade. E sempre bom aprender cada vez mais para ensinar os outros", declarou ao Jornal de Angola Conceição Baião, que recebeu do centro conhecimentos técnicos para ensinar os seus netos a decorarem eventos.

Com o crédito que recebeu, Conceição Baião vai abrir um salão de cabeleireiro e uma cantina. A anciã, que tem quatro filhos e seis netos, aconselhou a juventude a apostar e ser persistente nos seus objectivos.

Segundo ela, o Programa Avanço é uma grande oportunidade para todas as pessoas de baixo rendimento alcançarem os seus sonhos.

2.3 Agricultura e pecuária dominam crédito no BIC

Jornal Economia e Finanças

12 De Maio de 2017

Texto: Francisco Bernardo

O crédito à economia concedido pelo Banco Internacional de Crédito (BIC), em 2016, totalizou 164 mil milhões de kwanzas, mais 20 por cento em relação ao período anterior.

De acordo com o presidente do Conselho de Administração, Fernando Teles, que, recentemente, apresentou os indicadores anuais, disse que do valor disponibilizado, 126 mil milhões de kwanzas destinou-se ao financiamento ao Estado, 44 mil milhões a clientes, empresas e particulares, enquanto sete mil milhões foi crédito por assinatura.

Fernando Teles lembrou que, em 2016, o BIC seguiu a sua vocação de apoio à actividade agrícola, tendo a carteira de crédito para este segmento de negócio

atingido o acumulado equivalente em kwanzas a 300 milhões de dólares.

No quadro da implementação do Angola Investe, o bancário reforçou que o crédito agrícola continua com taxas de juro bonificadas na ordem de cinco por cento/ano, para permitir fomentar a actividade e desenvolver a agricultura nacional.

Cenário para 2017

No que diz respeito ao financiamento à economia em 2017, Fernando Teles assegurou que o BIC vai disponibilizar crédito aos projectos credíveis que forem remetidos à administração do banco.

Para ele, um dos sectores que os investidores deveriam focar é da agricultura e da pecuária, onde tem o banco focado a sua atenção, pois para ele, é importante a produção nacional do que se consome.

Lembrou que o sector alimentar tem sido porta de saída de enormes quantidades de divisas, situação reversível se os nacionais apostarem no aproveitamento das extensas terras-aráveis que 'possui o solo angolano. IL & RH

2.4 Cabinda recebe crédito

Jornal Economia e Finanças

19 De Maio de 2017

Texto: Joaquim Suami

A banca comercial na província de Cabinda disponibilizou, no ano passado, crédito economia avaliado em mais de 11 mil milhões de kwanzas, com uma taxa de juros de 16 por cento, que permitiu o financiamento de vários projectos sócio-económicos, que contribuíram para o melhoramento das condições de vida das famílias e das empresas.

De acordo com o delegado regional do Banco Nacional de Angola (BNA), Sebastião Banganga, a carteira de crédito disponibilizada pela banca local ajudou os clientes particulares com salários domiciliados a concretizarem os seus projectos de vida para o bem-estar social das famílias e das empresas na execução dos seus programas produtivos para o crescimento da economia da região.

Segundo ele, este ano, o valor de crédito vai aumentar em função das políticas do Governo que visam financiar projectos produtivos para acelerar a produção interna, com vista a reduzir as importações e incentivar as exportações e assim aumentar a entrada de divisas já no quadro da diversificação da economia.

O montante disponibilizado demonstra que a actividade da banca comercial em Cabinda é realizada sem restrições. Os bancos continuam a aceitar os depósitos e a conceder créditos a população em geral. É bem verdade que é um processo melindroso, porque existem aquelas entidades singulares e colectivas que as vezes auferem crédito e na hora do reembolso se mostram renitentes", disse.

Sublinhou que, para salvaguardar os interesses da banca e a garantia de continuidade de concessão de créditos, os bancos comerciais têm afinado os mecanismos de fiscalização e de revisão dos processos que garantam fiabilidade de retorno depois da sua implementação.

"As pessoas interessadas em obter um crédito devem se munir de processos exigidos pelos bancos e traçarem projectos viáveis, sobretudo, produtivos, porque, o Governo no quadro da sua política de diversificação da economia, criou vários produtos para pessoas singulares e colectivas, com destaque para o Angola Investe e Crédito Jovem, que têm vindo a resultar. O importante é os clientes colocarem projectos legíveis para que possam ser analisados e aprovados' explicou.

Belize sem agência bancária O município de Belize continua a ser a única localidade da província mais ao Norte de Angola sem nenhuma agência bancária, ao contrário de Cabinda, Cacongo e do Buco-Zau que contam com 66 balcões, pertencentes ao BPC, BCI, BAI, BFA, BIC, BCA, BMF, BNI, Keve, Caixa Angola, Sol, Millennium Atlântico, Standard Bank e Banco Económico.

Para Sebastião Banganga, a falta de agências bancárias no município de Belize tem estado a preocupar as autoridades competentes da província que têm estado a apelar aos bancos comerciais a instalarem os seus balcões para a satisfação da população local.

Continuamos preocupados com a falta de cobertura do sistema bancário, no município de Belize, apesar dos bancos comerciais terem a política de abrir as suas agências nas localidades onde a actividade económica se faz sentir. Mas, hoje, o município de Belize pelas suas características actuais e pela dinâmica que se assiste no domínio económico e social deveria ter um balcão da banca comercial", disse.

O nosso interlocutor afirmou que a delegação regional do BNA tem conhecimento que alguns bancos comerciais têm mantido contactos com a administração municipal para aquisição de espaços onde possam fazer abertura de agências bancárias.

De acordo com o Sebastião Banganga, enquanto se aguarda pela abertura de agências bancárias, no município de Belize, os empresários e pessoas singulares podem aderir o serviço de correspondente bancário, criado pelo BNA que do ponto de vista de legislação, permite a criação de uma figura que exerce actividade bancária como a de um banco comercial para que a população possa beneficiar dos serviços de depósito e de levantamento.

Apesar da falta de agências bancárias no Belize, estamos satisfeitos com o trabalho feito pelos bancos comerciais no fornecimento dos seus produtos e serviços", disse.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Momentos difíceis das zungueiras em Luanda

Jornal Liberdade

12 De Maio de 2017

Texto: Virgílio Malungo

As zungueiras transformaram as ruas de Luanda, como sendo o local do seu ganha-pão, atendendo a falta de emprego. Mesmo as pessoas com formação académica e profissional, preferiram a prática do comércio ambulante.

Por esse facto, a nossa reportagem visitou várias zonas da cidade capital angolana, no sentido de conhecer o dia-a-dia de algumas famílias que dependem de forma geral da actividade de comércio ambulante.

Inês João, jovem de 28 anos, sublinha que formou-se na área de contabilidade e finanças no Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL), mas neste momento se dedica a venda de roupas nas artérias de Luanda, devido a falta de emprego.

A interlocutora, descreve que, participou em vários concursos públicos, mas infelizmente, o seu nome nunca figurou na lista dos seleccionados.

Referiu que atendendo as de marchas efectuadas em várias instituições públicas e não conseguiu, entendeu realizar comércio na zunga, para ao fim do dia conseguir algo que sirva de sustento à família, admitindo não ser uma tarefa fácil, uma vez que os polícias e fiscais do Governo Provincial de Luanda têm recebido os seus haveres.

Inês João embora ter reconhecido que nos últimos dias, os fiscais já não maltratam como era anteriormente, lamenta o facto de não as deixar vender de modo livre, o que tem vindo a enfraquecer o trabalho.

Manifestou o desejo de abandonar a zunga, caso oportunidades de emprego e académica se abram vai continuar com seus estudos superiores, como aconteceu com muitas colegas suas.

Ainda nas artérias do mercado dos Congolenses, algumas zungueiras denunciaram que os seus produtos quando apreendidos pelos fiscais, são levados ao Beiral e dizem que ofereceram na referida instituição.

Sobre a questão, uma fonte do referido centro de idosos, manifestou-se indiferente sobre o assunto, ao explicar que os fiscais levam para lá os produtos, mas não apresentam tudo que tiram das senhoras.

De acordo com a fonte, não seria bem receber coisas das famílias que conseguem com muito sacrifício e depois servir para idosos que o governo assiste.

"Deve existir medidas de sensibilização sempre que se apreende as coisas das senhoras!": sublinhou, acrescentando que, nos últimos anos, a vida tornou-se bastante cara para as famílias devido a crise financeira que assola o país.

O cenário não muda no município do Kilamba Kiaxi, várias são donas de casa que vejam os seus produtos levados para partes incertas.

Maria diz que neste momento, aguarda por propostas bem definidas por parte de alguns concorrentes as eleições de Agosto, no sentido de resolver seus os problemas.

"Neste período temos é que ter muita atenção!": sublinhou, que as zungueiras esperam também uma certa consideração não só no período de caça ao voto mas nos momentos que vejam os seus direitos postos em causa.

Uma fonte da fiscalização, que falou em anonimato, admitiu que estão cientes do trabalho que fazem, correndo atrás das pessoas o que é bastante crítico para quem diz que defende os interesses do povo.

"Já me deparei com a minha irmã na zunga e fiquei sem palavras porque estava ser levada para a viatura" salientou, acrescentando que, o gesto foi caracterizado como sendo chocante.

A mesma fonte, afirmou que desde aquele momento, deixou de tratar as pessoas de modo violenta e começou a ser cada vez mais conselheiro, apesar de também ter reconhecido renitência dessas pessoas que comercializam produtos nas vias públicas diante das autoridades.

Manuela Jaime chamou atenção à administradora municipal de Kilamba Kiaxi, no sentido de resolver o conflito existente entre as vendedoras ambulantes e os fiscais.

Denunciou que os fiscais municipais de Kilamba Kiaxi, trabalham quase dia e noite. O que também reveste-se num acto de violação aos direitos dos trabalhadores que estipula a Lei Geral do Trabalho em Angola e os sindicalistas vejam este dado como sendo caso normal.

A nossa interlocutora sublinha que, actuando aquele período, os marginais também correm atrás das senhoras no sentido de tirar tudo que trazem e várias vezes, são violadas quando os produtos comercializados são apreendidos.

3.2 Praça das Mulheres atrai cidadãos

Novo Jornal

12 De Maio de 2017

Texto: Dulcineia Lufua

Um novo mercado informal designado por «Praça das Mulheres», localizado no distrito urbano do Hojiya-Henda, município do Cazenga, está a atrair a atenção dos cidadãos. O baixo preço dos produtos e as novidades em roupas e calçado, maioritariamente para senhoras, são o principal chamariz daquele mercado, onde a actividade comercial é também desenvolvida por mulheres.

O mercado está localizado no interior do bairro da Mabor e perto de 600 pessoas, na sua maioria mulheres, desenvolvem a actividade comercial entre venda de roupas, calçados, comidas e outros artigos.

Os portões do mercado abrem a partir das 5h00 da manhã e encerram por volta das 16h. Centenas de pessoas oriundas de vários pontos "de Luanda e do interior do país deslocam-se de terça a sábado àquele mercado, que, inicialmente, era designado por Áfricampos, devido aos armazéns com o mesmo nome que lá existiam.

Hoje, transformado em "praça das mulheres", o mercado atrai clientes de ambos os sexos, facto constatado por este semanário, durante uma reportagem efectuada esta semana ao local.

A enchente de pessoas e o número de bancadas apertam o espaço comercial, dificultando a mobilidade dos clientes e que ali acorrem. Para além das bancadas que expõem roupas e calçados pendurados em manequins e cabides, a venda ambulante também é outra realidade para quem não tem um local fixo. "Arreiou, arreiou. Duas peças são 1500" e "Mana, na minha bancada tem novidades", são alguns dos refrões entoados pelas vendedoras que se socorrem de magafones para fazer ouvir os seus produtos e atrair clientes.

Algumas comerciantes ouvidas pelo Novo Jornal disseram que as pessoas procuram por aquele mercado devido ao preço acessível dos seus produtos.

Violante Miguel, que há quase cinco anos vende naquele mercado, disse estar satisfeita pela actividade

que desenvolve. "Os preços praticados aqui são satisfatórios; só para ter uma noção, os nossos preços variam entre os dois e 15 mil kwanzas. Por isso, as pessoas preferem vir aqui", salientou a comerciante.

A moradora do Camama acrescenta, por outro lado, que a maior parte das roupas vendidas ali é de origem tailandesa e chinesa, facto que para "ela faz com que algumas pessoas comprem as roupas naquele mercado, para, posteriormente, revenderem em algumas boutiques e lojas espalhadas pela cidade a preço elevados.

Marinete de Sousa é uma das várias compradoras frequentes daquele mercado. O baixo preço e as novidades dos produtos são alguns dos requisitos que a deixam "presa" àquele espaço comercial, existente há cinco anos.

Já faço compras aqui desde o início deste mercado que, no próximo mês de Agosto, completa cinco anos. Há quem vem comprar peças para revender e outros para uso pessoal, como é o meu caso. Fico muito atenta para não comprar roupas idênticas às das outras pessoas e evitar choques", pormenorizou, lembrando episódios vividos por ela, por causa do uso de roupas idênticas.

Há tempos comprei um vestido aqui e usei num casamento, mas, para minha desgraça, na mesma festa, duas moças também usaram vestidos semelhantes ao meu. Senti-me tão mal, que agora para comprar roupas tenho de escolher bem porque este mercado é muito procurado por nós, mulheres.

Mulheres "gatunas" À semelhança das compras e vendas, o roubo naquele local é praticado maioritariamente por mulheres. "Elas usam todo o tipo de artifícios para roubar", desabafou a comerciante Sofia Arsénio, de 49 anos, dando de seguida detalhes sobre dia-a-dia do mercado das mulheres.

Temos vários clientes e as vendas têm sido boas, principalmente nesta fase em que as roupas que estão a bater são saias lisas, vestidos justos, blusas de pano e as batinas", detalhou, mostrando-se igualmente triste devido aos roubos praticados pelas clientes.

As pessoas que mais roubam aqui são as moças que vêm comprar os nossos negócios", lamentou.

Sofia Arsénio, moradora do Prenda, revelou que, para conter os furtos e roubos, estão a ser tomadas medidas que passam por uma maior vigilância relativa aos clientes. 'Muitas vezes, vêm moças às nossas bancadas com o pretexto de comprar roupas, afinal são ladras. Depois de Passarem por nós, ouvimos que estão ser espancadas porque roubaram peças de

roupa", pormenorizou a vendedora acrescentado que, depois da surra, as "gatunas" são encaminhadas para a administração.

3.3 A ironia do lixo e a venda ambulante

Jornal O PAÍS

16 De Maio de 2017

Há vários dias que os serviços de recolha do lixo no bairro Golfe II não cumpriam o seu papel. Há vários dias, também, os contentares de lixo foram retirados, sem explicação nem aviso algum aos moradores e a outros utentes que proveniente sabe-se lá de onde, despejam todo o tipo de resíduos num local improvisado. Como os contentares foram retirados sem aviso prévio, os produtores do lixo optaram em despejar o lixo ao ar livre, para que os cães, gatos e apanha tralhas dele se encarreguem. E o pior aconteceu. O lixo foi vasculhado e espalhado em toda a extensão da rua, como mortos e feridos num campo de guerra. E ninguém apareceu em socorro.

O lixo ao ar livre prejudica a saúde pública e o meio ambiente, mas parece não incomodar nem preocupar ninguém que se preze. Recolham hoje ou não; amontoado ou não, não se ouve nada nem se pune quem deve fiscalizar.

Os cidadãos produtores de lixo, também olham, encolhem os ombros e passam indiferentes. E o lixo aumentou.

Cresceu. E ninguém protestou. Se ontem era pouco, hoje duplicou e amanhã, claro, será pior. E, como nada era feito, cresceu como tudo cresce, deixando a banga e as farras continuarem. Os salões de festa e de beleza e as empresas de decoração que o digam...

O que realmente incomoda Luanda é a venda ambulante. Se a venda ambulante não fosse útil nem rentável, há muito que teria terminado. Mas, não! Ao contrário do maldito lixo, quem fiscaliza parece cumprir com grande zelo o papel de combate à venda ambulante. Ela cresce como tudo cresce, traz mais anarquia à grande cidade, mas correm e escondem-se em todo o lado: na verdade, a fiscalização persegue os vendedores, confisca os produtos e prende prevaricadores. A perseguição é feita palmo a palmo, mesmo no interior dos bairros, como mostram as imagens. Mas, contrariamente aos cidadãos produtores de lixo que nada escondem nem protestam, os vendedores e clientes da venda ambulante juntaram-se. Aglomeraram-se para reclamar. E vejam a ironia! Protestaram ao lado da lixeira que nasceu e cresceu, como há dias alguém

tentou explicar-se no início: precisamente porque o lixo até parece luxo, não é. As imagens não mentem.

Mesmo ao lado do lixo que não era recolhido, os serviços de fiscalização foram fotografados a prender vendedores ambulantes e os respectivos produtos. Sabe-se que o lixo provoca doenças. Também ameaça a saúde ambiental e a qualidade de vida. Os curiosos, os funcionários dos salões de beleza e os agentes de decoração não se preocupam com o lixo, mas ficaram indignados com o confisco dos produtos da venda ambulante e a neutralização dos vendedores. Como sempre, a fiscalização também fechou os olhos ao lixo. De repente, saltam disfarçados para prender os ambulantes, como se fossem gatos em colhidos atrás das grades. E agora que o lixo manda e desnada, quem explica esta ironia.

3.4 Mototaxistas solicitam mais apoio

Jornal de Angola

16 De Maio de 2017

Texto: Marcelino wambo

O governador provincial do Huambo aconselhou no domingo os mototaxistas, vulgo kupapatas, a legalizarem a sua actividade.

João Baptista Kussumua fez este pronunciamento durante um encontro com os kupapatas associados, com o objectivo de auscultar as suas preocupações, assim como procurar soluções para as dificuldades no exercício da actividade de táxi na província.

Devem tratar da documentação necessária, como carta de condução, livrete, título de propriedade, seguro, licença de aluguer, taxa de circulação e o pagamento regular de impostos, para evitar multas a serem aplicadas pelos agentes de trânsito.

No Huambo, a actividade de mototaxista é exercida por muitos cidadãos chefes de famílias. Ao intervir no encontro, com mais de 1.500 associados, o governador provincial referiu que, para melhor exercer o trabalho de mototaxista, sem quaisquer impedimentos, o cidadão precisa de estar habilitado, ter domínio do veículo e estar sempre acompanhado de dois capacetes de protecção.

O mais alto mandatário da província recomendou às autoridades da Polícia de Trânsito para, num período não superior a um mês, solucionarem o problema de cartas, livretes de condução e outros documentos dos associados para facilitar a sua actividade. João Baptista Kussumua pediu aos agentes de trânsito moderação na sua actuação, não exagerar na

aplicação das leis e regulamentos que regem o Código de Estrada..

Trabalhar com o povo e para o povo deve ser a palavra de ordem de qualquer governante, para melhor servir para o bem-estar das famílias", sublinhou o governador João Baptista Kussumua, ao mesmo tempo que pediu colaboração dos cidadãos na denúncia de casos de atropelos às leis por agentes destacados nas vias, para regular e ordenar o trânsito. O presidente da Associação dos Motoqueiros (Amotrang) no Huambo, Frederico Fernando, disse que mais de 12.000 associados, dos onze municípios da província, já receberam as suas cartas de condução desde 2015, depois de terem sido submetidos aos exames de condução pela Unidade de Viação e Trânsito.

Frederico Fernando apontou a falta de nível de escolaridade de muitos associados como um problema grave, que levou ao indeferimento de processos de muitos motoqueiros no acesso aos exames para aquisição da carta ou outro documento que os habilite ao exercício de condução.

3.5 Oeste-africanos "assaltam" actividade de moto-táxi em Luanda

Jornal Manchete

19 De Maio de 2017

Texto: Mário Cassanda

A actividade comercial em armazéns e cantinas Já não basta para os "mamadus", agora, expandem-se para o serviço de transportes de passageiros em motorizadas, uma actividade que até então era exercida apenas por jovens angolanos, maioritariamente provenientes do sul do país, em busca de melhores de condições de vida em Luanda.

Há quem diga que a situação da crise económica e financeira resultante da baixa do preço do petróleo no mercado internacional, que está a assolar também Angola, seja uma das causas que está a forçar os "mamadus", a experimentar outras actividades de subsistência no nosso país. Mas, o jovem maliano, identificado apenas por Abu, nega esta informação, dizendo apenas que em Angola há muitas facilidades para ganhar dinheiro, em relação ao seu país de origem.

Abu está a residir em Luanda desde 2015, vindo do Mau, e começou a exercer a actividade de moto-táxi no ano passado. Segundo o interlocutor, foi o seu irmão mais velho, Ibraim Hamu, gestor de armazéns no bairro Hoji-ya-Henda, quem comprou a

motorizada para exclusivamente realizar esta actividade.

O jovem confessa que factura entre 4 a 5 mil kwanzas por dia e está com planos de montar uma cantina, contando com todo apoio do seu irmão Ibraim Hamu.

A par de Abu, dezenas de outros jovens igualmente provenientes de países do norte de África estão nesta actividade pelo mesmo objectivo. A cada esquina ou rua da periferia da capital, cresce o número destes cidadãos estrangeiros, concorrendo ao mesmo nível com os nacionais.

O Manchete identificou quatro pontos no município do Cazenga, onde a actividade é desenvolvida com maior frequência e que os "mamadus" estão também presentes.

Por exemplo, na rua dos Comandos, junto ao Tanque do Cazenga, os motociclistas transformaram o local no epicentro de embarque e desembarque de passageiros.

Este ponto interliga com os pontos da Pracinha da Mabor (imediações da Decorang), Igreja do Santo António, Armazéns (localizados no Hoji-ya-Henda, respectivamente). Por questões de segurança, os "mamadus" evitam circular em ruas pouco movimentadas. Quando são solicitados por um passageiro simplesmente recusam.

À semelhança dos angolanos que praticam esta actividade, muitas das motorizadas usadas pelos "mamadus" não estão legalizadas, assim como também os mesmos não possuem carta de condução. A polícia tem estado a intervir constantemente e quando são interpelados e apreendidas as motorizadas, a soltura só é possível em caso de troca de valores monetários.

A AMOTRANG ESTA A PAR DO ASSUNTO

Entretanto, a instituição responsável pela regularização da actividade de moto-táxi no país, Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (AMO-TRANG), afirma que tem conhecimento da adesão de cidadãos estrangeiros oriundos de países do norte de África na actividade de moto-táxi.

Contactado pelo Manchete, o presidente da direcção desta associação, Bento Rafael, tranquiliza que muitos deles já estão inscritos na AMOTRANG, num total de 78 membros, apenas em Luanda. "Neste momento estamos a trabalhar para a sensibilização no sentido de inscrever aqueles que ainda estão a exercer

a actividade fora do controlo da associação", declarou o responsável.

Bento Rafael explicou ainda que a associação que dirige inscreve apenas os estrangeiros que se encontram na condição de legalidade migratória, pois, a legislação não impede os mesmos de exercerem alguma actividade de subsistência no país.

A AMOTRANG funciona desde 2005, mas poucos conhecem a sua existência, controlando mais de duzentos mil membros em todo o território angolano.

Bento Rafael fala dos projectos da associação para a elevação do nível de conhecimentos do Código de Estrada dos moto-taxistas e apela o apoio da sociedade.

3.6 Tudo o que um carro precisa a praça dos correios tem a pronto

Jornal Economia e Finanças

19 De Maio de 2017

Texto: António Eugénio

Um verdadeiro "el dorado". Tem tradição na venda de peças. o mercado dos Correios bem à céu aberto está localizado no distrito do Kilamba Kiayi, e lá existe há muitos anos. Congrega mais de 100 lojas, várias centenas de barracas e muita gente a vender acessórios em chão puro ou mesmo improvisado.

Milhares de pessoas têm o local como ganha-pão. Se no passado o comércio era dominado na generalidade por nigerianos, agora há gente de muitos pontos do continente africano.

Ali, há de tudo desde avela até o motor. Há contos de muita gente ter levado uma "carça", e voltarem com um carro seminovo. Os bate-chapas, pintores, mecânicos, electricistas lá estão.

Logo à entrada, encontramos Mawete Fernando, "Cota diga a peça que precisa e eu trago já, vocês podem sentar aqui eu vou buscar. O preço depois conversamos", Solicitamos um meio motor de um Toyota Corolla, diz que custa menos de 200 mil, avançamos com outros pedidos afirma que não era problema "há tudo".

"Aqui na nossa loja já montamos um Hiace. Temos peças de todas às marcas e os preços são recomendáveis e acessíveis", afirma.

De repente, fomos cercados por um grupo de jovens, são chamados "muambeiros", trabalham à espécie de intermediários e resolvem o problema do interessado.

Um maliano identificado por Wesley King, careca e com um abdomen avantajado é proprietário de três lojas, afirma que o negócio é rentável, e emprega seis jovens que tomam conta da venda.

Durante o dia amealham valores que chegam para pagar os seis trabalhadores, ainda assim o lucro é aceitável. No interior do mercado o movimento comercial é frenético.

Todos os vendedores são unânimes "O negócio rende que rende, Lá existe a "Ango-Langa" é uma loja, resultante de uma sociedade entre um angolano e um cidadão do Congo Democrático. Dedicar-se à venda de portas, chassis e motores de carros de alta cilindragens.

Encontramos ali o gerente Miro Kemba, explica-nos que os fornecedores do material para a sua loja são pessoas anónimas. Desconhece ao certo onde adquirem.

De repente aparece um jovem Alexandre, com um vidro de frente de um Land Cruiser diz ter adquirido numa viatura avariada e abandonada.

Afinal, é a origem de muitos acessórios. Muitos inclusive trabalham com base em encomendas. O cliente solicita, e combinam o dia e pronto está tudo, Os carros acidentados são outras fontes de aquisição. Há peças que em muitos casos são obtidos de furto.

O jovem identificado apenas por Mauro vende peças espalhadas no chão.

Conta que, os acessórios que vende subtraiu de um Hyundai Accent acidentado.

"Também pode se comprar gato por lebre", há peças compradas para uma determinada marca e na hora de colocar, nada! Sobretudo nos jovens que fazem-se passar por intermediários.

O outro perigo, reside naqueles que vendem peças no horário das 6 às 10 horas. Nestes casos por vezes nem o reembolso do dinheiro é possível.

A administração do mercado cobra diariamente, por cada vendedor uma quota de 100 kwanzas, não revelou ao certo a quantidade que factura por dia.

Face a queda de importação de viaturas, o negócio de acessórios aguçou os comerciantes e o interesse para a recuperação das velhas viaturas subiu. As concessionárias vendem o pouco que podem, contudo o negócio atraiu muita gente.

Cada um, vende de acordo ao mercado de aquisição das peças e sobressalentes. A marca da viatura também dita o preço da peça, em muitos casos autenticidade da peça não interessa na aflição tudo vale.

Por exemplo, meio motor de Hyundai Gets chega a custar mais de 150 mil kwanzas, um filtro de óleo 1.000, um farol 10 mil.

A recuperação de um Toyota Corolla o farol está acima de 8 mil, por um filtro de ar o interessado paga uma quantia de 3 mil contra metade do tempo passado.

Um para-choque para o Grand Cherok, vale acima de 80 mil, quatro velas custam 15 mil, o filtro de óleo 6 mil, de ar 8 mil.

Já o Chevrolet Cativa, por um radiador paga-se 80 mil kwanzas, um motor novo equivalente a 8 mil dólares, um triângulo 40 mil, um filtro de óleo 4 mil de ar 7 mil.

Meio motor de um Kia Sportage custa em médios 3 milhões, um filtro de ar 5 mil kwanzas, filtro de óleo 3 mil. Portanto a marca determina o preço a pagar.

A importação de viaturas para Angola teve uma quebra na ordem de 91,2 por cento no I trimestre de 2016, revela o relatório do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), que refere que a generalidade das viaturas entrou por Luanda, e em três meses chegaram ao Porto do Lobito apenas 25 carros e ao Porto de Cabinda 13.

Dados do CNC, que coordena as operações de comércio e transporte marítimo internacionais, indica que nos primeiros três meses do ano foram importadas apenas 2.059 viaturas, contra as 23.615 unidades registadas em igual período de 2015 na ordem de (262 por dia).

Já no ano de 2015 a importação de veículos tinha atingido uma queda de 70,8 por cento, face ao Ano anterior, com a entrada de 39.026 viaturas, contra as 133.876 unidades de 2014. A queda na Aquisição de viaturas deve-se a crise instalada desde finais de 2014 em todo mundo.

3.7 Em busca do trabalho formar em Angola

Jornal de Angola

20 De Maio de 2017

Texto: Osvaldo Gonçalves

A ideia da criação de um observatório da economia informal em Angola, apresentada em Luanda pela economista Juliana Evangelista, demonstra bem as preocupações que a sociedade tem para com este sector, de suma importância sócio-económica no país.

Como bem mencionou a também docente universitária, o sector informal em Angola emprega cerca de 60 por cento da população economicamente activa. Nove em cada dez trabalhadores urbanos e rurais estão no sector informal, acrescentou a economista, que citou dados do Instituto Nacional de Estatística. "A incidência recai particularmente sobre o grupo de mulheres e jovens", detalhou.

Dos 13,6 milhões de habitantes com idades compreendidas entre 15 e 64 anos, cerca de 8,2 milhões estão desempregados, pelo que recorrem à actividade económica informal para suprir as suas necessidades.

Está-se ainda muito longe de determinar o peso real da economia informal no país, tanto em termos globais, quanto nos rendimentos das famílias, sobretudo por ser difícil avaliar o volume de receitas e despesas mensais de um trabalhador informal.

Sem o controlo desse exército de mão-de-obra, impossível é calcular o volume de receitas que o Estado deixa de arrecadar através de cobrança directa sobre os rendimentos assim obtidos, mas será fácil entender que se trata de importantes volumes de dinheiro.

A chamada de atenção feita pela economista sobre essa massa de mão-de-obra actualmente entregue à economia informal pode-se revelar danosa para a segurança nacional, por via do seu aproveitamento por parte de redes criminosas, e tem toda a razão de ser, sobretudo, quando se pode constatar uma total falta de consciência desses trabalhadores sobre o seu real valor na economia nacional.

Além dos trabalhadores braçais, a maioria dos quais demonstra total desconhecimento dos seus direitos e deveres enquanto membros da sociedade, os indivíduos detentores de certas habilidades, fruto de ação às instituições públicas encarregadas de assegurar o futuro do cidadão. São constantes as notícias da constatação pelos órgãos responsáveis do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de casos de violação da lei por empresários nacionais que ignoram simplesmente a necessidade do registo e pagamento de quotas dos trabalhadores à Segurança Social.

Na medida em que se pode constatar serem essas situações provocadas não apenas pelo desconhecimento em relação a essas obrigações, mas derivadas de uma postura propositada de fuga ao fisco, defendemos já ser hora de as autoridades passarem da habitual sensibilização para a penalização dos prevaricadores, fazendo com que as compensações financeiras a que as empresas são sujeitas a pagar pelo incumprimento das obrigações tributárias revertam a favor dos trabalhadores que deixam de poder contar com tais valores como descontos para a segurança social.

Quando alerta para os perigos que podem resultar da falta de com um aprendizado junto de familiares ou em oficinas, pouco ou nada sabem além da profissão que conseguiram ganhar.

Muitos profissionais do mercado informal têm as suas relações com o Estado reduzidas ao extremamente necessário, limitando-se as suas contribuições para o erário a pouco mais do que o imposto de consumo.

A principal razão desse divórcio é a excessiva burocracia que se verifica nos serviços de atendimento e apoio ao cidadão, cuja principal nota de presença está nas enchentes constantes à porta das repartições do Registo Civil.

Na verdade, a diversificação da economia, um imperativo para que o país possa encarar e sair da crise económica agravada pela crise dos preços do petróleo, que provocou um "choque sistémico" nas receitas fiscais, segundo contas do próprio Estado angolano, que estimou em quase seis mil milhões de dólares as perdas sofridas em 2015, é vista por ângulos muito restritos.

Ouvem-se, amiúde, tiradas de humor duvidoso em relação a pequenos feitos de empresários angolanos, sobretudo do sector agrícola, cujas iniciativas levam, por exemplo, a exportações de quantidades, por mínimas que sejam, de produtos. E de referir a forma suspeita com que se pretende ignorar toda a

envolvência relativa a esses feitos e as perspectivas que com eles se abrem.

A informalidade dos empregos é entendida como um modo de ser, em vez do que é na realidade: uma forma de estar, uma condição momentâneo que grande maioria se esforça por alterar. O trabalho por conta própria não é visto como actividade económica geradora de rendimentos, que deve ser exercida numa base legal e seguradora do futuro de quem a exerce.

Electricistas, mecânicos, técnicos de geradores e ares condicionados, pintores de parede e muitos outros profissionais encaram a sua actividade com um desenasque apenas e sequer procuram oficializá-la e afirmar-se como contribuidores do Estado. Além da burocracia, contribui para essa realidade a falta de expectativas em relação às instituições públicas encarregadas de assegurar o futuro do cidadão. São constantes as notícias da constatação pelos órgãos responsáveis do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social de casos de violação da lei por empresários nacionais que ignoram simplesmente a necessidade do registo e pagamento de quotas dos trabalhadores à Segurança Social.

trolo do sector informal, Juliana Evangelista corre o risco de ver as suas ideias conotadas com alguma vontade do Estado e, sobretudo, da formação política em funções no exercício do poder, de controlar a população e a classe trabalhadora em particular.

"A informalidade, quando não controlada, pode constituir ameaça séria à estabilidade social, por causar distorções ao funcionamento normal dos mercados, podendo comprometer aspectos como a livre concorrência, a justiça distributiva e os direitos dos consumidores", afirmou a economista.

"De igual forma, a segurança nacional pode ser ameaçada, quando organizações criminosas desenvolvem actividades informais para financiar operações ilícitas", alertou ainda. Sendo a actual situação de excesso do trabalho informal e de descontrolo em relação a este sector consequência da guerra, é natural que, conquistada a paz, o Estado procure normalizá-la, pelo que deve recorrer a todos os mecanismos que se revelem efectivos nesse sentido. No livro "Economia informal o caso de Angola", lançado em Janeiro deste ano, o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, propôs-se identificar, ao longo das 209 páginas da obra, as causas, consequências e características da informalidade económica no país, assim como aponta os caminhos a serem seguidos para que os agentes económicos informais deixem esta prática, que não contribui para o crescimento e desenvolvimento nacional. O livro destaca-se pela abertura do autor a

que o leitor faça o seu juízo de valor sobre várias questões elencadas.

Na conclusão do livro, Francisco Queiroz sugere que se faça um trabalho intenso de consciencialização da sociedade, em geral, e da classe política, em particular, sobre a importância e o papel que os agentes do sector informal podem desempenhar no processo de desenvolvimento, antecipando e trazendo para a agenda actual um tema de grande importância.

"Para um país se desenvolver não pode haver informalidade permanente ou perpétua, apesar das necessidades de cada agente económico, mas a questão em causa deve ser encarada como um momento transitório que deve evoluir paulatinamente para a economia formal", afirmou o autor à imprensa.

Para Francisco Queiroz, "deve haver uma competição entre o sector económico formal e informal para que gradualmente a economia formal possa preencher os espaços da informalidade económica no país, fazendo com que os agentes económicos informais deixem esta prática e integrem-se no modelo formal".

Nesse sentido, um observatório permite saber quantos são, quem são, que profissões exercem e onde se encontram os trabalhadores informais, cadastrá-los para que estejam à disposição das empresas e projectar acções de formação e capacitação dos mesmos.

Permite também legalizar a sua actividade, angariar importantes receitas para o Estado através da taxaço e criar as bases para a constituição de fundos que possam garantir a cada um gozar e 'um subsídio de reforma condigno.

1.8 Zunga em debate no memorial Agostinho Neto André Mussamo e Jacinto Figueiredo

Jornal O PAIS

24 De Maio de 2017

Texto: André Mussamo e Jacinto Figueiredo

O Observatório para os Direitos da Mulher (ODIM) e o Fórum de Apoio às Mulheres Zungueiras (FPMZ) realizam amanhã, 25 de Maio, no Memorial Agostinho Neto, das 9h às 17h, o I SIMPÓSIO NACIONAL SOBREAMULHERZUNGUEIRA, com o objectivo de Debater o tema sobre as zungueiras.

A abordagem, uma das primeiras do género no país, estará concentrada na problemática da existência e

resistência do fenómeno da zunga, no contexto social angolano, juntando no mesmo local entidades do poder de soberania nacional, investigadores, historiadores, sociólogos, médicos, juristas, economistas, estudantes e zungueiras, no intuito de juntos proverem o contributo para que se encontrem soluções para o problema.

A ideia começou a ganhar corpo quando no passado dia 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, diferentes sensibilidades femininas decidiram juntar-se e assinalar a efeméride oferecendo 500 flores às mulheres zungueiras, que naquele dia feriado não ficaram em casa, mas "zungavam" apregoando o habitual refrão promocional da venda que é seu ganha-pão.

Desde aquele gesto que passou a crescer e elevar a consciência sobre a importância do trabalho e a "linha de drama e sofrimento que a mulher zungueira enfrenta há diversos anos, principalmente na cidade capital angolana".

No entender dos promotores da iniciativa, as zungueiras "podem vir a ser aliadas do Estado na luta contra a pobreza, uma vez que sejam criados mecanismos para as introduzir no sector económico formal. São mulheres que, na luta pela vida, têm sido incansáveis na manutenção das suas famílias' na educação dos seus filhos e na formação de muitos quadros no país".

Defendem ainda que elas, as zungueiras, são uma realidade é, à semelhança de milhares de angolanos, buscam soluções para ultrapassar a pobreza que as afecta.

Três painéis de discussão vão dar corpo à iniciativa, nomeadamente A Zunga e a zungueira no Contexto Social de Angola; zungueira, Sua Contribuição para a Economia nacional e Zungueiras, Direitos e Deveres. A ocasião servirá igualmente para a Plataforma Mulher em Acção (PMA) lançar o relatório da pesquisa "Barreiras de Acesso ao Mercado", uma pesquisa realizada dentro do projecto empoderamento económico financiado pelas Ajudas das Igrejas Norueguesas. A pesquisa foi realizada nas províncias de Benguela (municípios da Ganda e Bocoio), na província de Luanda (município do Icolo e Bengo e comunidade de Ngolome) e na província da Huila (município da Humpata e comunidade de Vilele).

O Observatório para os Direitos da Mulher (ODIM) é uma estrutura integrada pelo Clube de Mulheres Angolanas de Carreiras jurídicas, constituído formalmente a 25 de Janeiro de 2016, enquanto a Plataforma Mulheres em Acção tem como intuito

monitorizar todas as questões socialmente relevantes ligadas ao exercício, promoção, protecção e defesa dos direitos das Mulheres.

O desafio da venda ambulante

A venda ambulante em Luanda é já um sério problema. Longe de acabar com este tipo de comércio, o que se espera, no mínimo é, travar a desordem que ele causa no casco urbano e nas principais vias de acesso ao centro da capital angolana resultando num verdadeiro caos. Nos passeios e estradas é visível a sua presença e de seus produtos que vão desde as frutas às roupas, do calçado à água em bidon.

Legumes, frescos, utensílios de cozinha, produtos de ervanária, refeições 'pronto a comer', enfim, um pouco de tudo se encontra na zunga. As autoridades e moradores acusam as zungueiras de serem uma fonte de anarquia e produção de dejectos nas ruas da cidade e entradas de condomínios e prédios.

Entretanto, mesmo combatida pelas autoridades, a zunga continua a ser um movimento com vitalidade e infinitas soluções alternativas para escapar ao poder de repressão das forças da ordem. Nas ruas de Luanda e de outros grandes centros do país, as mulheres de bacias à cabeça, embrulhos nas costas ou empurrando carrinhos de mão, dizem ali encontrar a única alternativa para sustentar os seus agregados familiares.

Como é de esperar, nem tudo é um mar de rosas para o "exército" de mulheres que deambulam pelas cidades em busca do sustento.

O seu maior problema é a frequente violência por parte da polícia e agentes da fiscalização adstritos às administrações municipais, principalmente na capital, Luanda. As zungueiras dizem que não têm alternativa devido à falta de espaço e ao comportamento menos digno dos agentes de fiscalização dos mercados construídos pelo governo da província, onde estão autorizadas a vender. Argumentam que preferem vender nas ruas de Luanda onde não têm de pagar qualquer taxa e estão mais perto dos clientes.

De tempos em tempos são reportados abusos e violência contra as vendedoras. O país já chegou a registar casos de morte tanto por disparos com arma de fogo por efectivos da Polícia Nacional como por atropelamento nas vias rodoviárias quando fogem da perseguição de que são frequentemente alvo. Contam, entre sorrisos, que "já estão acostumadas".

Fenómeno fora de Luanda

O fenómeno, antes apenas notado em Luanda, hoje já transvazou para lá das fronteiras da capital e pode ser avistado na cidade de Benguela, Sumbe, N'Dalatando, Malanje, Luena e muitas outras, embora em menor escala.

Também antes com maior adesão de mulheres adultas, hoje o fenómeno atrai jovens (homens e mulheres) e até crianças. Há cada vez mais indícios de que a venda ambulante tende a perpetuar-se.

O caos é tal que há vendedoras ou vendedores que ousam desafiar a autoridade, zombando os efectivos policiais em serviço e os agentes da fiscalização. Testemunhar o jogo do "gato e o rato" nas ruas de Luanda entre zungueiras e autoridades tem em simultâneo algo de teatral e surreal. De um lado vendedor as que escapam à ameaça de detenção e, do outro, autoridades tentando persuadir e forçar a desistência daquelas.

A mínima pausa na briga entre as partes, as zungueiras não se coíbem de reabrir a venda. Contam que chegam a juntar dinheiro para pagar "luvas" a agentes da autoridade que, fingindo que combatem o fenómeno, acabam por permiti-lo desde que as circunstâncias sejam "favoráveis".

O problema é profundo e demanda soluções igualmente profundas tal é o número de tentativas fracassadas na intenção de debelar o gigantesco movimento de venda ao ar livre.

Ao que tudo indica, o deteriorar das condições de sobrevivência um pouco por todo o país (onde são escassas as oportunidades de emprego e deficitário o fornecimento de bens e serviços) pode ser um dos factores que promovem a precária migração rumo aos grandes centros, com preferência por Luanda.

Esta vaga de pessoas, desprovidas de competências para encontrar um lugar ao Sol, não deixa outra alternativa senão a de vaguear na informalidade.

Defendem alguns especialistas que, face a essas dificuldades, o ideal seria promover os fluxos populacionais no sentido inverso, ou seja, rumo às suas zonas de origem, criando o mínimo de condições socio-económica e de sobrevivência condigna.

Actualmente, as zonas de origem estão desprovidas de ferramentas que ajudem as grandes massas populacionais a fixarem-se e sobreviver porquanto não abundam oportunidades de trabalho e negócio nem as alternativas. Outras correntes defendem que a solução de pende de políticas estruturais pragmáticas, principalmente, fora do território da província de Luanda.

3.8 Maruvo ou "N'samba": o negócio que sustenta muitas famílias no Uíge

Jornal Liberdade

28 De Maio de 2017

Texto: Ismael Nascimento

N'samba, em língua Kikongo, vulgo maruvo, em português, é uma das mais típicas e apetecíveis bebidas tradicionais que se consomem no Norte de Angola.

A excepção da província do Zaire, onde se produz em pequena escala, no Kuanza Norte, Bengo, Cabinda e Uíge, para além de ser uma simples bebida para consumo humano, a sua comercialização, desde os tempos mais remotos, tem servido para o sustento de muitas famílias.

Para saber mais sobre a sua produção, a nossa reportagem deslocou-se ao Uíge, numa aventura de mais de 300 quilómetros, num percurso sinuoso devido às curvas e contra curvas escondidas por um matagal, que se abeira da estrada a partir da comuna do Úcua (Bengo), até a escassos quilómetros da antiga cidade de Carmona.

Já no Uíge, no dia seguinte, há poucos minutos das cinco horas da manhã de um Domingo de Fevereiro, fizemo-nos à estrada, saindo do mítico bairro Candombe Velho, em direcção à aldeia de Matuta, há 9 quilómetros para quem vai ao município do Mucaba, percurso vencido em menos de dez minutos, numa condução cautelosa do motorista conhecido por Jack, um filho da terra.

Augusto Plate, o nosso ciclerone e conhecedor da área, apresenta-nos ao "mbuta muntu" (mais velho), Abílio Kunzingame, de 58 anos de idade, o nguemero (palmador), o homem que se dedica à extracção de nsamba do bordão ou palmeira, que já nos esperava e com quem depois percorremos a pé mais três quilómetros até atingir a fazenda Casuhua, instalada numa baixa a beira de um riacho, numa mata fechada.

Vencido o medo do bosque, que nos acoitava, que nalguns locais se assemelha à escuridão da vasta floresta do Mbuiti, em Quitexe, ou mesmo, do Mayombe em Cabinda, em seguida recebemos explicações pormenorizadas do Nguemero, sobre o processamento e extracção deste líquido.

Sem obedecer a qualquer ritual, como acontece noutras regiões do país, Abílio Kunzingame, munido de uma faca, que se presume ter subtraído de uma catana de marca ramada, botas de borracha, chapéu e

uma "Quilamba" debaixo do sovaco, desfia o rosário nestes termos:

" É uma tradição entre nós os bakongos praticarmos este tipo de actividade deixada pelos nossos ancestrais'; foram as primeiras palavras deste mais velho com um sorriso simpático':

Continuando, a fonte frisou que "é uma bebida muito procurada por gente alta e baixa da sociedade para saciar a sede, mas também em alguns casos para festas de grande dimensão, sobretudo do alembamento, um ritual muito usado nas províncias do Norte de Angola"

Curiosamente, embora seja o " Nguemero', Abílio Kunzingame não bebe o tão apetecido líquido, preferindo um outro vinho, esse sim! O da videira. A preferência pelo vinho europeu é uma apenas, uma opção pessoal.

Como se extrai o líquido

Quando se chega ao local, que geralmente é entre às seis e às sete horas, retira-se o líquido do recipiente, que estiver no bordão ou na palmeira, e, em seguida, mistura-se com um outro extraído de uma outra palmeira, faz-se uma composição, por intermédio de um funil de cabaça, de plástico ou de alumínio, dando um único paladar.

Deste modo, o nsamba está apto para ser consumido, sendo que, os primeiros copos servidos frescos são consumidos pelos próprios palmadores, antes de dar a alguém que estiver ao lado, ou que surgir mais tarde no local, ou com quem vier a encontrar-se pelo caminho, caso pretenda oferecer':

Depois desta operação, que pode ser feita em menos de dez minutos, segue-se uma outra, que é a de recolocar o recipiente no bordão. Mas antes, atendo-se na demonstração feita por Kunzingame, afia-se a faca em cima de uma pedra deitada ao lado do bordão, retira três a cinco caules para dar lugar um novo, que possa bombear outro líquido que vem a conta gotas.

Depois disto, recoloca-se o recipiente com a capacidade, que varia entre os cinco e vinte litros, apoiados por duas pequenas ilhargas, que se assemelham a uma figa. A durabilidade da extracção do maruvo pode durar entre oito e doze meses, desde que seja feito com mestria.

Depois da caducidade, retira-se do bordão ou da palmeira o famoso « jissombe" São "bichinhos" comestíveis, de cor amarela e gordurosos, que pode ser comidos fritos ou cozidos para se degustar com

um funje (de bombó ou de milho" a maneira uigense.

Produção

Para se manter ou aumentar o ritmo de produtividade, o bordão ou palmeira deve ser bordado duas vezes ao dia. A primeira limpeza matinal deve ser feita preferencialmente até às sete horas da manhã, ao passo que a segunda reserva-se para às 15 horas.

Neste intervalo de tempo, o bordão pode bombear até 15 litros. No período seguinte, que vai das 15 até às 7 horas, do dia seguinte, a produção pode dobrar, como refere o especialista.

Tradicionalmente, esta actividade é mais reservada aos homens, embora no passado houvesse mulheres que se "atrevessem" a fazê-lo no município do Bungo (Uíge), mas que foram aconselhadas a desistirem por ser" um trabalho reservado a homens':

Quanto a sua plantação, o bordão pode demorar sete ou dez anos para começar a dar os seus primeiros frutos, aliás, depende muito do tratamento, que lhe for dado, no que concerne à limpeza e do local onde for plantado.

Segundo a fonte, preferencialmente deve ser cultivado numa baixa com solo arável e próprio para culturas deste género. Mas ainda assim, segundo a fonte, " o único segredo é a limpeza do local" conta.

Comercialização e conservação

Desde o tempo colonial, este produto foi sempre comerciável e os parques rendimentos resultantes destas vendas serviam para suprir algumas despesas familiares mais básicas, e actualmente a situação não foge à regra. "

Tal como no tempo colonial, o pouco dinheiro que sai dessas pequenas vendas dá para comprar alguma coisa para casa; sal, sabão, arroz, peixe, petróleo iluminante e material escolar para os filhos", refere o mais velho Abílio.

Apesar de não ser um negócio de muita fama, em termos de rendimentos, mas ajuda a resolver algumas prementes situações, " numa altura em que não há emprego para todos na província, e a solução é continuarmos com o negócio até que algum dia encontremos um outro': sublinhou a fonte.

Este é o resumo da história deste líquido que é muito apreciado na região norte de Angola, e presentemente a sua comercialização já se estendeu a Luanda, a capital do país.

3.10 Praças e pracinhas

Jornal O PAÍS

31 De Maio de 2017

Texto: Laurinda Cavoio

Caro director do jornal o PAÍS, desde que me conheço que só vejo as praças a proliferarem em Angola. Onde não havia uma praça ontem, hoje há duas. Não sei se somos um povo comerciante, ou se somos um povo desorganizado. Porque as cantinas e lojas deixamos para os estrangeiros, só queremos mesmo vender nas praças e pracinhas, sem ordem nenhuma e sem higiene.

Agora, mesmo no Lubango e em Benguela também já encontramos pessoas a vender no meio do trânsito. O que é que se passa afinal?

Nas estradas, quando saímos de uma província para Luanda, por exemplo, há sempre praças, umas só vendem legumes, outras vendem até carne que não sabemos há quanto tempo foi abatido o animal.

Mas o que me preocupa, nas praças das Cidades e nestas das estradas, algumas até foram construídas pelas administrações municipais e governos provinciais, é que os produtos estão sempre no chão. Raramente encontramos os produtos numa bancada e bem apresentados, é sempre no chão. Mesmo que isso possa representar riscos para a saúde das pessoas. Mas parece que ninguém quer saber.

Como sei que os nossos dirigentes e têm este jornal, gostaria de apelar na Carta do Leitor para este assunto, porque as praças podem ser bonitas se forem bem organizadas e a saúde das pessoas fica a ganhar.

Obrigado pela atenção.

Laurinda Cavoio

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

Recorde-se que o inquérito sobre receitas, Despesas e Emprego em Angola surge na sequência de um Decreto do presidente José Eduardo dos Santos, de Abril de 2017.

4.1 INE quer crédito suplementar ao OGE

Jornal Folha8

13 De Maio de 2013

Texto: Victória Balundo

Instituto Nacional de Estatística (INE) com a previsão de realizar um inquérito sobre as receitas despesas e emprego em Angola, obrigará o Governo a concessão de um crédito suplementar no Orçamento Geral do Estado (OGE) /2017, avaliado em 1 bilhão e 650 milhões de kwanzas para actualizar o índice de preços e medir de pulsação do sector informal, face o consumo das famílias, assegurou o director geral, Camilo Ceita. Este projecto tem a previsão de 12 meses, daí constar no OGE 2017, mais o tacto de ainda não ter arrancado nem data para isso acontecer, pode levar a ajustes, para mais ou menos, do ponto de vista financeiro. O Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Assembleia Nacional, no 14.12.2016, tem receitas estimadas em Kwz: 7390.0-16.964.055,00 (sele trilhões, trezentos e noventa biliões, quarenta e seis milhões. novecentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e cinco Kwanzas), fixando despesas em igual montante, por se Lerem 1118nl ido os objectivos nacionais definidos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, tais como a preservação da unidade e coesão nacional, garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, inclusão da juventude na vida activa, crescimento do sector privado, bem como a inserção competitiva ele Angola no contexto internacional.

O INE revelou também que beneficiou em Dezembro de 2016 de um financiamento do Banco Mundial de mais de 55 milhões de euros, que vai permitir desenvolver vários projectos estatísticos nos próximos cinco anos, "sobretudo na estratégia de desenvolvimento estatístico 2015/201125. Nós sabemos que temos de dar suporte de informação estatístico para o plano de desenvolvimento que Angola tem e sobretudo para alimentar também as estratégias Angola 20125, ressaltou o director do INI·

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Programa do MPLA elege autarquias como chave do desenvolvimento territorial

Jornal O PAÍS

11 De Maio de 2017

Texto: José Dias

A consolidação da democracia em Angola deverá passar pela organização de eleições autárquicas que proporcionarão uma descentralização administrativa mais célere do país com vista a um desenvolvimento mais equilibrado do território nacional, disse ontem, em Luanda, o candidato do MPLA a Presidente da República, João Lourenço.

Ao intervir no acto de apresentação pública do programa de governo do MPLA e do seu manifesto eleitoral, decorrido no centro de conferência de Belas, João Lourenço considerou que o processo contribuirá para garantir o aumento da qualidade de vida e do bem-estar dos angolanos e o desenvolvimento harmonioso do território promovendo a descentralização e a municipalização.

Tendo como objectivo o renovar nas urnas a confiança do povo angolano para melhor servir Angola e os angolanos, interpretando os anseios e as aspirações mais profundas do povo angolano, o MPLA elaborou e a partir de hoje pretende dar a conhecer o seu manifesto eleitoral e o correspondente programa de governo para o período 2017/2022.

"O MPLA governa para o povo e com o povo. Os governados não são meros actores passivos em assuntos públicos quanto à vida nacional como local. Com as autarquias, a administração do Estado estará mais próxima das populações, o que tornará mais fácil a percepção das suas necessidades e aspirações, bem como da sua satisfação", frisou.

De acordo com o Vice-Presidente do partido no poder, o governo do MPLA pretende atingir nos próximos cinco anos objectivos muito claros nos domínios político, económico e social, consubstanciados na consolidação da paz e da democracia, reforço da cidadania e construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, concretização da reforma e organização do Estado visando o

desenvolvimento sustentável por meio da inclusão económica e social e a redução das desigualdades.

O programa do MPLA privilegia igualmente o desenvolvimento humano e bem-estar dos angolanos, uma economia diversificada, competitiva, inclusiva e sustentada, a expansão do capital humano, criação de oportunidades de emprego qualificado e remunerado para os angolanos, a defesa da soberania e da integridade territorial do país e da segurança dos cidadãos bem como o reforço do papel de Angola no contexto internacional.

Neste contexto, referiu que o combate à pobreza e o aumento da qualidade de vida do povo angolano continuarão a ser o foco do programa do MPLA para o período em referência, tendo como bandeira a transformação da riqueza potencial' que constituem os recursos naturais de Angola, em riqueza real e tangível para os angolanos.

"O MPLA tem consciência de que muito ainda há a fazer e nem tudo o que foi projectado foi realizado como previsto. Contudo, o país tem rumo e está no caminho certo no sentido da realização progressiva das aspirações e anseios mais profundos do povo angolano", sublinhou ainda.

Para o MPLA, acrescentou João Lourenço, "a prosperidade do povo angolano é o seu grande objectivo estratégico e deverá estar baseado numa economia forte, dinâmica, diversificada, geradora de emprego para os jovens e para os trabalhadores angolanos no geral".

De acordo ainda com o candidato, a paz afigura-se como um pressuposto indispensável para a estabilidade política que proporciona o exercício regular dos poderes públicos resultantes dos processos democráticos que se consubstanciam no desenvolvimento das actividades regulares dos órgãos de soberania, dos partidos políticos, dos autores económicos e da sociedade civil.

João Lourenço considerou que o seu partido encontra-se "profundamente" inserido na sociedade, residindo a sua essência de glória e de vitória na sua capacidade de renovação.

"Tendo como objectivo o renovar nas urnas a confiança do povo angolano para melhor servir Angola e os angolanos interpretando os anseios e as aspirações mais profundas do povo angolano, o MPLA elaborou e a partir de hoje pretende dar a conhecer o seu manifesto eleitoral e o correspondente do programa de governo para o período 2017/2022", referiu na ocasião.

Disse que o MPLA apoiará as famílias, as igrejas e as organizações da sociedade civil nas suas actividades de educação cívica e patriótica e do resgate dos valores morais cívicos e culturais.

Vai igualmente trabalhar no sentido de garantir a reforma do Estado, a boa governação, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado do território nacional para o aprofundamento da democracia e o desenvolvimento económico e social.

Do ponto de vista da organização económica e social, frisou 'que o MPLA mantém a sua opção pelo sistema de economia de mercado, cujas principais características é a livre iniciativa do cidadão no sentido de criar riqueza pessoal e social e de ascender com base no seu' empenho, para além do mérito pessoal, nos diversos domínios da vida económica e social.

Neste plano, o MPLA defende que cabe ao Estado promover o equilíbrio entre todos os agentes que participam no processo de diversificação económica devendo este promover uma competitividade económica inclusiva, criando as condições para que haja justiça e transparência e garantindo que, no final, todos alcancem níveis devida e de bem-estar aceitáveis.

Acrescentou ainda que os órgãos do Estado deverão prestar uma atenção especial aos sectores da educação e ensino, saúde e assistência médica, bem como no processo de diversificação da economia, acesso à habitação, ao emprego, apoio ao empresariado nacional e a protecção social de modos a que as instituições económicas sejam cada vez mais inclusivas.

"Precisamos de desenvolver de forma programada os sectores mais intensivos em mão de obra para criar mais empregos, mais rendimentos para o cidadão e, por conseguinte, melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos angolanos", frisou.

Neste contexto, recomendou ser necessário acelerar o desenvolvimento de sectores como a agricultura, a agro-indústria, indústria transformadora, a construção, turismo, as pescas e todos aqueles que criam emprego e garantem o desenvolvimento sustentável do país.

Como finalidade o MPLA propõe-se distribuir melhor o rendimento nacional por meio do aumento do emprego e da atribuição de salários justos e dignos aos trabalhadores.

Para o político, o investimento público em infra-estruturas é aba-se para tornar o investimento

privado mais lucrativo e com maiores margens de retorno.

Para tal, o Estado prestará atenção especial às infra-estruturas indispensáveis como a energia, água, estradas, caminhos-de-ferro, portos e aeroportos, de modo a que o investimento privado possa se expandir à todas as regiões do país.

No domínio da educação, o programa de governação do MPLA considera este sector chave do desenvolvimento económico e fundamental em qualquer sociedade para que os cidadãos tirem proveito das oportunidades disponíveis.

"Sem um verdadeiro acesso dos cidadãos à educação, não é possível empreender um combate sério e eficaz contra a fome e a pobreza", frisou. Neste contexto, disse ser um sector fundamental para a inclusão social e base para o desenvolvimento e progresso de Angola.

Assinalou a evolução quantitativa do sector da educação que deverá continuar a ser expandida para que não hajam mais crianças fora do sistema do ensino, prestando-se, ao mesmo tempo, uma atenção especial à qualidade do ensino ministrado aos vários níveis do sistema de educação.

Na saúde, outro domínio crucial para o aumento da inclusão social do país, disse que o MPLA prevê o reforço da cobertura sanitária, o reforço da capacidade institucional do sector, a melhoria dos serviços de saúde que constituem factores a serem considerados com vista ao aumento do desempenho deste importante sector da vida nacional.

O MPLA considera que neste domínio deve manter e aprofundar os ganhos já conseguidos, reservando ao serviço nacional de saúde o aumento da sua organização e requalificação estimulando a participação dos indivíduos das famílias e das comunidades no melhoramento da qualidade dos serviços prestados.

"Vamos reforçar o sistema municipal de saúde garantindo o acesso universal à qualidade e quantidade dos serviços de saúde, trabalhando na criação de serviços e centros hospitalares de excelência e de referência a nível nacional provincial e regional, equipados com novas tecnologias de diagnósticos de tratamento", rematou.

5.2 FAS capacita funcionárias da Administração Pública

Jornal O PAÍS

19 De Maio de 2017

Texto: João Katombela

O certame que decorre até hoje na cidade do Lubango, província da Huíla, conta com a participação de representantes das direcções provinciais da Família e Promoção da Mulher da província anfitriã, do Namibe, Benguela e Cunene, sob o lema:

Liderança, Gestão e Participação Feminina".

O workshop visa reforçar a capacidade da mulher em identificar e fazer uso mais produtivo das oportunidades internas através da sua mestria e liderança pessoal, na gestão das suas responsabilidades em ambiente proactivo. A formação terá a duração de dois dias.

Durantes os dois dias, as participantes abordam questões como "Os desafios da liderança feminina na gestão da sua participação, "A construção de conceito compartilhado de liderança, preparação de proposta de planos de acção a nível individual ou colectivo, como mulher dentro das instituições bem como os direitos humanos das mulheres".

O director Nacional do FAS, Santinho Figueiredo, disse, durante a sua intervenção, que com esta acção formativa pretende-se combater a exclusão e a discriminação baseadas no sexo.

No âmbito da estratégia de formação e capacitação contínua dos seus quadros, o FAS desenvolveu um Plano Nacional de Formação de Quadros da Administração local e parceiros. Um dos espectos estabelecidos no plano é o de desenvolver as habilidades do pessoal a todos os níveis, combater a exclusão e discriminação na base do sexo ou outros factores de vulnerabilidade" sublinhou.

O responsável acentuou a necessidade de as mulheres ocuparem aqueles lugares tradicionalmente ocupados por homens. "O empoderamento das mulheres não deve ser pela boa aparência física, mas pelo contributo que ela pode dar ao país", recomendou.

Por seu turno, o Vice-governador para o sector Económico.

E Produtivo da Huíla, Sérgio da Cunha Velho, em representação do governador provincial, João Marcelino Tyipinge, destacou a importância da acção formativa, pelo facto de garantir o equilíbrio social nas comunidades No contexto socioeconómico em

que nos encontramos hoje, são de extrema importância acções que busquem o equilíbrio social no seio das comunidades. Para as quais o empoderamento e dinamização da acção da mulher constituem matérias fundamentais para a evolução da dinâmica social das populações", afirmou.

De acordo com o último censo demográfico realizado no país, referiu Sérgio da Cunha Velho, mais de 52 por cento da população do país é do género feminino, facto que torna essa franja da população crucial na definição das políticas sociais mais importantes para desenvolvimento.

A terminar, o Vice-governador explicou que a potenciação do desenvolvimento das estratégias para a participação feminina em actividades públicas e espaços organizados, são aspectos que permitem desenvolver capacidades de cooperação entre grupos e favorecer um ambiente de solidariedade e partilha da sociedade.

Em seu entender, torna-se necessário desenvolver cada vez mais políticas e acções cívicas e de cidadania virada para a inclusão das mulheres no processo de liderança, gestão e desenvolvimento socioeconómico das comunidades, conferindo-lhes mais autonomia e poder de decisão.

5.3 Assembleia Nacional discute hoje Lei sobre o Poder Local

Jornal O PAÍS

25 De Maio de 2017

Texto: Norberto Sateco

Os deputados à Assembleia Nacional (AN) discutem hoje, na sede do parlamento dentre outras questões, o projecto e proposta de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local.

Organizado em 83 artigos distribuídos em seis capítulos, o diploma que foi remetido ao Parlamento com "carácter de urgência", propõe a institucionalização do Poder Local até 2018, em todo o país.

O grupo parlamentar do "Galo Negro", proponente do tema em abordagem, classifica o assunto de pertinente, apesar de considerar que a sua discussão peca pelo atraso.

"A iniciativa legislativa advém da necessidade do cumprimento da imposição constitucional de institucionalização efectiva das autarquias locais", disse o líder da bancada parlamentar da UNITA.

Adalberto da Costa Júnior explicou também que com estes dois textos, a UNITA "pretende fazer cumprir a Resolução n.º 14/15, votada por consenso, que anuiu o Plano de tarefas essenciais para a preparação e realização das eleições gerais e autárquicas".

Nesta mesma intervenção ocorrida em Março de 2017, o parlamentar do maior partido na oposição, sublinhou que o referido Projecto de Lei Orgânica e da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, já devia ser objecto de apreciação e debate na última Plenária Ordinária da V Sessão Legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional no mês transacto.

O político considerou igualmente ser por esta via que podem alcançar a normalização do funcionamento das instituições do país, com o fito de melhorar os índices de satisfação das comunidades e, por conseguinte, do desenvolvimento sustentável.

Reconheceu ser importante a concretização destes pressupostos numa perspectiva que chamou de objectiva quanto ao garante do pleno funcionamento do Poder Local e a realização das Autarquias Locais. A aprovação do diploma tinha sido adiada em Março último pela necessidade de se conformar a Lei com à Constituição e aproximar as posições defendidas pelos grupos parlamentares do MPLA e do proponente, do ponto de vista político, tendo em conta o interesse da matéria para a nação.

Ainda na sessão de hoje, ocorrerá a votação final global da proposta de alteração da Lei do Código Geral Tributário e da proposta da Lei Geral de Arquivos.

5.4 AN aprova legislação para criação de autarquias

Novo Jornal

26 De Maio de 2017

O Parlamento aprovou nesta quinta-feira, na generalidade, por unanimidade, um projecto de lei proposto pela UNITA, e uma proposta de lei, de iniciativa governamental, para a constituição das autarquias, avançou a Lusa.

Em causa estão o projecto de Lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder Local, iniciativa do grupo parlamentar da UNITA, e a Proposta de Lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder Local, levada ao parlamento pelo Governo, suportado pelo MPLA.

Angola continua por realizar as primeiras eleições autárquicas, funcionando o poder local com base

num modelo de nomeação de administradores assente no poder central.

Na sua intervenção, o secretário de Estado para os Assuntos Institucionais do Ministério da Administração do Território, Adão de Almeida, disse que o diploma legal tem como objectivo principal definir as linhas gerais que deverão orientar toda a legislação subsequente de suporte à implementação do poder local. No país, com destaque para as autarquias locais.

Segundo Adão de Almeida, das opções de base a serem feitas vão depender as soluções fundamentais sobre o modelo de funcionamento das autarquias locais, as finanças locais, o modelo de eleição dos órgãos deliberativos e executivos centrais, o regime da tutela administrativa, bem como o modelo de implementação das autarquias, considerando o princípio constitucional do gradualismo.

Por sua vez, o deputado da UNITA Eugénio Manuvakola, na apresentação do projecto de lei, salientou ter impacto sobre diplomas legais que se sobrepõem e ignoram onde conflituam com os princípios da descentralização político administrativo.

5.5 Institucionalização das autarquias com voto unânime

Jornal de Angola

26 De Maio de 2017

Texto: Adelina Inácio

A Assembleia Nacional decidiu ontem, por voto unânime, fundir as Propostas de lei Orgânica sobre as Bases Gerais do Poder local apresentadas pelo Executivo e o Projecto de lei Orgânica sobre as Bases do Sistema de Organização e Funcionamento do Poder local proposto pelo grupo parlamentar da UNITA.

Os deputados concluíram que os diplomas contêm matérias idênticas e, por isso, devem ser apreciados em conjunto na especialidade.

A proposta do Executivo, apresentada pelo secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais, Adão de Almeida, tem como objectivo principal definir as linhas gerais que vão orientar toda a legislação subsequente de suporte à implementação do poder local no país, com destaque para as autarquias locais.

Adão de Almeida explicou ainda que o diploma surge da necessidade de estabelecer um regime jurídico de base susceptível de criar as condições para a

institucionalização das autarquias locais e o reconhecimento das autoridades tradicionais e outras formas específicas de participação dos cidadãos na gestão dos assuntos da comunidade.

O secretário de Estado para os Assuntos Institucionais e Eleitorais lembrou que o plano de tarefas essenciais para preparação e realização das eleições gerais e autárquicas prevê a promoção da discussão e adopção da legislação de suporte à realização das eleições autárquicas.

Diploma da UNITA

Já o projecto de lei apresentado pelo grupo parlamentar da UNITA foi apresentado pelo deputado Eugénio Manuvakola e visa estabelecer as bases do sistema na organização e funcionamento do poder local e da participação dos cidadãos no seu exercício. O projecto de lei enquadra o Plano de tarefas essenciais de preparação e realização das eleições gerais e autárquicas no país.

MPLA a favor

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Virgílio de Fontes Pereira, disse que o partido saúda a iniciativa da UNITA pelo facto de ela situar-se no âmbito do plano de tarefas essenciais para a realização das eleições gerais e autárquicas.

Virgílio de Fontes Pereira afirmou que o Executivo assumiu também o compromisso de apresentar a proposta sobre as bases gerais do poder local. O grupo parlamentar do MPLA, disse, vota a favor do projecto de lei orgânica apresentado pela UNITA.

O quarto vice-presidente do grupo parlamentar do MPLA, João Pinto, disse que agora os deputados estão em condições de ter um "debate correcto sobre as autarquias".

"Os deputados devem discutir a lei atendendo à realidade do país", referiu. E disse, como exemplo, que o poder local em Angola não é como em Portugal, Cabo Verde ou em São-Tomé e Príncipe. "Em Angola, abarca um conjunto de instituições e outras formas de organização do território sem pôr em causa a unidade do Estado", disse.

Satisfação da UNITA

O presidente do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, disse que a aprovação do projecto de lei sobre o poder local é de grande relevância para o país e constitui o ponto de partida para a institucionalização das autarquias. Este processo contribuirá para melhorar a vida das

populações, dos índices de desenvolvimento e reforço da cidadania, segundo o deputado.

O parlamentar lembrou que, nesta legislatura, é a terceira vez que os deputados trabalham na busca de posições comuns. Os consensos tomam-se fáceis quando se tem como referência o interesse nacional.

Fernando Heitor, da UNITA, disse que, com a implementação das autarquias, o país vai ter uma democracia representativa de facto.

Estêvão Kachuingo, da UNITA, esclareceu que a proposta versa sobre as autarquias locais enquanto uma exigência da Constituição da República e um desafio colocado aos deputados pelo Presidente da República.

Passos efectivos

O deputado Alexandre André da CASA-CE defende ser necessário que se comece a dar passos para a institucionalização das autarquias. Na sua opinião, só com a aprovação de instrumentos legais é que os deputados podem materializar a consolidação das autarquias.

Com a aprovação do diploma, os deputados não só vão cumprir o que está na Constituição, como dar um passo concreto para a implementação da "democracia real".

Código Tributário

Os deputados aprovaram ainda a proposta de Lei de Alteração ao Código Geral Tributário. No diploma, apresentado pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, foram feitas duas alterações pontuais, tendo em conta o actual contexto económico e financeiro do país.

Archer Mangureira adiantou que diploma permite que contribuintes possam pagar em determinados casos, os impostos em moedas estrangeiras. O ministro das Finanças explicou que a principal vantagem dessa alteração é o aumento da disponibilidade dos recursos monetários em divisas a favor do Estado.

Archer Mangureira adiantou que esta medida visa ainda permitir que a administração tributária utilize os mecanismos de compensação de créditos tributários por dívidas não tributárias após prévio reconhecimento da dívida pela unidade de gestão da dívida pública.

Outro diploma aprovado por unanimidade pelos deputados foi a proposta de Lei sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo. O documento, apresentado pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui

Mangueira, assenta em cinco princípios fundamentais, com destaque para a prevenção de novos recrutamentos para o terrorismo, proteger melhor os potenciais alvos, perseguir e investigar os membros de redes que possam existir, melhorar a capacidade do país em responder a atentados terroristas e gerir as consequências que deles advêm. Ontem, foi aprovada a proposta de Lei Geral dos Arquivos e os projectos de resoluções que dão consistência à substituição de membros das comissões municipais eleitorais.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Empreendedor propõe modelo de urbanização

Jornal de Angola
07 De Maio de 2017

Os problemas de urbanização e de vias de acesso em muitas zonas de Luanda inspirou o jovem Domingos André a criar um projecto urbanístico que visa requalificar alguns bairros.

Denominado "Plantas de Urbanismo e de Residências", o projecto oferece, entre outros serviços, facilidades de acesso, áreas de lazer, parques de estacionamento, zonas de drenagem e quadras desportivas.

De acordo com o empreendedor de 22 anos, que se dedica por conta própria à concepção de áreas de lazer em estabelecimentos de ensino, "é preciso compatibilizar programas arquitectónicos em terrenos exíguos, muitas vezes com topográficos acidentais e restrições ambientais".

Residente no bairro da Vidrul e com formação média em Construção Civil, Domingos André exerce a profissão há mais de três anos. "Nós fazemos plantas canalizadas, instaladas, preventivas em 3 D e tudo que tem a ver com o desenho", afirmou.

A vido por mostrar o seu valor, Domingos André pede às empresas de construção civil que lhe dêem um oportunidade. "Quero contribuir com o meu saber para o melhoramento da imagem da minha capital", disse.

6.2 Ministra defende maior participação da sociedade

Jornal de Angola
11 De Maio de 2017

A ministra do Urbanismo e Habitação defendeu em Nairobi, capital do Quênia, a adoção de uma nova abordagem da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano em Angola, dada a relação entre número de habitantes e a taxa de urbanização.

Branca do Espírito Santo; que discursava na 26.ª sessão do Conselho de Governança do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat), que decorre desde segunda-feira, na

capital queniana, mostrou que grande parte da população angolana vive em Luanda, com uma taxa de urbanização na ordem de cinco por cento.

Branca do Espírito Santo destacou que Angola tem uma população de cerca de 26 milhões de habitantes, dos quais 0,62 por cento (16.153.987) reside em zonas urbanas, e 38 por cento (9.635.037) em zonas rurais. "Perante este quadro, impõe-se a adopção de um novo paradigma na abordagem da estratégia da política nacional de desenvolvimento urbano, porquanto o crescimento de assentamentos humanos para além dos desafios já enumerados, também traz consigo oportunidades impulsionadoras do crescimento económico contínuo e inclusivo".

A ministra explicou que o Governo de Angola criou o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH), que continua a mobilizar as instituições públicas e os agentes privados, bem como a sociedade em geral, a participar de forma activa e sustentada na materialização das políticas e estratégias públicas de urbanismo e habitação. Branca do Espírito Santo afirmou que Angola financia a presença do UN-Habitat no país, desde Outubro de 2015, para a assistência técnica ao Ministério de Urbanismo e Habitação e, em parceria, elaboram a Política Nacional Urbana para o desenvolvimento de estratégias e programas alinhadas com a Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030. O UN - Habitat participa na elaboração do documento "Programa-país" para o período 2017 -2021 (em fase de aprovação), mecanismo conjunto com o Governo de Angola para a implementação, gestão e monitorização da Nova Agenda Urbana, bem como para a captação de recursos para o financiamento de projectos e programas em curso no país, esclareceu.

Para a ministra, não é sustentável que a presença do UN-Habitat, especialmente nos países em desenvolvimento, seja feita apenas por meio de financiamento de projectos. O reforço institucional do UN-Habitat é necessário para enfrentar os desafios da rápida urbanização em África e a implementação da Nova Agenda Urbana nos países em desenvolvimento.

Branca do Espírito Santo disse que Angola contribui para este desiderato, pelo que defende o reforço da capacidade do UN-Habitat em prestar assistência técnica aos países, porém, diferenciada, com um maior protagonismo dos países com maior capacidade de financiamento, não só em recursos financeiros, mas por meio de recursos humanos, apoio na formação de quadros técnicos, intercâmbio de especialização e conhecimento.

Branca do Espírito Santo disse que se incentive todos os níveis de governação, bem como a sociedade civil, a ser partícipes dos compromissos pelo desenvolvimento urbano sustentável, pela promoção de um planeamento territorial e urbanístico que garanta o uso sustentável do solo, dos recursos naturais, a inclusão social e a erradicação da pobreza.

A reunião do Conselho de Governação do UN-Habitat, que encerra amanhã, decorre sob o lema "Oportunidades para implementação efectiva da nova agenda urbana" e debruçar-se sobre o rumo à habitação sustentável e adequada para um futuro melhor, sinergias e financiamento para urbanização sustentável e planeamento integrado dos assentamentos humanos para a habitação sustentável.

Em Maio de 2015, durante uma sessão realizada em Nova Iorque, Angola foi eleita membro efectivo do Conselho de Governação da UN-Habitat, para um mandato de quatro anos, iniciado a 1 de Janeiro do ano passado.

A UN-Habitat é um organismo criado pela Assembleia Geral da ONU para atender especificamente o sector da habitação, assentamentos humanos e desenvolvimento urbano sustentável dos Estados membros.

6.3 Centralidade de Saurimo começa com 212 casas

Jornal De Angola

09 De Maio de 2017

Texto: João Salvo

As obras de construção de 212 casas das 952 previstas na centralidade de Saurimo arrancaram ontem, com o acto de consignação assinado pelo presidente do Conselho de Administração da Imogestín, Rui Cruz, em representação do Estado angolano na qualidade de dono da obra e Francisco Pinto, da empresa Greener.

A empreitada vai ser executada num prazo de 15 meses, numa área de 65 hectares. O administrador executivo da Imogestín, Amarildo Van-Dúnem, explicou que a centralidade de Saurimo vai, na primeira fase, comportar quatro edifícios de quatro pisos, com um total de 84 apartamentos e 12 lojas, e quatro edifícios torres de oito pisos, com um total de 128 apartamentos e respectivas infra-estruturas internas.

Amarildo Van-Dúnem referiu que as vistorias feitas ao local garantem a confiança para que o empreiteiro mobilize os meios para o começo das obras. O

responsável da Imogestín, Rui Cruz, avançou que o início da construção da centralidade de Saurimo, abre um conjunto de iniciativas que vão decorrer entre Maio e Julho, em províncias que ainda não receberam projectos semelhantes: Zaire, Malanje, Cuanza Norte, Cunene, Cuando Cubango e Bengo.

Localizada na zona Sul da reserva fundiária na cidade de Saurimo, na margem direita da Estrada Nacional número 180, a centralidade compreende uma área total de 417 hectares, dos quais, nesta primeira fase, vão ser ocupados apenas 7,3 hectares. Um total de 65 hectares vai ser usado para construção de equipamentos sociais, com realce para duas creches, um centro de Saúde, centro comunitário, instalações para administração, Polícia Nacional, Serviços de Protecção Civil e Bombeiros e uma escola primária, além de 32 moradias unifamiliares e 112 geminadas. Os espaços exteriores vão ser equipados com jardins, áreas de ginástica ao ar livre e um campo de futebol, além de uma Estação de Tratamento de Água e uma Central Térmica de Fornecimento de Energia.

A governadora da Lunda Sul, Cândida Narciso, entende que a construção da centralidade de Saurimo é motivo de satisfação para a população, porque contribui para a mudança da imagem da cidade, através do aumento de edifícios e de outros equipamentos sociais.

Cândida Narciso reconhece que apesar das dificuldades financeiras vigentes foi possível concretizar este projecto fruto do empenho, persistência, coragem e determinação demonstrados pelos angolanos. Com esta empreitada, disse, os jovens vão encontrar novas oportunidades de emprego em prol do seu bem estar e da suas famílias.

Direitos garantidos O acto de consignação foi testemunhado pelo secretário de Estado da Habitação, Joaquim Silvestre, que destacou que a construção das centralidades surge na sequência do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação.

Joaquim Silvestre acrescentou que com o acto de consignação da construção de uma nova urbanização ou centralidade, o Executivo está a dar resposta à Declaração Universal dos Direitos do Homem, das Nações Unidas, de 1948, de garantir um direito fundamental plasmado na Constituição, bem como a cumprir os objectivos fundamentais da Nova Agenda Urbana, no que concerne à "habitação adequada para todos e desenvolvimento dos assentamentos humanos sustentáveis num mundo em urbanização".

6.4 Saurimo recebe nova centralidade dentro de 15 meses

Jornal O PAÍS

09 De Maio de 2017

Texto: André Mussamo

Depois de uma inspecção prévia, foi conferida posse à empresa executante, em cerimónia presenciada pela governadora da Lunda-Sul, Cândida Narciso, enquanto anfitriã, e pelo Secretário de Estado para a Habitação, Joaquim Silvestre.

É mais uma obra de iniciativa do Estado angolano, no âmbito do Programa Nacional de Urbanização e Habitação, aprovado em 2009, cujo valor total não foi revelado. Porém, segundo o Secretário de Estado para a Habitação, a empreitada será financeiramente suportada pela associação de bancos a operar no mercado nacional.

A gestão da obra, aprazada para um período de 15 meses, foi adjudicada à Imogestín, enquanto a execução foi atribuída à empreiteira Griner Engenharia, a vencedora de um concurso público promovido para este fim.

Planeada para uma área total de 65 hectares na reserva fundiária da cidade de Saurimo e um total de 952 fogos habitacionais, nesta primeira fase de implantação a zona será de apenas 7 hectares em que serão erguidos edifícios de 4 e 8 pisos em banda, num total de 212 apartamentos, 12 lojas e respectivas infra-estruturas internas, equipamentos urbanos e serviços.

O secretário de Estado para a Habitação referiu no acto de consignação que o projecto vem responder aos objectivos fundamentais da nova agenda urbana e os anseios das províncias. Onde ainda não foram iniciadas centralidades de modo a oferecer habitação condigna aos cidadãos à luz da Constituição.

É uma necessidade de corresponder aos anseios das províncias onde não foram iniciadas as urbanizações/centralidades que levou o Executivo a proceder à reprogramação e replanificar o programa de construção de novas centralidades", revelou Joaquim Silvestre.

A governadora da Lunda-Sul, Cândida Narciso, agradeceu o esforço do Presidente angolano, que, mesmo estando de saída da liderança do Governo, continua a preocupar-se com os problemas de todas as comunidades do país.

Graças à persistência e coragem de todos, as preocupações das populações locais chegaram ao

Presidente da República e hoje o arranque da centralidade não é apenas uma promessa, mas uma realidade que, além de oferecer mais oportunidade habitacional, principalmente para os jovens, representa também um incremento do emprego 'na província", ressaltou a governadora.

O início desta fase de consignação de obras de construção de centralidades atenderá todas as províncias do país que não haviam sido contempladas na primeira fase. Depois da Lunda-Sul, e apesar da escassez de recursos financeiros, dentro em breve serão lançadas obras de construção de iguais infra-estruturas nas províncias de Malanje, Cuando Cubango, Zaire, Cunene, Cuanza Norte e Bengo.

6.5 Nova Fase do Kilamba nasce com parceira Público-Privado

Jornal de Angola

10 De Maio de 2017

Texto: Victorino Joaquim

Para encurtar o período de retorno dos recursos financeiros investidos pelo Estado no sector imobiliário e permitir novas aplicações, o Executivo adoptou uma nova estratégia de financiamento de centralidades. Com o novo modelo, o Estado fica com a responsabilidade de criar as Infra-estruturas urbanas, através do Ministério da Construção, e deixa para o sector privado a tarefa de erguer as moradias. A segunda fase de construção da Centralidade do Kilamba decorre nesses moldes.

Numa área de 720 hectares, 380 a norte e 340 a sul da Centralidade do Kilamba, homens e máquinas trabalham na preparação da terra, onde, num período de 28 meses, são criadas as infra-estruturas urbanas básicas, que vão dar lugar à segunda fase da cidade do Kilamba.

Orçada em 607 milhões de dólares norte-americanos, a segunda fase está projectada para dez mil fogos habitacionais. Partindo do pressuposto de que a família angolana é composta, em média, por seis membros, os promotores do projecto calculam que as novas habitações vão albergar aproximadamente 60 mil pessoas.

Os trabalhos de infra-estruturação estão a cargo da empresa chinesa Citic Construction, Limitada e consistem na construção das redes viária, numa extensão de 16 quilómetros, de abastecimento de água, numa extensão de 15.4 quilómetros, de drenagem pluvial, com 34.8 quilómetros em colectores e tubos, de drenagem residual, com 13,9 quilómetros de tubos, de fornecimento de energia

eléctrica, numa extensão de 26,4 quilómetros, de iluminação pública com 662 postos, de telecomunicações com 181 quilómetros em tubos e fios e arborização e jardinagem, numa área total de 82.696 metros quadrados.

A segunda fase da Cidade do Kilamba traz algumas inovações. As principais novidades estão no fornecimento de gás que será feito por canalização, através de uma rede com 16 quilómetros de tubagem, e nas artérias. As ruas principais vão ter 60 metros de largura, as secundárias, 40 e os passeios, três.

A empreiteira calcula que a construção das infra-estruturas vai consumir 5.000 toneladas de betume, 30.000 de cimento, 350.000 de inertes, 7.000 de aço, 81,1 de tubos e colectores, 750 unidades de postos de iluminação e 28 toneladas de cabos eléctricos. Para além das moradias, a zona vai contar com espaços para construção de creches, restaurantes, farmácias e clínicas, entre outros equipamentos sociais. O novo modelo de intervenção do Estado no sector imobiliário, de acordo com o director do Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo (GCKCC), António Flôr, vai permitir o retomo do capital aplicado, num período de três a quatro anos, através da comercialização de lotes de terrenos infra-estruturados.

Os valores a arrecadar, prossegue o também secretário de Estado da Construção, vão ser utilizados na construção de novas infra-estruturas para o surgimento de outros assentamentos urbanos. E desta forma que o Estado vai criar, pouco a pouco, melhores condições de habitabilidade para todos os cidadãos.

O novo modelo de intervenção do Estado no sector imobiliário pretende, ainda, contribuir para o fim das construções anárquicas, já que, nos terrenos infra-estruturados, além de empresas imobiliárias, os cidadãos têm a possibilidade de obter lotes de terreno para auto-construção dirigida.

A participação do sector privado na construção de centralidades, contrariamente ao que se especula, não encarece as empreitadas e, conseqüentemente, não altera os preços das habitações, assegura o secretário de Estado da Construção. Na verdade, a estratégia já existe há muito tempo, mas só agora o Estado decidiu pô-la em prática.

O Estado, por si só, não tem capacidade para construir tudo e já faz um grande esforço para garantir a construção de diversas infra-estruturas, nomeadamente estradas, hospitais, aeroportos, escolas, edifícios públicos e até moradias para

reajuntamento da população que vivia em zonas de risco, lembra o secretário de Estado da Construção.

Depois de retirar um grande número de pessoas que viviam em zonas de risco, o Estado partiu para a materialização de projectos com potencial para satisfação das necessidades habitacionais do país, em especial dos jovens. É neste quadro que surgem as novas centralidades em todo o país. O secretário de Estado para a Construção garante que, com o novo modelo de intervenção do Estado no sector imobiliário os cidadãos, de forma colectiva ou individual, podem adquirir lotes de terreno para auto-construção dirigida.

A prioridade é para o sector empresarial, o que não impede que casos particulares sejam levados em consideração, diz o secretário de Estado para a Construção, sublinhando que o Estado pretende dar oportunidade de investimento aos operadores privados.

Para António Flôr, os empresários são as pessoas com melhor capacidade para investir em todos os ramos de negócios. "E o sector imobiliário é um bom negócio em toda a parte do mundo", salienta.

Concepção de terrenos

As pessoas interessadas em obter talhões infra-estruturados no espaço onde vai evoluir a cidade do Kilamba devem candidatar-se na Direcção do Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo.

Para as candidaturas, explica António Flôr, os interessados deverão apresentar um documento a solicitar uma parcela de terreno, explicar o motivo pelo qual pretendem a parcela, apresentar o esboço do projecto e indicar a área pretendida no espaço infra-estruturado.

O Estado tem a obrigação de conhecer as pessoas com quem vai trabalhar e estas devem identificar-se, para o Estado poder aferir se têm os compromissos em dia.

Empresas com irregularidades no pagamento da segurança social dos trabalhadores ou dos encargos fiscais, por exemplo, não são aceites nesta empreitada, adverte António Flôr. Os candidatos com projectos de grande utilidade, capacidade financeira para a sua implementação e disponibilidade de observância das obrigações têm prioridade, diz o secretário de Estado da Construção. Os preços e as datas de abertura do processo de candidaturas e do início da comercialização dos lotes são anunciados a seu tempo.

Consignação das obras

A cerimónia de consignação das obras da segunda fase da cidade do Kilamba teve lugar em Abril. Assinaram o acordo António Teixeira Flôr, em representação do Gabinete de Coordenação para as Construções e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacucaco, e Hu Ping, presidente da empresa construtora Citic Construction para a região africana.

O ministro da Construção, Artur Fortunato, o governador de Luanda, Higinio Carneiro, e o embaixador da China em Angola, Cui Aimin, testemunharam a cerimónia. Para garantir a conclusão das obras no prazo previsto, estão no local homens de diversos ofícios: Vestidos de macacão cor de laranja, os operários começam a jornada às 8 horas e terminam às 17h30. São no total mil jovens, cuja maioria conseguiu aí o seu primeiro emprego.

Visão do Estado

A nova visão de desenvolvimento urbano permite um menor investimento do Estado, ao mesmo tempo que alavanca e potencia o sector privado e garante o retorno do valor aplicado, disse o ministro da Construção, Artur Fortunato, no acto de consignação.

"E a confirmação do papel de promotor e regulador do Estado, como factor e condição de estímulo ao investimento privado, uma condição indispensável à realização dos seus propósitos que visam a satisfação das necessidades da população", frisou.

O modelo a ser implementado é a reafirmação da necessidade de conjugação de esforços, entre os sectores públicos e privado, que atende aos pressupostos de uma economia que cresce e que contribui para a realização de acções voltadas para o cidadão.

O Estado, por si só, não seria capaz de atender a tão grande procura, reconhece o ministro da Construção, que lembra que, ao longo dos anos, o Estado sempre se preocupou em proporcionar aos cidadãos condições de acesso a uma habitação condigna, por via de vários modelos e programas que tomaram possível, no limite das suas possibilidades, a materialização de muitos e projectos habitacionais.

A Centralidade do Kilamba, cuja construção iniciou há precisamente nove anos, e outras que nasceram pelo país incorporam a visão do Executivo que pretendia, naquela altura, atender às grandes necessidades de habitação que os angolanos, de uma forma geral, manifestavam.

"Esperamos que a iniciativa e espírito empreendedor do nosso empresariado concorram para transformar, no seu devido tempo, toda esta área reservada para a segunda fase da cidade do Kilamba", disse o ministro.

Ao contrário da segunda fase, na construção da primeira parte da Centralidade do Kilamba, o Estado assumiu na totalidade os custos do projecto, chegando a desembolsar cerca de 3,5 milhões de dólares.

A construção da Centralidade do Kilamba não conheceu esta estratégia, pelo facto de o Estado ter chamado a si o pioneirismo na construção de moradias aos milhares.

"Não devemos esquecer que o país conheceu um longo período de guerra, o povo enfrentou muitas dificuldades, havia carência de quase tudo", lembra o ministro da Construção.

Com o advento da paz, em, 2002, teve início o processo de reconstrução nacional, que permitiu a reabilitação das infra-estruturas sociais e económicas, estradas, pontes, edifícios públicos e outros equipamentos.

Artur Fortunato não tem dúvidas de que o sucesso das centralidades prova que o país tem condições para projectos imobiliários e que há espaço para o empresariado nacional e estrangeiro.

O Jornal de Angola sabe que o crescimento da Centralidade do Kilamba não termina com a segunda fase. A cidade vai continuar a crescer em direcção à Barra do Kwanza.

Cidade do Kilamba

A Centralidade do Kilamba fica a 40 quilómetros a sul do centro da cidade de Luanda. Administrativamente, faz parte do município de Belas.

Considerado um dos maiores projectos imobiliários em Africa, a cidade do Kilamba foi inaugurada em Julho de 2011, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos. Tem 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada a 31 de Agosto de 2008; Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões. A cidade tem estações próprias de tratamento de água potável e de águas residuais. Tem, ainda, duas subestações eléctricas. A cidade foi construída sem barreiras arquitectónicas, de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. Os mais de três mil apartamentos da Cidade do Kilamba.

6.6 Projeto maior constrói centralidades no País

Jornal Liberdade

12 De Maio de 2017

A (UTIP) Unidade Técnica para o Investimento Privado, dos Órgãos Auxiliares do Presidente da República, (Casa Civil), e, a empresa JEOSAT ANGOLA Lda. Empresa 100% direito Angolano, assinaram um contrato de Intenção para tramitação de proposta de investimento privado em Angola denominado (PROJECTO MAIOR).

Acordo para financiar, construir, promover, explorar e comercializar, projectos concretos de investimento em Angola, em diversos sectores, por via de um Fundo de Investimento (CROWN CAPITAL INVESTIMENTOS S.A.) no montante de USD 212.000.000.000,00 (duzentos e doze biliões de dólares norte americanos) mobilizado nos Emirados Árabes Unidos, na sequencia de oportunidades que o País oferece.

As partes reconhecem o interesse e relevância para a economia Nacional e para o desenvolvimento do País, deste potencial investimento, tanto pelo montante dos valores envolvidos, como pelo perfil do investimento e sectores abrangidos pelo mesmo.

O contrato obedece a tramitação imposta pela Lei nº14/15 de 11 de Agosto - Lei do Investimento Privado em vigor aprovado pelo Titular do Poder do Executivo.

O contrato abrange todos os projectos que vierem a ser financiados pelo Fundo de Investimento CROWN CAPITAL INVESTIMENTOS S.A. representado em Angola pela JEOSAT ANGOLA Lda.

O financiamento acordado, e aprovado, para o (Projecto Maior), é suportado, só, e exclusivamente, em contractos de financiamento, construção, promoção, exploração ou comercialização, entre o Estado e a Empresa (PPP), não havendo a necessidade do Estado, emitir Garantias Soberanas, ou endividamento do mesmo.

A empresa JEOSAT ANGO- LA Lda. Formalizou uma Parceria Público Privada (PPP), em 2008, por despacho Nº 30/08, de 12 de Novembro, da Presidência da República, suportado por uma Garantia Soberana (Incondicional e Irrevogável), passada em nome da empresa, pelo Ministério das Finanças.

O Contracto abrange o financiamento, construção, promoção exploração e comercialização de:

Construção de todas as fases das centralidades, Requalificação Urbana dos municípios do Cazenga, Sambizanga, Rangel, Viana, Samba, Caxito (Bengo), e Luanda, Infra-Estruturas, Redes Técnicas, e Realojamento populacional.

PLANGOL - PLANO AGRO-PECUÁRIO PARA ANGOLA, para erradicação da fome, e autos suficiência alimentar, exportação e diversificação da economia Nacional, preenchendo uma área total de 6.856.580ha, sendo que para pecuária 600.000ha, e para agricultura 856.580ha, portanto cerca de 1 milhão de hectares para agricultura, e 3,9 milhões de hectares, para o gado.

Projecto (Kussanguluka), junto dos Antigos Combatentes e Veteranos de Guerra, projectos de energias renováveis, Implementação de fábricas nos Pólos Industriais, e transportes a nível Nacional. Criação de 100 mil postos de trabalho, directo, numa primeira fase.

O Fundo CROWN CAPITAL INVESTIMENTOS S.A. irá ser operado por uma Instituição financeira, GEOBANCO INVESTIMENTOS S.A, Banco de Investimento em Angola, e em que a Gestão dos riscos inerentes, será realizada através, da Companhia de Seguros em Angola denominada GEOSEGUROS S.A.

6.7 Bairro da Juventude no Uíge abandonado a sua sorte

Jornal Liberdade

28 De Maio de 2017

As duzentas casas do Bairro da Juventude construídas em 2010, na província do Uíge, continuam abandonadas a própria sorte, conforme relataram as nossas fontes durante um périplo efectuado a cidade do "Bago Vermelho".

Segundo a nossa fonte, as casas já têm donos, mesmo sem terminar as obras. Os jovens culpam o Director da Juventude e Desportos, da província, Júnior Kudimuena, de quase nada estar a fazer em prol da resolução dos problemas da comunidade juvenil. "O mesmo apenas vive de fama e nada desenvolve para responder os anseios da juventude da província, a nível da respectiva comunidade habitacional, os jovens não beneficiam das principais políticas gizadas pelo Executivo Angolano", asseverou a fonte, que preferiu o anonimato.

A fonte rebateu, que políticas voltadas à juventude apenas são focalizadas quando o país está prestes a organizar eleições gerais, fazendo assim deste modo promessas irrealizáveis. Ainda na mesma senda, a fonte avançou que, mesmo apresentando propostas à Direcção da Juventude e Desportos, os jovens não são tidos e nem achados, uma vez que as prioridades recaem aos copadrinhos e pessoas bem próximas aos governantes.

Um dos aspectos, que também, chamou atenção, é a forma como foi edificado aquele projecto residencial, os interlocutores denunciaram, que mesmo sendo uma construção urbanizada, não foram levados em conta, aspectos como a construção de infraestruturas sociais, escolas, centros médicos, posto policial, áreas de recreação e espaços para a prática desportiva.

Recorda-se, que o Bairro da Juventude foi construído há oito anos, nas cercanias do bairro Katapa, que dista há três quilómetros da sede provincial do Uíge, mas até ao presente momento, encontra-se despovoado e não se ouve quaisquer voz oficial, sobre o início do processo de comercialização, disse a fonte.

Tal como faz referência a reportagem, muitos jovens manifestaram a sua indignação, pelo facto do Governo construir casas para a juventude, em contrapartida, passados sete anos, as mesmas residências não são habitadas pelos seus destinatários. Lucas Panzo, jovem de 25 anos, recorda que sonha ter casa própria, mas por escassez de oportunidades tem sido um caso precisamente complicado. O jovem admitiu mais adiante que, é inadmissível, que um governo que se presa tratar de assuntos ligados a vida juvenil construa casas e não comercializa aos seus destinatários.

"Estamos desapontados com este Governo, que quase nada faz para a resolução das principais questões que afligem as nossas vidas", sublinhou, acrescentando que, o Estado não deve gastar recursos financeiros do país, concebendo projectos e os mesmos ficam esquecidos, mesmo já concluídos':

Ernesto Malungo João, que se identificou como técnico de saúde, é morador do Bairro Cemitério e vive na casa de renda, o jovem disse, que o dinheiro que ganha é insuficiente para resolver questões básicas, por considerar "gota no oceano": se comparado pelo esforço empreendido. "Somos jovens e faremos destas casas para o nosso próprio conforto", salientou, que o governo da província pouco ou mesmo nada tem feito, com vista a defender a juventude das dificuldades em referência.

Contactado nesta terça-feira, 25, o Director Provincial da Juventude e Desportos, descartou a

existência de duzentas casas construídas a nível da sede provincial para a juventude. Tendo na ocasião, o dirigente informado, que as duzentas casas construídas a nível da província do Uíge, apenas beneficia os municípios, e que o respectivo projecto é da inteira responsabilidade do Governo Central. Questionado sobre os projectos a nível local, o Director provincial da Juventude avançou, que por falta de verbas nada se pode fazer. Júnior Kudimuena proferiu, por outro lado, que das duzentas casas em construção trinta por cento estão dirigidas à juventude.

6.8 Mercado imobiliário acerta o passo

Jornal de Angola

29 De Maio de 2017

Texto: André Anjos

O "boom" habitacional que o país conheceu nos últimos anos ficará para sempre associado ao repto lançado em 2008 pelo Presidente José Eduardo dos Santos para a construção de um milhão de casas em quatro anos. Inaugurada em Julho de 2011, a cidade do Kilamba, em Luanda, marca o início de uma nova era no sector imobiliário, onde o amadorismo cede espaço ao profissionalismo.

O mercado imobiliário em Angola já não se limita a compras e vendas pontuais e pouco organizadas como acontecia no passado. Hoje, quem quer comprar casa em Luanda, no Lobito, no Huambo ou em Benguela, já encontra um mercado mais desenvolvido, profissional e dinâmico.

Mas, como em todos os segmentos do mercado, a concorrência desleal entre os que exercem a actividade formalmente e os que a praticam de maneira informal prejudica os agentes autorizados, a Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola (APIMA) quer trazer para o circuito formal todos os agentes imobiliários.

Nos cálculos do presidente da APIMA, Pedro Caldeira, cerca de noventa por cento dos agentes imobiliários em Angola opera fora do circuito formal, com prejuízos para a economia e com riscos evitáveis para as partes envolvidas no negócio.

Pedro Caldeira diz haver no mercado mais de 400 entidades, mas apenas 40 filiadas na organização. Os agentes informais, explica, não asseguram os pagamentos dentro do circuito bancário nem a fidelidade dos documentos e muito menos o aconselhamento ao cliente sobre os procedimentos legais a observar.

"O sector imobiliário precisa de ser arrumado", insiste Pedro Caldeira, para quem "é urgente" acabar com as ilicitudes que se verificam neste substrato do mercado, onde se assiste a "negócios a serem fechados na rua, sem olhar às obrigações fiscais e outros procedimentos legais".

Há dois meses à frente da direcção da APIMA, Pedro Caldeira assume como principal desafio para o mandato de três anos a reestruturação do sector, em coordenação com os principais parceiros da organização, com destaque para os ministérios do Urbanismo e Habitação e o da Justiça. O grande desafio, salienta, é trazer todos os profissionais e agentes imobiliários para o circuito formal, tornando-os membros de pleno direito da Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola.

Criada em Abril de 2008, a APIMA congrega especialistas de várias formações profissionais, num leque que inclui arquitectos, juristas, economistas e mediadores imobiliários. A organização assume-se como parceira do Estado na esfera das políticas habitacionais.

Para actualizar permanentemente os seus associados sobre a legislação, políticas habitacionais e as tendências do mercado, a APIMA promove regularmente fóruns de debate. Na sexta-feira realizou-se em Luanda um encontro alargado de profissionais e agentes imobiliários, com a participação de operadores do mercado, incluindo aqueles que actuam de modo informal.

O objectivo do encontro foi promover uma abordagem pormenorizada sobre a situação actual do mercado imobiliário em Angola e a forma como é vista fora do país, já que participaram profissionais e agentes imobiliários de diferentes nacionalidades.

Aliás, a reunião alargada de profissionais e agentes imobiliários angolanos está inserida num encontro realizado dia antes pela Confederação da Construção e do Imobiliário de Língua Oficial Portuguesa (CIMLOP).

Constituída por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste, Portugal, São Tomé e Príncipe e Macau, a Confederação da Construção e do Imobiliário de Língua Oficial Portuguesa persegue, entre outros objectivos, a captação de investimento estrangeiro para os mercados imobiliários de cada Estado-membro.

No encontro alargado de profissionais e agentes imobiliários angolanos, as abordagens foram no sentido de sensibilizar quem exerce a actividade de

forma informal a filiar-se na APIMA e, por via da associação, conformar a sua actuação as normas vigentes.

No entanto das associações dos profissionais imobiliários dos países de língua portuguesa, as atenções centraram-se em questões internas da organização e na avaliação da realidade imobiliária de cada país.

Queda no investimento

Em relação a Angola, Pedro Caldeira reconhece que o mercado imobiliário está a passar por uma fase menos boa, com os processos de venda, compra e arrendamento de imóveis afectados, em múltiplos aspectos.

A crise financeira que o país atravessa, em consequência da queda do preço de petróleo no mercado internacional, atingiu todos os sectores da economia. No sector imobiliário, o arrendamento caiu, as vendas baixaram e os investimentos reduziram.

Para dar uma ideia do impacto da crise financeira no sector imobiliário, Pedro Caldeira apresenta um quadro em que demonstra a queda do investimento em novos projectos habitacionais na ordem dos 70 por cento, e 15 por cento na área comercial (vendas e arrendamentos).

Angola lidera os investimentos no sector imobiliário. De todos os projectos habitacionais do pós-independência, os mais emblemáticos são ainda as centralidades do Kilamba, Sequele e Vila Pacífica, em Luanda.

Implantada numa área de 1.000 hectares, a cidade do Kilamba conta com equipamentos sociais, como 24 jardins de infância, nove escolas primárias e oito secundárias, dois parques comunitários e uma praça central, além de áreas de lazer. Divida em edifícios de cinco, nove, 11 e 13 andares, com apartamentos do tipo T3, T3+1 e T5, a centralidade conta com mais de 20 mil moradias. As fases posteriores de construção prevêem maior diversificação, com a inclusão de habitações térreas.

As infra-estruturas urbanas internas, como a rede viária e acessos, a rede eléctrica e de iluminação pública, o abastecimento domiciliário de água potável, a drenagem de águas residuais e pluviais, a rede de telecomunicações e os trabalhos de paisagismo, ocuparam parte importante do trabalho de concepção e execução.

A centralidade do Sequele é, depois do Kilamba, a segunda maior. Implantada numa área de 211,94

hectares, a cidade tem 10.108 fogos habitacionais, onde se estima residirem actualmente cerca de 60.648 pessoas.

À semelhança da centralidade do Kilamba, o Sequele também está dotado de modernas infra-estruturas e diversos equipamentos sociais. Com uma planificação paisagística moderna, a centralidade está equipada com infra-estruturas de apoio como estações de tratamento de água potável e residual, bem como equipamentos sociais e de serviços que incluem duas esquadras de polícia, três jardins de infância, uma escola primária e uma secundária. Tem, ainda, um centro comercial, quatro edifícios administrativos, 178 lojas, um mercado. Além disso, foram reservados espaços para a edificação de futuros edifícios públicos e uma igreja. Os edifícios públicos edificados encontram-se já ocupados por instituições que prestam serviços ao cidadão.

A urbanização está dividida em 12 sectores urbanos (blocos) e a sua execução repartida em duas fases, sendo a primeira (Fase I) desenvolvida numa área de 206,85 hectares, para 9.808 fogos, a segunda (Fase IA), numa extensão de 5,09 hectares, para 300 fogos. A urbanização apresenta edifícios de apartamentos de cinco, nove e 11 andares, variando de tipologias de três a cinco quartos justificando-se assim a sua alta densidade populacional (286,8 habitantes).

A urbanização Vida Pacífica está localizada na zona sul do Município de Viana, estendendo-se por uma área aproximada de 22 hectares. Comporta 2.464 fogos habitacionais do tipo T3 e T4, distribuídos por 22 edifícios.

A comercialização do património imobiliário do Estado é feita exclusivamente pela Imogestin, empresa do ramo imobiliário criada em 1997. A Associação dos Profissionais Imobiliários de Angola, de acordo com o seu presidente, vai bater-se para ficar com uma percentagem para permitir que os seus associados participem no negócio.

Novo modelo de investimento

Para encurtar o período de retomo dos recursos financeiros investidos pelo Estado no sector imobiliário e permitir novas aplicações, o Executivo adoptou uma nova estratégia de financiamento de centralidades.

Com o novo modelo, o Estado fica com a responsabilidade de criar as infra-estruturas urbanas, através do Ministério da Construção, e deixa para o sector privado a tarefa de erguer as moradias. A segunda fase de construção da Centralidade do Kilamba decorre nesses moldes.

Numa área de 720 hectares, 380 a Norte e 340 a Sul da Centralidade do Kilamba, homens e máquinas trabalham na preparação da terra, onde, num período de 28 meses, são criadas as infra-estruturas urbanas básicas, que dão lugar à segunda fase da cidade.

Orçada em 607 milhões de dólares norte-americanos, a segunda fase está projectada para dez mil fogos habitacionais. Partindo do pressuposto de que a família angolana é composta, em média, por seis membros, os promotores do projecto calculam que as novas habitações vão albergar aproximadamente 60 mil pessoas.

Os trabalhos de infra-estruturação estão a cargo da empresa chinesa Citic Construction e consistem na construção das redes viárias; numa extensão de 16 quilómetros, de abastecimento de água, numa extensão de 15,4 quilómetros, de drenagem pluvial, com 34,8 quilómetros em colectores e tubos, de drenagem residual, com 13,9 quilómetros de tubos, de fornecimento de energia eléctrica, numa extensão de 26,4 quilómetros, de iluminação pública com 662 postos, de telecomunicações com 181 quilómetros em tubos e fios, e arborização e jardinagem, numa área total de 82.696 metros quadrados.

A segunda fase da cidade do Kilamba traz algumas inovações. As principais novidades estão no fornecimento de gás que será feito por canalização, através de uma rede com 16 quilómetros de tubagem, e nas artérias. As ruas principais vão ter 60 metros de largura, as secundárias, 40 e os passeios, três.

A empreiteira calcula que a construção das infra-estruturas vai consumir 5.000 toneladas de betume, 30.000 de cimento, 350.000 de inertes, 7.000 de aço, 81,1 de tubos e colectores, 750 unidades de postos de iluminação e 28 toneladas de cabos eléctricos. Para além das moradias, a zona vai contar com espaços para construção de creches, restaurantes, farmácias e clínicas, entre outros equipamentos sociais.

O novo modelo de intervenção do Estado no sector imobiliário, de acordo com o director do Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco (GCKCC), António Flôr, vai permitir o retomo do capital aplicado num período de três a quatro anos, através da comercialização de lotes de terrenos infra-estruturados. Os valores a arrecadar, prossegue o também secretário de Estado da Construção, vão ser utilizados na construção de novas infra-estruturas para o surgimento de outros assentamentos urbanos. E desta forma que o Estado vai criar, pouco a pouco, melhores condições de habitabilidade para todos os cidadãos.

O novo modelo de intervenção do Estado no sector imobiliário pretende, ainda, contribuir para o fim das construções anárquicas, já que, nos terrenos infra-estruturados, além de empresas imobiliárias, os cidadãos têm a possibilidade de obter lotes de terreno para auto-construção dirigida.

A participação do sector privado na construção de centralidades, contrariamente ao que se especula, não encarece as empreitadas e, conseqüentemente, não altera os preços das habitações, assegura o secretário de Estado da Construção. Na verdade, a estratégia já existe há muito tempo, mas só agora o Estado decidiu pô-la em prática.

O Estado, por si só, não tem capacidade para construir tudo e já faz um grande esforço para garantir a construção de diversas infra-estruturas, nomeadamente estradas, hospitais, aeroportos, escolas, edifícios públicos e até moradias para realojamento da população que vivia em zonas de risco, lembra o secretário de Estado da Construção.

Depois de retirar um grande número de pessoas que viviam em zonas de risco, o Estado partiu para a materialização de projectos com potencial para satisfação das necessidades habitacionais do país, em especial dos jovens. É neste quadro que surgem as novas centralidades em todo o país.

O secretário de Estado para a Construção garante que, com o novo modelo de intervenção do Estado no sector imobiliário, os cidadãos, de forma colectiva ou individual, podem adquirir lotes de terreno para auto-construção dirigida.

A prioridade é para o sector empresarial, o que não impede que casos particulares sejam levados em consideração, diz o secretário de Estado para a Construção, sublinhando que o Estado pretende dar oportunidade de investimento aos operadores privados. Para António Flôr, os empresários são as pessoas com melhor capacidade para investir em todos os ramos de negócios. "O sector imobiliário é um bom negócio em toda a parte do Mundo", salienta.

Concessão de terrenos

As pessoas interessadas em obter talhões infra-estruturados no espaço onde vai evoluir a cidade do Kilamba devem candidatar-se na Direcção do Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo.

Para as candidaturas, explica António Flôr, os interessados devem apresentar um documento a solicitar uma parcela de terreno, explicar o motivo

pelo qual pretendem a parcela, apresentar o esboço do projecto e indicar a área pretendida no espaço infra-estruturado.

O Estado tem a obrigação de conhecer as pessoas com quem vai trabalhar e estas devem identificar-se, para o Estado poder aferir se têm os compromissos em dia. Empresas com irregularidades no pagamento da segurança social dos trabalhadores ou dos encargos fiscais, por exemplo, não são aceites nesta empreitada, adverte António Flôr. Os candidatos com projectos de grande utilidade, capacidade financeira para a sua implementação e disponibilidade de observância das obrigações têm prioridade, diz o secretário de Estado da Construção. Os preços e as datas de abertura do processo de candidaturas e do início da comercialização dos lotes são anunciados a seu tempo,

Consignação das obras

A cerimónia de consignação das obras da segunda fase da cidade do Kilamba teve lugar em Abril. Assinaram o acordo António Flôr, em representação do Gabinete de Coordenação para as Construções e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuo, e Hu Ping, presidente da empresa construtora Citic Construction para a região africana.

O ministro da Construção, Artur Fortunato, o governador de Luanda, Higinio Carneiro, e o embaixador da China em Angola, Cui Aimin, testemunharam a cerimónia. Para garantir a conclusão das obras no prazo previsto, estão no local trabalhadores de diversos ofícios. Vestidos de macacão cor de laranja, os operários começam a jornada às 8 horas e terminam às 17h30. São no total mil jovens, cuja maioria conseguiu aí o seu primeiro emprego

Visão do Estado

A nova visão de desenvolvimento urbano permite um menor investimento do Estado, ao mesmo tempo que alavanca e potencia o sector privado e garante o retomo do valor aplicado, disse o ministro da Construção, Artur Fortunato, no acto de consignação.

"É a confirmação do papel de promotor e regulador do Estado, como factor e condição de estímulo ao investimento privado, uma condição indispensável à realização dos seus propósitos que visam a satisfação das necessidades da população", frisou.

O modelo a ser implementado é a reafirmação da necessidade de conjugação de esforços, entre os sectores público e privado, que atende aos

pressupostos de uma economia que cresce e que contribui para a realização de acções voltadas para o cidadão.

O Estado, por si só, não seria capaz de atender a tão grande procura, reconhece o ministro da Construção, que lembra que, ao longo dos anos, o Estado sempre se preocupou em proporcionar aos cidadãos condições de acesso a uma habitação condigna, por via de vários modelos e programas que tomaram possível, no limite das suas possibilidades, a materialização de muitos projectos habitacionais.

A Centralidade do Kilamba, cuja construção começou há nove anos, e outras que nasceram pelo país, incorporam a visão do Executivo que pretendia, naquela altura, atender às grandes necessidades de habitação que os angolanos, de uma forma geral, manifestavam.

"Esperamos que a iniciativa e o espírito empreendedor do nosso empresariado concorram para transformar, no seu devido tempo, toda esta área reservada para a segunda fase da cidade do Kilamba", disse o ministro.

Ao contrário da segunda fase, na construção da primeira parte da Centralidade do Kilamba, o Estado assumiu na totalidade os custos do projecto, chegando a desembolsar cerca de 3,5 milhões de dólares norte-americanos. A construção da Centralidade do Kilamba não conheceu esta estratégia, pelo facto de o Estado ter chamado a si o pioneirismo na construção de moradias aos milhares.

"Não devemos esquecer que o país conheceu um longo período de guerra, o povo enfrentou muitas dificuldades, havia carência de quase tudo", lembra o ministro da Construção. Com o advento da paz, em 2002, teve início o processo de reconstrução nacional, que permitiu a reabilitação das infra-estruturas sociais e económicas, estradas, pontes, edifícios públicos e outros equipamentos.

Artur Fortunato não tem dúvidas de que o sucesso das centralidades prova que o país tem condições para projectos imobiliários e que há espaço para o empresariado nacional e estrangeiro.

7. TERRA

1.1 Padre Wacussanga na Europa para denunciar desalojamentos em Angola

Jornal Folha8

13 De Maio de 2017

Acaba de chegar na Alemanha uma das vozes, mais críticas da sociedade civil angolana, De visita Padre, Pio Wacussanga lembra que é preciso um plano mais eficaz do Governo para combater a fome e melhorar a vida da população, a "voz dos pobres no sul de Angola", como também é conhecido o padre Jacinto Pio Wacussanga, está no Velho Continente para chamar a atenção para um mega projecto agro-industrial na província do Kunene, que ameaça deslocar milhares de pequenos agricultores.

E entre os municípios de Curoca e Ombandja, no sul" que um grupo empresa ria I que tem boas relações com o regime angolano quer dedicar-se à produção de carne, lei te, rações e cereais, numa área de mais de 5 mil hectares.

Se for para, a frente, o projecto vai engolir todo o município de Curoca parte de Ombandja, alerta o sacerdote. E mais de cinco grupos étnicos do Kunene, alguns cícies minoritários, "com uma riqueza histórica incrível", sublinha, também correm o risco de desaparecer.

"Fies são originários dali e o projecto ignorou todos os procedimentos legais. Os seus representantes legais tentaram ocupar a terra, no início ele 2016, sem avisar as populações, recorda.

7.2 Em Angola não existe políticas de Terras

Jornal Liberdade

19 De Maio de 2017

Texto: Domingos Kinguar

O entrevistado desta semana é mestre em adaptação as alterações climáticas, e especialista em questões fundiárias, trata-se de Bernardo Castro director da Organização Não Governamental (ONG) angolana Rede Terra. Falou-nos de vários temas ligados aos solos desde os conflitos de terras em Angola que cresceram vertiginosamente, mesmo tendo uma Lei de Terra que não desencoraja a ocupação de terrenos. O nosso entrevistado referi que em Angola não existe uma política de terra. Reconheceu também que nem

todos os solos em Angola são praticáveis para agricultura.

Bernardo Castro refere que não havendo uma política de terras no país, pode-se entender que estamos a trabalhar para objectivos cujas metas desconhecemos, «estamos a dizer que a governação em Angola é feita de forma insustentável as nossas terras, portanto isto é muito perigoso. Desde a independência nacional que não temos uma política de terras em Angola», alerta o mestre em adaptação as alterações climáticas. Eis a primeira parte da entrevista concedida ao Jornal Liberdade.

Jornal Liberdade (JL) - Doutor Bernardo Castro o que é a organização não-governamental Rede Terra?

Bernardo Castro (BC) - Rede Terra é uma associação de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e cujo objecto é a terra do ponto de vista social, económico, cultural e ambiental!. Somos uma ONG de âmbito nacional.

JL - A quanto tempo a ONG Rede Terra existe?

BC - A Rede Terra existe desde 2003 e tem a sua personalidade jurídica plasmada no Diário da República a partir de 2005 e em outros documentos portanto na altura da produção do ante-projecto de Lei de Terra 9/04, de 9 de Novembro em colaboração e parceria com várias instituições da sociedade civil. Participou deste processo e demos as nossas contribuições para a produção da actual Lei de Terra.

JL - Sabemos que existe muitas queixas de várias organizações da sociedade -> civil que dão as suas contribuições e não são tidas nem achadas. Nesta lei não foi o caso da Rede Terra?

BC - Não foi, porque algumas das nossas propostas foram tidas em conta, ou seja, foram bem acolhidas. As nossas contribuições foram precedidas de um estudo minucioso da problemática das terras desde a era colonial até a data da feitura da Lei de Terra. Tivemos as contribuições de outras ONG como a DW, ADRA e outras. Este estudo ajudaram a incorporar a dimensão das questões do costume, e isto foi tido em conta e outro aspecto também tem a ver com alguns prazos para aquelas situações em que estavam no domínio privado do Estado sem que estivesse regulado a sua situação, portanto a Rede Terra fez tudo para que essas pessoas tivessem três anos para poderem regularizar a sua condição, com essas situações e outras julgamos que fora tidas em conta. É verdade que a mesma lei deu muitas abordagens, muitas participações, mas é como se diz

que as leis nunca são perfeitas, desde a sua produção e a sua aplicação são sempre atravessadas por enormes interesses.

JL :... Senhor, pode nos explicar que interesse são estes?

BC - Quando me refiro a estes interesses falo do próprio Estado para com a terra, e também de alguns empresários que devido a distribuição desordenada da terra tornaram-se grandes latifundiários.

JL - Qual é a parceria que vocês têm com o Executivo angolano?

BC - Formalmente não temos qualquer parceria com o Executivo angolano. O que une a Rede Terra com as instituições do Estado, mas a sua estratégia tem a intervenção que se baseia no diálogo institucional, e isto tem sido um ponto essencial para que a Rede Terra dialogue e se aproxima com essas instituições e presta a sua contribuição como uma organização nacional virada para o desenvolvimento do país.

JL - Na actual Lei de Terra viola-se muito a figura do domínio consuetudinário, ou seja, usucapião?

BC - Este é um dos problemas que eventualmente poderá ser objecto de reflexão é de tratamento no quadro do processo de revisão da actual Lei de Terra. Infelizmente a figura de usucapião não existe no actual ordenamento jurídico, ou seja, aquelas pessoas que eventualmente tenha ocupado as terras do Estado por mais de dez anos ou em função do tempo pretende chamar a si algum direito, isto já não colhe no actual quadro da legislação fundiária. Nos parece que de alguma forma que isto é um retrocesso, quer do fundamento da atribuição e do reconhecimento do domínio útil consuetudinário.

JL - A Lei nº 9/04, de 9 de Novembro de 2004 está em revisão pelo Executivo. Quase ou mesmo não é publicitado.

Queremos saber qual será a vossa contribuição?

BC - Algumas contribuições foram já apresentadas ao Ministério do Urbanismo e Habitação, mas o processo ainda está aberto e vamos procurar mas ideias com outras organizações da sociedade civil, e não esquecendo as várias instituições académicas para irmos enriquecendo a norma que ainda não está fechada.

Um dos aspectos que preocupa a sociedade é o facto de o Estado não ter desencadeado o processo de reconhecimento das terras através de estimulação das comunidades rurais, ou seja, o direito consuetudinário.

Outro aspecto tem a ver com a não existência de um regulamento para este domínio, e a sua não definição do órgão competente para efeito de titulação das comunidades. As atribuições e competências não se presumem e elas devem ir em alguns diplomas e ninguém sabe de momento qual é o órgão competente do domínio consuetudinário.

Uma outra preocupação tem a ver com a sustentabilidade das terras é preciso que elas sejam usadas de forma sustentadas, ou seja, podemos titular hoje como sendo produtivas, ou mesmo não oferecem as condições actuais, obviamente que nada oferecerá para este processo, daí que achamos que é importante discutirmos matérias do actual processo climático e que também tem

I a ver com a ética da sustentabilidade no uso dos solos do país, e que quanto a nós está mesmo em falta. Achamos que o Estado deveria criar um instituto que deveria tratar das matérias do uso dos solos.

«Estão a governar Angola de forma insustentável»

JL - As zonas agrícolas no país desapareceram ou mesmo estão a seguir o mesmo caminho para dar seguimento a construção civil, sem obedecerem o estudo dos solos. Qual é o comentário do senhor doutor Bernardo Castro?

BC - Isto constitui a nossa maior preocupação até porque, os conflitos de terras não obstante a legislação que temos ia dar resposta a estas situações, e os conflitos no país cresceram e estão a pôr em causa o património das comunidades, mas também alguns valores que tem a ver com a memória histórica, aquilo que são os direitos culturais protegidos referido pela Constituição no artigo 87. Nós estamos num contexto que deve ser entendido é que não temos uma política de terras no país.

JL - O senhor está a dizer que não temos uma política de terras? Justifica-se melhor?

BC - Acho que talvez seja uma questão de interesse, ou mesmo outras coisas estão por detrás disto. O que é verdade, devemos ver as consequências e não as causas, portanto não havendo uma política de terras no país, logo que podemos entender que estamos a trabalhar para objectivos cujas metas desconheço, portanto de outro mudo, estamos a dizer que estamos a governar de forma insustentável as nossas terras, portanto isto é muito perigoso. Desde a independência nacional que não temos uma política de terras em Angola.

JL - Acha com a existência de um instituto, deveria se saber qual será o papel de cada instituição?

BC - Naturalmente as políticas públicas estão em jogo com a governação das políticas dos solos no país. Qual é o instrumento político? Não existe. Temos apenas uma lei de base para a produção de uma política que estabelece a política geral de terras, portanto não há este instrumento político de governação, e não sabemos para aonde estamos a caminhar. Os problemas graves que decorreram da administração colonial, nós ainda continuamos a implementar a mesma acção. Explico-me melhor, neste preciso momento o Estado angolano não consegue definir o que rural e urbano. Se o rural a semelhança da administração colonial produzia para objecto de descaracterização por isso deve-se urbanizar. Se o rural é aquele espaço das famílias não civilizadas, e por isso há que civiliza-las. Não sabemos se o rural para o Estado angolano define-se pelo grão de pobreza e daí o seu empobrecimento. Não sabemos como é que o Estado define o rural do urbano, porque no actual quadro o que se está a fazer é exactamente estender os espaços urbanos, destruindo tudo aquilo que é o rural, todos os valores que este espaço representa.

7.3 Bairro do Tchico foi construído de forma ilegal

Jornal de Angola

26 De Maio de 2017

Texto: Arão Martins

Uma superfície de terra, constituída por 25 mil hectares e construída de forma ilegal, por mais de 45 famílias, na zona 7 da Tchima, bairro do Tchico, está a ser alvo de reclamação de titularidade pela suposta proprietária, Identificada nos autos do Tribunal Provincial da Huíla, por Maria do Céu Perpétua Martinho, 62 anos.

A titularidade do espaço é reconhecida pelo Tribunal Provincial da Huíla, que, em conformidade com a sentença do processo nº2009/01 02-C, refere que Maria do Céu Perpétua Martinho, que propôs a acção de reivindicação de propriedade, sob forma ordinária contra Pedro Tchissingui, Teresa Lussati e outros, com os fundamentos que ditam ser proprietária de uma parcela de terreno, desde 1993, com uma área de 37.690 metros quadrados, adquirido nos serviços comunitários.

O documento refere ainda que, devido à condição de deficiente visual da autora, o terreno foi ocupado ilegalmente, com construções de forma anárquica, sem o devido consentimento da Administração Municipal do Lubango.

A autora, salienta a sentença do tribunal, por intermédio da advogada, escreveu uma carta aos moradores para se retirarem do local e devolverem o terreno. Desta missiva, a única resposta que recebeu foi ameaça de morte contra ela e os seus familiares mais próximos.

Neste sentido, a autora, acrescenta ainda o documento, terminou pedindo a condenação dos réus a reconhecerem o seu direito de propriedade, restituírem a sua parcela de terreno, indemnizarem-na por todos os danos e prejuízos causados por todo esse tempo e pagarem as custas, multas e procuradoria condigna, incluindo os honorários de advogado.

Citados regularmente nas suas próprias pessoas, os réus contestaram dizendo que adquiriram tais parcelas através de um processo de compra a um cidadão identificado apenas por Afonso, tio da autora, que, na altura, apareceu como titular das parcelas adquiridas.

Decorridos 15 dias, narra a proprietária em conformidade com a sentença, já depois de terem edificado as suas casas onde residem com as famílias, foram notificados pela administração do bairro, a pedido da autora, dizendo que o terreno que ocupavam era pertença dela e deviam devolvê-lo.

Tribunal provincial

O Tribunal Provincial da Huíla deu como provado que a autora é proprietária da parcela de terreno em litígio e alguns réus compraram os terrenos a quem não tinha legitimidade para o fazer.

A sentença refere que, estando em presença de uma acção de reivindicação, apenas incumbe à autora a demonstração de que é proprietária do bem, tendo em conta que os réus não têm qualquer título para estar na posse do imóvel reivindicado.

Nestes termos, a sentença ditou que "os réus são condenados a reconhecer o direito de propriedade da autora, restituírem o terreno à mesma, custos e valor da acção, no valor de 1.325.000 kwanzas."

Apesar disso, em entrevista ao Jornal de Angola, Maria do Céu mostrou-se preocupada pelo facto de, até à data, os ocupantes estarem renitentes em restituir o espaço,

Maria do Céu, com oito filhos e 18 netos, seus legítimos herdeiros, disse estar preocupada com a indefinição do futuro da propriedade do terreno, mesmo depois da sentença do tribunal.

Uma nota, assinada pelo administrador do bairro Tchico, Afonso André Domingos, refere que após a auscultação das partes, isto é, familiares da proprietária, incluindo a mesma e os cidadãos que invadiram o respectivo prédio rústico, tomou-se conhecimento que a proprietária havia desanexado do total de 37 mil metros quadrados, uma área de 12,690 metros quadrados e ficou com uma superfície de 25 mil metros quadrados.

A nota esclarece ainda que nos 25 mil quadrados estão implantadas cerca de 45 moradias unifamiliares, com agravante de a área não estar urbanizada e com um número aproximado de 225 habitantes, ou seja, com mais ou menos cinco pessoas por cada moradia.

De forma a se ter uma ideia concisa da superfície do terreno, a administração sugere que se faça a medição e a consequente elaboração de um croquis de localização, sem que haja prejuízos para ambas as partes.

Ainda pelo facto de ser a instituição que representa o Governo a nível do bairro, propõe que a Administração Municipal do Lubango encontre mecanismos para atribuir um novo espaço de 25 metros quadrados à proprietária Maria do Céu, ao invés de se desalojar as famílias.

A administração do bairro esclarece que o desalojamento da população implica custos, tanto para o Estado, como para os ocupantes. Na nota, a administração do bairro propõe ainda que se constate antes demais a finalidade do espaço por parte da beneficiária, se for considerado o facto de que os espaços no futuro escasseiam.

7.4 IMOGESTIM desafia especialistas em construção civil com “prémios Kubikuz”

Jornal O PAÍS

31 De Maio de 2017

Texto: Afrodite Zumna

Como objectivo de criar políticas que visem a resolução do deficit habitacional de afecta o país, a empresa angolana IMOGESTIM, de gestão de empreendimentos imobiliários, apresentou ontem, em Luanda, a edição do prémio Kubikuz 2018.

A iniciativa visa estimular a criatividade dos profissionais do sector da construção civil, nomeadamente, arquitectos, engenheiros, entidades ligadas ao sector do urbanismo e estudantes universitários, a criarem um projecto de habitação

social urbano e rural cujo preço das residências sejam até USD 40 ou 30 mil.

Segundo o seu porta-voz, Mário Guerra, a IMOGESTIM está ciente dos problemas habitacionais que o país enfrenta e reconhece que o Estado não conseguirá ultrapassá-los sozinho, deste modo, "chama" os especialistas a darem o seu contributo.

"O cidadão pensa que o Estado pode resolver o problema da habitação social sozinho. A construção das centralidades veio demonstrar o contrário", elucidou o responsável.

Durante a execução do projecto, Estado vai desempenhar o papel de regulador do processo e estabelecer regras que facilitem a construção de habitações sociais, nomeadamente promover a indústria de materiais de construção locais, de modos a não se elevar o preço das residências.

Sobre o assunto, Mário Guerra afirmou que há a necessidade de se aproveitar os materiais de construção locais, como o caso do adobe queimado, que tem a mesma durabilidade de um bloco de cimento e o seu custo é inferior.

"A elaboração destes projectos requer pesquisas. Há soluções locais que podem ser usadas para a redução dos preços". Para participar, os interessados devem estar filiados numa ordem profissional, sendo que os estudantes universitários deverão ser monitorados por docentes (também filiados na ordem).

As candidaturas estão abertas a todos os arquitectos e engenheiros, independentemente da sua nacionalidade, e devem ser entregues com os documentos solicitados (fotocópia do Bilhete de Identidade e outros dados pessoais) no secretariado técnico da instituição até ao dia 15 de Janeiro de 2018.

Após a entrega dos trabalhos, estes serão submetidos a avaliação de um júri formado por um representante da IMOGESTIM, um membro da ordem dos Engenheiros de Angola e outro da Ordem dos Arquitectos, bem como um representante do Laboratório de Engenharia de Angola.

USD15milparaovenceclordecadacategoria

Após o processo de avaliação dos projectos, a instituição vai atribuir USD 15 mil, no valor da moeda nacional, ao vencedor de cada categoria, nomeadamente o "Prémio Inovação na concepção de Projectos de Habitação Social Urbana" e, de igual modo, para o "Projecto de Habitação Social Rural",

que serão conhecidos na segunda quinzena do mês de Abril de 2018.

7.5 Moradores do Zango “confundem” medida cautelar com ganho da causa

Jornal O PAÍS

31 De Maio de 2017

Texto: Domingos Bento

Os moradores da zona do Zango, município de Viana, que em Abril do ano passado viram as suas residências demolidas, supostamente a mando da Zona Económica Especial (ZEE), estão a usar uma providência cautelar solicitada pelo advogado de defesa ao Tribunal Provincial de Luanda como sendo a sentença da causa. Com isso, alguns populares já falam em indemnizações, enquanto outros avançam para a reconstrução das suas residências naquela zona: de conflito.

A providência cautelar foi interposta a semana passada durante uma audiência que a comissão de moradores e o advogado de defesa, Luís do Nascimento, tiveram no Tribunal Provincial de Luanda. A solicitação da medida tinha por objectivo instar a direcção da Zona Económica Especial e a Administração Municipal de Viana a pararem com as demolições enquanto decorre o processo que vai conduzir à sentença final.

Em declarações ao OPAÍS, Luís do Nascimento disse que a referida providência era para ser respondida num período de 72 horas, mas até ao momento não houve nenhuma resposta do tribunal, pelo que os moradores devem manter a calma e não confundir a solicitação como sendo um ganho da causa ou sentença definitiva.

"Há uma certa especulação em volta do assunto. Apesar de a audiência ter corrido a nosso favor, ainda não temos formalmente a sentença do tribunal. A providência cautelar que pedimos era no sentido da direcção da Zona Económica Especial, que se diz titular do espaço, e a Administração Municipal de Viana pararem com as demolições. E, perante isso, a meritíssima juíza deve pronunciar-se, embora já tenha passado o prazo definido", explicou.

De acordo ainda com Luís do Nascimento, as populações não estão impedidas de reconstruir o que foi partido, mas devem evitar fazer novas construções até o tribunal emitir algum sinal neste sentido.

"Nós também estamos preocupados com este entusiasmo todo que se criou à volta do assunto, mas, definitivamente, ainda não há nenhum despacho da meritíssima juíza da causa", atestou.

Por seu lado, André Augusto, coordenador adjunto da SOS-Habitat, defende que as populações devem continuar a aguardar por uma palavra do tribunal, já que o caso está a ser seguido. No seu entender, apesar da demora, os lesados não devem acreditar em especulações, sob pena de verem os seus intentos defraudados.

"Esta semana recebemos um grupo de moradores que nos procurou para dizer que ganharam a causa no tribunal. O referido grupo não nos apresentou nenhuma prova documental, o que achámos estranho. Contudo, a nossa orientação vai no sentido de alertar as pessoas a não acreditarem naquilo que ouvem de terceiros. Devem é ter a certeza antes de tomar em qualquer atitude", frisou.

Todavia, com vista a esclarecer caso, para o próximo Sábado está marcada uma reunião entre os moradores lesados e a SOS-Habitat, conforme deu a conhecer o seu coordenador, André Augusto.

"Os moradores virão para conversarmos e ajustarmos alguns pontos. Mas sempre temos dito para fazerem apenas aquilo que o advogado pede. Devem acreditar na justiça porque ela tarda mas chega", atestou.

A ocorrência

As demolições na zona do Zango tiveram início em Abril e estenderam-se até Novembro passado. Durante o processo, segundo dados divulgados na altura por organizações de defesa dos direitos humanos, foram demolidas mais de mil residências.

Na acção foi morto o adolescente Rufino António, de 14 anos, vítima de disparo de arma de fogo. Na altura, a Procuradoria Geral da República (PGR) reconheceu que o caso da morte violenta de Rufino António chocou a sociedade, tendo assegurado que Ministério Público tudo faria para levar os culpados às barras do tribunal e responsabilizá-los criminalmente.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Água potável chega as comunidades

Jornal de Angola

03 De Maio de 2017

Texto: Justino Victorino E De Juliana Domingos

As famílias residentes nas localidades de Cassequel, " e 11I, no município do Huambo, vão beneficiar dentro de poucos dias de água canalizada e energia eléctrica, no âmbito do Programa de Investimentos Públicos do Governo da província.

A garantia foi dada ontem pelo secretário provincial do MPLA, João Baptista Kussumua, durante o acto político de massas realizado sábado na comuna Xavier Samacau.

Os projectos constam das prioridades do Executivo, que visam a melhoria das condições sociais das populações nas ombalas, aldeias e bairros e aldeia é expandir os serviços a todas as localidades do Huambo".

Para além da construção de pontos de água potável, consta dos projectos do Governo provincial o alargamento da rede de distribuição de energia eléctrica aos bairros periféricos e localidades onde nunca existiram tais serviços.

"Com a construção destes equipamentos sociais, as populações vão deixar de consumir água dos rios evitando, deste modo, o surgimento de doenças causadas por consumo de água imprópria," disse o primeiro-secretário do partido.

João Baptista Kussumua aproveitou a ocasião para exortar as populações a preservarem o património colocado à sua disposição para que tenha maior tempo de vida útil.

Com estes projectos, o Governo pretende colocar os serviços essenciais básicos próximos das populações", disse João Baptista Kussumua, que solicitou aos militantes, amigos e simpatizantes do MPLA a afluírem em massa aos postos de voto no próximo dia 23 de Agosto. Dados do sector de Energia e Aguas indicam que na província do Huambo estão registados 163 sistemas de abastecimento de água canalizada, 381 chafarizes, 16 fontenários, 69 bicas e 1.384 manivelas.

Políticas sociais A directora provincial da Família e Promoção da Mulher no Huambo defendeu a valorização da mulher e a criação de mais políticas sociais para às famílias, com vista a promover um ambiente salutar e de diálogo nos lares.

Frutuosa de Jesus, que falava na abertura da mesa-redonda sobre a Penalização ou Despenalização do Aborto à Luz do Anteprojecto do Código Penal, em alusão à Jornada da Família", disse ser fundamental continuar a realizar ciclos de reflexões, que coloquem à família no centro das atenções da sociedade. "Trata-se de uma questão controversa que divide a sociedade, por uns defenderem a penalização e outros a despenalização do aborto, principalmente em algumas situações concretas, como a gravidez decorrente da violação, a má formação congénita do feto e em casos que esta ponha em risco a vida da mãe", considerou.

A mesa-redonda foi promovida pela Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher com objectivo de continuar a valorizar à família, promovendo os seus direitos e as suas responsabilidades, como pressupostos para o desenvolvimento humano sustentável, assim como a promoção de comportamentos adequados nas relações intra e inter-familiar.

Os participantes concluíram que o aborto, que pode ser espontâneo ou provocado, tem na sua Origem fundamentos económicos, financeiros, sociais e familiares, com consequências como a infertilidade, infecções e hemorragias que podem levar à morte. Com base nisso, os participantes no encontro sugeriram que nos casos que colocam em risco a vida da mãe se deve afastar a ilicitude que penaliza a sua realização e, ao mesmo tempo, condenam a prática do mesmo por parte de uma mãe com a justificação de que a gravidez não foi planeada.

Como um fenómeno considerado difícil de eliminar, os participantes na mesa-redonda recomendam a promoção de mais palestras sobre educação sexual no seio das famílias, das igrejas, escolas e das comunidades e defenderam a conjugação de esforços de várias forças sociais no sentido de ajudar a sociedade a controlar o fenómeno da gravidez indesejada. O encontro juntou docentes universitários, directores provinciais, sociólogos, juristas, psicopedagogos e estudantes convidados.

8.2 Número de consumidores aumenta em Bula Atumba

Jornal de Angola

07 De Maio de 2017

Texto: Edson Fontes

Mais de 6.500 pessoas da sede municipal do Bula Atumba, na província do Bengo, vão beneficiar de água potável, com o fim da execução das obras de reforço do sistema de abastecimento local, um projecto evolutivo que vai até 2050, anunciou ontem o fiscal geral da empreitada.

João Muhongo avançou que o sistema, que prevê a instalação de 92 chafarizes, numa primeira fase, está avaliado em mais de nove milhões de dólares, financiados pela linha de crédito da China.

Da responsabilidade do Ministério da Energia e Aguas e fiscalizada pela Direcção Nacional de Agua, a obra arrancou a 24 de Fevereiro deste ano e tem a duração de 12 meses. Com este sistema, fica reforçado o sistema de água de Bula Atumba. O referido sistema de Bula Atumba está composto pela captação, linha de tratamento, adução, reservatórios e redes de distribuição, que contempla mais de 590 ligações. De igual modo, o fiscal da empreitada disse que a execução física tem enfrentado alguns constrangimentos, visto que Bula Atumba é uma área onde chove muito.

João Muhongo explicou que o empreiteiro foi designado em Fevereiro e tinha um período de 60 dias, para fazer a mobilização do aproveitamento técnico e material, que inclui o recrutamento do pessoal local. Considerou que as obras decorrem a bom ritmo, contando, numa primeira fase, com 60 empregos directos e 20 indirectos. Destes há um grupo de cinco jovens a beneficiar de uma formação "onjob", para assegurarem o futuro da empresa.

Novo sistema de captação O período de experimentação é de dois anos e em 2020 ou 2021 termina o período de ensaios, para que se entregue o projecto à Administração Municipal.

Para o início das obras, João Muhongo disse que foi necessário desfazer todo o sistema antigo que levava água bruta à conduta, um percurso que avançava até ao casco urbano e depois, através do sistema de bombagem em que era distribuído à população.

João Muhongo referiu que este projecto apresenta muitas inovações, pois pode levar a água bombeada até à quota 850, para ser tratada e automaticamente armazenada e distribuída.

A capacidade instalada cobre mais de 50 metros cúbicos de água por hora, assim como tem um sistema de armazenagem de 800 metros cúbicos.

Além do sector das águas, decorrem na região diversas acções de impacto social que visam melhorar a qualidade de vida da população.

8.3 Água Potável

Jornal O PAÍS

08 De Maio de 2017

Em primeiro lugar agradeço ao Sr. director do jornal O PAÍS pelo ensejo que me oferece em expor neste jornal uma inquietação.

A água é um bem precioso, o corpo humano é constituído por 80% de água. A água é responsável pela limpeza dos rins, hidratação, alimentação do corpo humano e higienização, por isso chega-se a dizer que sem ela não há vida.

Neste aspecto, Angola foi agradada por Deus com vastas badas hidrográficas, sendo o rio Kwanza a segunda maior bacia hidrográfica de Africa. Quando existe a diminuição do caudal, dos céus São Pedro abre a torneira, fazendo jorrar água em abundância para os rios, aumentando drasticamente o seu vazão e alegrando os camponeses com o desabrochar de sua sementeira.

No tempo de guerra, a distribuição do líquido precioso era feito de forma precária na nossa urbe e quando tivéssemos o líquido em nossas torneiras era ora turva ora acastanhada e em média 3 a 4 hora do dia maioritariamente de madrugada. Augurávamos a paz, porque nós dizíamos que a guerra era a causa do nosso desalento e a paz seria o nosso refúgio.

Com a chegada da paz em 2002, os olhos dos angolanos de Cabinda ao Cunene do mar ao leste encheram-se de lágrimas de alegria, rejubilamo-nos em bom tom "viva a paz viva Angola finalmente os sonhos serão realizados, não mas faltará a energia muito menos a água potável em nossas torneiras. Lá onde há os rios, as veredas serão livres das minas e as comportas das barragens abertas, teremos água em abundante.

Volvidos 15 anos de paz, louvamos aos dirigentes pelas conquistas alcançadas no domínio das águas, a construção, reabilitação, aumento da capacidade das estações de tratamento da EPAL em várias localidades do país, o plano água para todos com ligações domiciliárias nas periferias das grandes cidades.

Mas ainda assim estamos muito longe do sonho da água potável ser realizado, não se compreende as constantes falta de água nos bairros que foram contemplados recentemente, nem a qualidade da água que tem jorrado em nossas torneiras, quando os sistemas foram construídos e inaugurado recentemente, financiado pela linha de crédito da China.

Também não se compreende a péssima qualidade da água que tem jorrado nas novas centralidades, quando os sistemas de tratamento de águas e as condutas estão construídos a menos de 10 anos.

Por depararem situações decorrente da péssima qualidade da água que jorra nas centralidades muitos dos moradores da centralidade de Cacucaco passaram a utilizar, há meses, água mineral também nas tarefas domésticas e desistimos completamente da água "dita potável" que jorra em nossas torneiras, pois além de possuir cor também possui cheiro. Por isso agrade damos as entidades de direito a realização do nosso sonho.. 'A água potável'.

8.4 Banco israelita vai financiar projetos do Grupo Mitrelli-Angola avaliados em USD 120 milhões

Jornal O PAÍS
09 De Maio de 2017

No projecto de maior impacto, o Grupo Mitrelli vai construir sistemas de captação, tratamento e distribuição de água em 62 aldeias, no âmbito do Programa "Água Para Todos", num investimento total de USD 94 milhões.

Segundo Tzahi Malach, PCA da Ashr'a, "o investimento, o maior que a agência garante em Angola, é parte integrante da tendência geral de aumento das exportações israelitas para a África, especialmente nos domínios da agricultura e desenvolvimento de infraestruturas, em que Israel se apresenta como líder mundial", referiu o gestor.

O Bank Leumi, um dos maiores bancos de Israel, vai financiar três projectos do Grupo Mitrelli em Angolano montante global de USD 120 milhões. Os empréstimos conseguidos pelo Grupo Mitrelli terão garantia estatal de Israel, através da agência israelita de seguros de risco, a Ashr'a - Israel Foreign Trade Risks Insurance Corporation.

De acordo como PCA da Mitrelli Angola, estes financiamentos vão contribuir para avançar com

projectos estruturantes que visam o desenvolvimento de Angola e o estreitamento ainda maior das relações entre os dois países.

"A maior parte deste investimento será concentrado na construção de sistemas de captação, tratamento e distribuição de água a 62 aldeias nas províncias de Malange e Cuando-Cubango, no âmbito do Programa Água Para Todos, representando um investimento total de cerca de USD 94 milhões", detalhou. Referiu ainda que as novas infra-estruturas de abastecimento de água contribuirão para melhorar a qualidade de vida das populações das duas províncias, fazendo chegar a aldeias remotas água potável compatível com os mais exigentes padrões de qualidade em vigorem países desenvolvidos. O projecto deverá ficar concluído em dois anos, prevendo-se por isso a sua inauguração em 2019.

Entre os demais projectos do Grupo Mitrelli, a beneficiar destes empréstimos, conta-se o estabelecimento de um complexo de viveiros de piscicultura concebido para fornecer 500 toneladas de peixe por ano que, uma vez concluído, abastecerá o mercado interno. Este projecto, cujo arranque está previsto para breve, será também concluído em 2019.

O terceiro projecto do Grupo Mitrelli, no âmbito destes financiamentos, consiste numa linha de transporte de 'energia -elétrica e respectivas subestações, destinada a promover o desenvolvimento do sector de produção e transporte de energia elétrica em Angola.

A execução deste projecto levará cerca de um ano, prevendo-se estar concluído em 2018.

O Bank Leumi vai financiar as três operações de crédito através de um financiamento directo aos clientes do Grupo Mitrelli em cada um dos projectos, os quais beneficiarão de garantias do Ministério das Finanças de Angola. Os empréstimos serão reembolsados em 10 anos e contarão com seguros de risco da Ashr'a. Para Haim Taib, Presidente e fundador do Grupo Mitrelli, "esta é uma solução de financiamento eficaz e reveste-se de grande importância, uma vez que promove as exportações israelitas, por um lado, permitindo-nos, por outro, continuar a apoiar os países em vias de desenvolvimento, entre eles Angola", revelou.

Sobre o Grupo Mitrelli Estabelecido em Angola há 25 anos, o Grupo Mitrelli é um grupo empresarial cujo principal objectivo é apoiar a implementação de projectos de impacto económico e social em países em vias de desenvolvimento. O Grupo emprega mais de 1.000 funcionários em diferentes esferas de actividade, designadamente construção e habitação,

pesca, agricultura e indústria, água, energia, sistemas de informação geográfica, educação e formação, telecomunicações e tecnologias de informação, entre outros e detém uma experiência acumulada de mais de 25 anos de actividade em África, particularmente em Angola, na Ásia e na América Latina.

8.5 Água Potável (II)

Jornal O PAÍS

11 De Maio de 2017

Em primeiro lugar agradeço ao Sr. Director do jornal O PAÍS pelo ensejo que me oferece em expor neste jornal uma inquietação.

De acordo com o que aprendi no livro do Estudo do Meio da 3ª classe do ensino primário, a água potável é definida como um líquido limpo, incolor, inodoro que possui propriedades biológicas, físicas e químicas de acordo com padrões internacionais de qualidade e, quando ingerida, não provoca qualquer tipo de danos a curto, médio e longo prazo ao organismo; e a água bruta ou não potável é o oposto, ou seja, é um líquido não limpo, que pode possuir cor, cheiro e propriedades biológicas, físicas e químicas fora dos padrões internacionais de qualidade, e quando ingerida pode provocar a curto, médio e longo prazo, danos ao organismo.

De acordo com a exposição, consegue-se entender a parábola do Mestre Jesus decifrada há mais de dois mil anos, sobre a árvore e seus frutos, ou seja, "fazei a árvore boa, e o seu fruto bom, ou fazei a árvore má, e o seu fruto mau" ; porque pelo fruto se conhece a árvore. O homem bom tira boas coisas do seu bom tesouro, e o homem mau, do mau tesouro, tira coisas más. Assim, entende-se que existe discrepância entre a água potável e a água bruta ou não potável que jorra em nossas torneiras. A água potável não pode possuir características ou propriedades da água bruta ou não potável nem a água bruta ou não potável possuir características ou propriedades da água potável Logo chego ao entendimento que a água potável quando ingerida não provoca qualquer tipo de doenças ao ser humano porém a água não potável provoca doenças.

Agora pergunto eu. A água tem jorrado em Luanda, sobretudo nas centralidades e parte das periferias contendo cor, cheiro e quando consumida provoca disenterias e dores de barriga, será que podemos considerar de água potável!?

Será que a água que jorra na nossa urbe é um incentivo ao surgimento de empresas e aumento de produção de água mineral!?

Será que a água que jorra na nossa urbe é pra o consumo de todos incluindo os nossos governantes!?

Os benefícios da água potável são diversos, pois ela possui uma grande quantidade de nutrientes essenciais para a saúde geral do corpo. Além disso, os benefícios da água potável para a saúde incluem a manutenção do equilíbrio do PH, a temperatura do corpo, o metabolismo, a respiração, a prevenção da constipação, azia, enxaqueca, gastrite, úlceras, pedras nos rins, doenças cardiovasculares, artrite reumatóide, dores nas costas e osteoporose. Além disso, ela é necessária em quantidades excessivas para as mulheres grávidas e lactantes. A água também desempenha um papel importante na função renal e para o tom da pele.

A água é um componente essencial do nosso corpo e desempenha um papel vital na manutenção do equilíbrio do corpo. Os processos metabólicos oferecem produtos úteis e limpam os resíduos, enquanto funciona, essencialmente, em quase todos os principais sistemas de órgãos do corpo.

8.6 Tanques de água ilegais desactivados

Jornal de Angola

11 De Maio de 2017

Texto: Victorino Joaquim

Três tanques de água que abasteciam, ilegalmente, camiões-cisterna com água potável foram ontem desactivados da rede pública na zona do Lar do Patriota, município de Belas, por uma equipa de técnicos da Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL).

Segundo o fiscal da EP AL, E de Martins, os tanques estão instalados no interior de um estaleiro vedado com blocos de cimento e presume-se que seja propriedade da empresa Joaquim Alexandre & Filhos.

Resultado do trabalho de fiscalização realizado naquela zona, Ede Martins conta que na manhã de terça-feira observou vários camiões com capacidade de 30 mil litros que saíam do estaleiro abastecidos de água. "Eram sete camiões com capacidade de 30 mil litros que foram abastecidos a partir de duas girafas de água", conta o fiscal.

Ede Martins disse que comunicou imediatamente aos colegas, de seguida começaram as buscas e descobriram uma conduta clandestina que transportava água para o referido estaleiro.

Com a visita ao interior do estaleiro, os técnicos confirmaram que a canalização era clandestina e procederam ao corte imediato da canalização.

A equipa de reportagem do Jornal de Angola procurou contactar sem sucesso o proprietário do estaleiro. Em declarações à imprensa, o porta-voz da EPAL, Domingos Paciência, confirmou o facto e disse que a conduta clandestina foi feita a partir de uma tubagem da EPAL para alimentar tanques de 120.000 e 200.000 metros cúbicos.

O caso, disse o porta-voz. Já foi entregue ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), que no mesmo dia procedeu à detenção dos trabalhadores do estaleiro que praticavam a acção de garimpo para serem apresentados em tribunal.

O porta-voz da EPAL lembrou ainda que na segunda-feira dois cidadãos foram detidos pelo Serviço de Investigação Criminal, no município do Cazenga, quando se faziam passar por funcionários da EPAL, cobrando dinheiro às pessoas em troca de um suposto cadastramento para posterior abastecimento de água da rede pública.

Os dois falsários foram apresentados ao Tribunal de Polícia, onde foram julgados em processo sumário e condenados a seis meses de prisão efectiva e ao pagamento de 70 mil kwanzas de

8.7 Habitantes de Cassongue já consomem água potável

Jornal de Angola

15 De Maio de 2017

Texto: Casimiro José

Mais de 15 mil habitantes da sele municipal de Cassongue e das aldeias de Santo António, Chipuri, calumana, Lumbalua e Cruzamento, na província do Cuanza Sul, passaram a beneficiar de água potável com a entrada em funcionamento na sexta-feira de seis sistemas combinados de captação e distribuição deste produto. Os seis sistemas combinados de distribuição de água construídos de raiz pela empresa Owini, do Grupo Mitrelli, em 120 dias, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PIP), custaram aos cofres do Estado cerca de seis milhões de dólares. Com a conclusão dos seis empreendimentos, inaugurados pelo ministro da Energia e Aguas, João Baptista Borges, a província do Cuanza Sul passa a contar com 44 sistemas de água em funcionamento, faltando concluir 14 para se atingirem os 60 projectos programados para esta parcela de Angola. O governador provincial do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, satisfeito com a consolidação do

projecto, referiu que anteriormente a população obtinha água para o consumo e outros fins nos arredores da vila dos riachos e cacimbas, um produto sem a qualidade desejada, resultando em inúmeras doenças, sobretudo as de origem hídrica, como doenças diarreicas e respiratórias agudas, febre tifoide e outras. Eusébio de Brito Teixeira reconheceu que a paz fez com que o Executivo passasse a construir mais empreendimentos sociais nas comunidades. Por isso, pediu ao líderes comunitários, autoridades tradicionais e população em geral para colaborarem na conservação dos bens públicos. O ministro da Energia e Agua, João Baptista Borges, acompanhado pelo secretário de Estado Luís Filipe da Silva e altos responsáveis do pelouro, garantiu que o sector que dirige vai continuar a trabalhar na expansão dos sistemas e redes de distribuição de água, sobretudo no meio rural, que constitui a maior preocupação do Executivo, por formas a fazer baixar a mortalidade infantil.

João Baptista Borges garantiu que o Executivo continua a trabalhar para melhorar as condições de vida das populações e reafirmou que esforços neste sentido vão ser reforçados para se dar resposta a outras preocupações que afligem as comunidades, principalmente nos sectores da saúde, educação e fomento da produção agropecuária.

O ministro recordou que o sector das Aguas cobre actualmente 62 por cento do território nacional e, nos próximos anos, pretende atingir os 82 por cento.

8.8 Programa Agua para Todos vai consumir USD 500 milhões

Jornal O PAÍS

16 De Maio de 2017

Texto: Miguel Kitari

Executivo angolano continua a fazer novos investimentos no sector das águas. Na província do Cuanza-Sul, o programa "Água para Todos" vai contemplar 60 Localidades, sendo que 44 já possuem novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água. As 14 que restam podem ser, segundo o ministro João Baptista Borges, beneficiadas ainda este ano.

Trata-se de um programa que está a levar água às localidades onde nunca houve água. Em algumas localidades do país registou-se algum atraso decorrente da situação macroeconómica que vivemos, mas agora estamos melhor", assegurou o ministro João Baptista Borges.

O governante avançou que para o que resta executar e atingirmos os 85% serão necessários cerca de USD 500 milhões. É de facto um valor avultado, mas que tem a sua importância sobretudo para se evitar doenças provocadas pelo consumo de água imprópria.

O ministro disse que o objectivo é beneficiar 80% da população que vive no meio rural. Até final do ano, avançou o governante, 72% terá água potável, sendo que, nesta altura, 67% já tem acesso.

Quanto ao financiamento, disse ser totalmente proveniente do governo, com financiamento de parceiros nacionais e internacionais. Explica que os sistemas de água construída na província do Cuanza - Sul contaram com o apoio de um parceiro israelita.

Mais água no Cuanza-Sul o quadro do projecto, mais de 15 mil habitantes das localidades de Cassongue, Santo António, Lombulua, Cruzamento, Chipuri e Calumana, no município de Cassongue, província do Cuanza- Sul, passam a beneficiar de água potável, com a entrega de novas infra-estruturas de abastecimento de água no âmbito do Programa Água Para Todos.

No município de Cassongue, província do Cuanza-Sul, os trabalhos, iniciados em Fevereiro deste ano foram concluídos, nos 120 dias previstos. O projecto de abastecimento de água a Cassongue é parte de outro projecto mais vasto de construção de infra-estruturas de sistemas de abastecimento de água potável em 152 localidades das províncias de Cuanza-Sul, Lunda-Norte, Moxico, Uíge e Zaire, a cargo da Owini.

Iniciativo do Governo de Angola, o Programa Água Para Todos é tutelado pelo Ministério da Energia e Águas (MINEA), sendo a Owini, a unidade de projectos de água do Grupo Mitrelli, a construtora de novos sistemas de abastecimento em várias províncias, garantindo a captação, tratamento, transporte e distribuição de água até zonas remotas.

8.9 Água potável chega à vila e arredores de Lucala

Jornal de Angola

17 De Maio de 2017

Texto: Marcelo Manuel

Cerca de 18 mil famílias da vila de Lucala e arredores, a 35 quilómetros de N'Dalatando, passaram a beneficiar de água potável, desde a reestruturação dos sistemas de decantação, filtração e potabilização do Centro Municipal de Captação, Tratamento e

Distribuição, informou ontem o chefe de secção municipal da Energia e Águas.

Pedro António informou que o centro está a funcionar com uma capacidade de captação de 132 metros cúbicos, dois tanques aéreos de tratamento de 90 metros cúbicos e um subterrâneo, que estão a suportar 25 chafarizes e dez lavandarias.

O sistema tratamento de água extraída a partir da fonte de captação do rio Caxicote, situado a cerca de 500 metros da vila de Lucala, está a permitir um fornecimento ininterrupto durante as 24 horas do dia.

Com a instalação do referido empreendimento, o Governo Provincial do Cuanza Norte conseguiu melhorar a qualidade da água consumida pelos habitantes da vila e arredores de Lucala, considerou o chefe de secção municipal da Energia e Águas, Pedro António. Pedro António reconheceu que a reabertura do projecto é uma mais valia, pelo facto de a população ter vivido mais de oito anos a consumir água bruta, o que facilitava a propagação de doenças do fórum intestinal, diarreias e infecções urinárias. "O centro de captação requalificado vai suportar a demanda de consumo durante as 24 horas, com probabilidade de armazenamento na eventualidade da falta de energia eléctrica", disse Pedro António para acrescentar:

"Foram igualmente substituídas as electrobombas modernas de captação com capacidade de absorverem a água mesmo com o nível de caudal baixo." Pedro António referiu que, nestas situações, os técnicos do sector estão orientados a fazer o tratamento da água à base de hipoclorito de sódio.

Gestão de medicamentos O chefe de secção da Energia e Aguas de Lucala falava no termo de uma reunião que o governador provincial do Cuanza Norte, José Maria dos Santos, manteve com as autoridades locais. Durante o encontro, o governador exortou as entidades sanitárias locais para um maior rigor na gestão e controlo dos medicamentos, tendo adiantado a possibilidade de responsabilização criminal aos que desviarem fármacos destinados aos centros ou postos de saúde do Estado.

O Governador provincial, José Maria dos Santos, disse ser preciso que as entidades tradicionais, religiosas, professores e população em geral estejam envolvidas de forma periódica em actividades ligadas à promoção de actividades de limpeza das comunidades, visando a redução do capim junto das casas.

Os jovens do Lucala pediram ao governador para que se reabilite o centro recreativo e cultural do

município, por formas a galvanizar e promover diversas acções ligadas à dança, música e ao teatro.

8.10 Água Potável

Jornal O PAÍS

17 De Maio de 2017

Texto: Sebastião A. Ambrósio

Em Primeiro lugar agradeço ao sr. Director do jornal O país pelo ensejo que me oferece em expor neste jornal uma inquietação.

Devido a constantes falhas na distribuição de água potável tanto em Luanda como no resto do país. Nas periferias criou-se há muitos anos o costume da construção de tanque subterrâneo, compra de tambor ou bidão com a capacidade que vai dos 20 a 500 litros para a conservação do líquido precioso. Pois há falta de tais reservatórios implica gastos exorbitantes na compra diária do líquido precioso aos proprietários de motos vulgarizado cupapata ou aos proprietários de tanques subterrâneos.

Devido ao desemprego muitos jovens e adultos da urbe dedicam-se afincadamente ao negócio da água potável para o sustento de sua prole.

Diz-se mesmo que o negócio da água dá muitos lucros. Por isso muita gente da banda não quer que a EPAL melhore o fornecimento da água potável nos bairros. Muitos deixaram seus empregos de proteção civil, de motorista de táxi etc. e migraram-se para esta profissão. Outros com muita maldade vandalizam as condutas da EPAL não se importando com os danos causados a terceiros, devido a ânsia de fazer dinheiro.

Porém, devido a má conservação da água potável nestes reservatórios, muitas doenças são transmitidas por meio dos vírus que circundam na atmosfera poluída. Os vírus infiltram-se numa célula pra o início de qualquer actividade, posteriormente dado a condições propícias migram-se e mutam-se causando enormes enfermidades ao ser humano. Tais como a poliomielite.

Pode-se dizer que sem água não há vida, Há duas semanas pra cá fui ao hospital de Oncologia de Luanda visitar um familiar que se encontra internada devido a um câncer maligno, após alguma conversa notei sua recuperação, fui informado do processo usado para o tratamento de um paciente com câncer usando a quimioterapia. Fiquei entusiasmado pois o processo é de alta tecnologia, tal é usado em qualquer outro país do primeiro mundo. Porém fiquei muito assustado e aborrecido ao saber do meu familiar que lá no hospital a água não sobe aos andares de cima.

Para ter o uso do precioso líquido o paciente ou o familiar deve ir ao rés-do chão quando tiver água corrente, porém como o hospital não possui um reservatório e na maioria das vezes não há água corrente. Os familiares ou eles mesmos são obrigado a percorrerem distâncias fora do hospital com vasilhas nas mãos, a procura do precioso líquido para higienização.

Lamentei! Após momento de descontração não estava preparado para receber esta notícia, mas ainda assim ganhei coragem e decidi escrever esta crônica. Pelo que espero que as entidades deste país que há muito confio possam resolver este problema que assola dezenas de pacientes desta unidade hospitalar. Li A água potável li....

8.11 A cegueira da EPAL

Jornal O PAÍS

19 De Maio de 2017

Caro director do jornal O país, Ainda bem que têm a Carta do Leitor neste jornal para nós podermos escrever também as nossas makas.

Venho falar do garimpo de água na zona das Casas da Juventude do condomínio BPC, em Camama. Já é demasiado descaso. Os larápios de água, bandidos, furam as condutas para montarem negócios de lavagem de carros mesmo nas babas dos moradores, da Polícia e dos fiscais. Mas ninguém faz nada.

O condomínio BPC e o Bom Sossego estão sem água há vários meses, como se já não bastassem os cortes de electricidade. Então, os moradores são obrigados a comprar geradores, combustível para os geradores, óleo para os geradores, etc. Mas isso vai já acabar quando a ENDE cumprir a promessa de trazer a energia de Laúca. Mas amaka da água não.

O que se passa é que parece que há um negócio em que comem muitas pessoas. Eu não acredito que até hoje a EPAL ~ a Polícia não sabem daquele problema. Não acredito. Então os moradores têm de comprar cisternas de água que não é potável todas as semanas ou todos os meses, consoante a capacidade do tanque de cada um. Isso é que não pode ser. É muita gente prejudicada. Há muita gente a comer neste negócio que se faz ao ar livre e em pleno asfalto.

A verdade é que cidadãos que pagam as suas casas para viver numa urbanização são forçados a viver como num kimbo, sem água da rede e a cartar água todos os dias, apesar de comunicarem As ocorrências a quem de direito.

Já não se pode confiar em ninguém' não há ninguém a quem recorrer.

Caro director, mando esta carta apenas para mostrar que estou mesmo zangado com a cegueira da EPAL, porque se os nossos folhos ficam doentes com a água da candonga, eles não se importam. É tempo de começarmos a trabalhar como deve ser e de sermos um país normal, mas com as coisas bem feitas. É até vergonhoso em pleno séc. XXI ainda falarmos de roubos de água, gente que fura o asfalto para vandalizar as condutas para tirar água para lavar carros em lugares impróprios. E a EPAL nada vê. É uma pena.

8.12 Moradores do bairro Huambo reclamam torneiras fantasmas

Folha 8

20 De Maio 2017

Os municípios do Bairro Huambo, distrito urbano da Maianga, denunciam, o fraco e mau desempenho da Administração municipal, da EPAL e do governo provincial, face; a falta de água potável, nas torneiras das residências, desde Dezembro de 2016, que os impede de realizar as actividades básicas e domésticas quotidianas. Vários cidadãos manifestaram ao F8, o desalento face a incompetência governativa no capítulo água, porquanto, "infelizmente,

Nós acarretamos as águas do tanque, à 100 kz por cada bidon e o mesmo não tem sido favorável a saúde humana pela má conservação, provocando. Doenças como, a febre tifóide, a cólera, a diarreia, a leptospirose e a hepatite A", lamenta o Município A. Maria, acrescentando o ridículo de desde a altura que os chineses contratados pela EUSAL, colocaram as torneiras só correu água uma única vez", assegurou. Paulo André considera "a colocação das torneiras, como um acto de fantasmas, que entro nas nossas casas. Nunca vi a cor do tal líquido, por esse motivo sou obrigado a comprar água nos moços das "kupapatas" (motorizadas de três rodas com carroçaria) para realizar os trabalhos de casa", desabafou. O jovem Muanza António, comerciante de água nas kupapatas, diz que, "eu compro água nas girafas, coloco nos bidões de 25 litros e procedo a revenda, à 85,00 K WZ, nas casas dos bairros para ajudar as pessoas, que não têm água da rede", esclareceu.

Mas a água é mesmo um calcanhar de Aquiles, segundo Joana Celeste, quando diz ter de acordar às "5 horas da manhã para acarretar água barata, a 60,00 Kwz. Já estou com problemas na coluna e sinceramente não sei qual é o papel dessas torneiras,

porque na minha casa nunca pingou nem um líquido. Já tentamos comunicar a comissão de moradores, a Administração Municipal, a EPAL e ao governo provincial, mas sem êxito", explicou, adiantando, esperar que as entidades "resolvam essa situação o mais rápido possível, porque tem sido um inferno para nós, até por existir pessoas que não têm possibilidades de comprar a água", apelo.

F8 ao contactar a Comissão de Moradores, o funcionário presente respondeu: "não posso dar nenhuma informação sem autorização do superior hierárquico", frisou, mas este por ter tarefas, também, no CAP do MPLA, nunca se faz presente. Como se pode verificar, muitas pessoas vivem com menos de 5 litros de água (contaminada) por dia, contribuindo isso para o aumento de doenças vulneráveis e prejudiciais a saúde humana.

8.13 Benguela e Baía Farta substituem bombagem

Jornal de Angola

22 De Maio de 2017

Texto: António Gonçalves

Os municípios de Benguela e Baía Farta estão privados de água potável, desde hoje até quarta-feira, devido a uma paralisação total do sistema de abastecimento da Estação de Tratamento de Benguela Segundo um comunicado de imprensa a que o Jornal de Angola teve acesso, a Empresa de Aguas e Saneamento de Benguela refere que a paralisação devesse a trabalhos técnicos de substituição do sistema de bombagem instalado em 1994.

De referir que, com a execução do Projecto de Reabilitação Urbana e Ambiental das cidades do Lobito e Benguela (PRUALB), o sistema de bombagem instalado na ETA-Benguela há mais de 23 anos já não conseguia fazer fase à demanda, o que estava a provocar constrangimentos no fornecimento de água à zona periurbana de Benguela, com destaque para a Zona B, e o município da Baía Farta.

Diante deste quadro, a Empresa de Aguas e Saneamento da província de Benguela investiu num novo sistema de bombagem, para reverter o estado actual de insuficiências, que será instalado num período de três dias.

Segundo o comunicado de imprensa da Empresa de Aguas e Saneamento de Benguela, três novas bombas, com capacidade de bombear 500 metros cúbicos de água por hora, serão instaladas.

A instalação do novo sistema de bombagem vai aumentar o volume de água aduzida para as zonas críticas, dos 800 metros cúbicos hora para os 1000 metros cúbicos/hora, o que vai minimizar os efeitos de carência no abastecimento de água.

8.14 Energia eléctrica e água canalizada em expansão no Huambo

Jornal O PAÍS

24 De Maio de 2017

Paulo Sérgio e Jacinto Figueiredo

Eram 20 horas e 48 minutos quando João Baptista Kussumua, governador provincial do Huambo, ligou o botão que pôs fim aos quatro anos e seis meses de convívio na escuridão em que se encontravam os moradores do bairro "Juventude", situado a escassos metros da centralidade do Longonjo.

O acto foi depois de o governador ter procedido ao lançamento da primeira pedra do projecto de cerca de 600 ligações domiciliárias de água que será executado pela empresa Sínohidro, em quatro meses.

Os benefícios

O desejo de realizar o sonho da casa própria levou o jovem José Francisco a mudar-se para o bairro Juventude há quatro anos e seis meses, numa altura em que a zona era completamente desabitada. A título de exemplo, na altura as obras de construção da Centralidade do Longonjo estavam ainda na fase inicial e a estrada que liga a nova urbanização ao aeroporto provincial era apenas terraplanada.

Satisfeito, disse a O PAÍS que a chegada da energia eléctrica ao seu bairro possibilitará aos moradores reduziremos respectivos custos de vida, pois gastavam entre 30 a 40 mil Kwanzas só com combustível para os geradores.

"É um grande alívio. O governo está a melhorar a nossa qualidade de vida", manifestou.

José Francisco sublinhou que as crianças do bairro poderão desfrutar do prazer de assistirem com maior frequência a programas educativos e desenhos animados pela TV, sem que os seus encarregados se preocupem com o consumo de combustível e as horas de trabalho da fonte de energia alternativa (geradores).

Considerou ser fundamental que todos os beneficiados com esse serviço ajudem o Estado a mantê-lo em pleno funcionamento, pagando as suas contas, quer seja em sistema pré-pago ou pós-pago. "Se não contribuirmos, haverá déficit financeiro e o

Estado terá pouca capacidade para solucionar os problemas que poderão vir a ocorrer na rede", alertou.

Essa opinião é partilhada pelo vizinho Octávio Hélder Paulino que procurou, a todo momento, manifestar a OPAÍS o seu sentimento de alegria e gratidão.

Como um dos moradores mais antigos do bairro, recordou que na altura em que se mudara para lá, não só se debatiam com a falta de electricidade como também de vias de acesso e de escola, situação que já está ultrapassada.

Para que as crianças e adolescentes pudessem dar sequência aos estudos, inicialmente a Escola "Angola e China", existente no bairro, acolhia tanto os do ensino primário como os do primeiro ciclo.

"Com a entrada em funcionamento dos estabelecimentos similares existentes do Longonjo, esse cenário mudou. Aqui lecciona-se apenas o primeiro ciclo e o ensino primário é feito numa das escolas existentes da centralidade", explicou. Octávio Paulino confessou-se grato ao Executivo local por estar a trabalhar afincadamente para atender os pedidos tanto dos habitantes do seu bairro como de outros pontos da província que carecem desses serviços básicos.

Comentando os aspectos organizativos da vida comunitária no bairro da Juventude, Octávio Paulino disse existir uma comissão de moradores que tem servido de elo de ligação entre os munícipes e a administração municipal e não só.

"A nossa comissão vai continuar a trabalhar com os munícipes no sentido de consciencializá-los sobre a necessidade de preservarmos esses bens públicos", garantiu, na qualidade de membro da Comissão de Moradores.

Já a jovem Aldemira Madureira, que reside no bairro há nove meses, disse que com a conclusão das obras do projecto de ligações domiciliárias não só deixarão de consumir água da cacimba como reduzirão ainda mais os orçamentos domésticos, com a supressão da "rubrica água mineral", que tem sido bastante dispendiosa.

A água da cacimba era usada apenas para tratar da limpeza de casa, da roupa e da cozinha por alguns, enquanto outros a ferviam para beber. Outros recorriam à água engarrafada para saciar a sede. "Por vezes, éramos obrigados a ficar às escuras por incapacidade financeira em abastecer o gerador", precisou. Aldemira Madureira contou que até há bem pouco tempo se debatiam com uma forte onda de

assaltos no bairro, que está a ser ultrapassada graças à pronta intervenção da Polícia Nacional.

Em seu entender, a instalação da rede de iluminação pública e domiciliária ajudará a afugentar ainda mais os marginais. Apontou, por outro lado, a existência de falta de transportes privados, vulgo serviço de táxi, na rota bairro/via principal, como um nicho de negócio que merece ser explorado.

8.15 Quatro centros de distribuição de água em construção

Jornal O PAÍS
24 De Maio de 2017

Além das ligações domiciliárias no bairro da Juventude, a construtora Sinohidro tem como missão erguer quatro centros de distribuição de água na província do Huambo, de acordo com a sua porta voz Tânia Kim.

"Estamos também a executar um projecto de mais de 60 mil ligações domiciliárias, enquadrada no projecto Huambo 2", revelou. Este projecto está a ser erguido na capital da província e terminará dentro de dois anos, segundo detalhou.

De acordo com a nossa interlocutora, todos estes projectos estão orçados em 91 milhões de dólares, suportados por uma linha de crédito da China.

8.16 Mais água potável chega ao Cazenga

Jornal de Angola
27 De Maio de 2017

O centro de distribuição de água do Cazenga, província de Luanda, entra em funcionamento na plenitude nos próximos dias, depois da conclusão das obras de ampliação da infra-estrutura, anunciou o administrador municipal.

Victor Nataniel Narciso, que falava à Angop, disse acreditar que a ampliação do centro vai causar um efeito positivo na vida da população do município do Cazenga, um dos mais populosos da província de Luanda.

O administrador falava à agência noticiosa à margem de uma visita efectuada na terça-feira pelo vice-governador da província de Luanda para a Área Técnica e Infra-estruturas, Joaquim Malichi, que observou o grau de execução das obras de ampliação do centro de distribuição de água do Cazenga.

"No Cazenga, está a ser executado um conjunto de obras, 'desde a ampliação do centro de distribuição, lançamento de condutas de transferência de água à realização de 100 mil ligações domiciliárias", disse Victor Nataniel Narciso.

O Cazenga, um dos nove municípios da província de Luanda, engloba os distritos urbanos do Tala Hadi, Hoji ya Henda, Cazenga, 11 de Novembro, KimaKienda e Calwenda.

8.17 Bairros de Luanda registam melhoria no abastecimento

Jornal de Angola
28 De Maio de 2017

A Empresa de Distribuição de Água de Luanda (EPAL) informou na sexta-feira, em comunicado, que está a reabilitar a estação de tratamento de água de Luanda Sul, no âmbito da estratégia permanente de modernização dos equipamentos.

No comunicado, citado pela Angop, a EPAL refere que a reabilitação está enquadrada no plano de acção 20 16-2017, relativo aos Projetos Prioritários de Abastecimento de Água.

O trabalho de reabilitação, embora não esteja ainda concluído, já regista uma melhoria significativa, havendo maior disponibilidade de água para abastecer as populações.

A melhoria do abastecimento é uma realidade nas zonas de Viana, Golfe 1 e 2, Urbanização Nova Vida e parte do distrito de Talatona, lê-se no comunicado.

AEPAL continua empenhada no processo de modernização dos seus equipamentos e no aumento do índice de produção de água potável distribuída pelas várias estações de tratamento e centros de distribuição, garantiu a empresa pública no documento.

O sector da Energia e Águas é um dos que recebem avultados investimentos, desde o alcance da paz em Angola, há 15 anos, uma realidade que permitiu que milhares de famílias beneficiassem de água potável, nas áreas urbanas e rurais.

8.18 O acesso à água e ao saneamento básico em Angola ainda é deficitário

Jornal Expansão

5 De Maio de 2017

Texto: Eduardo Vundo Sassa

Introdução

Água e saneamento básico são bens determinantes para o desenvolvimento social de um povo, cujas implicações se fazem sentir nos domínios da saúde, educação e economia.

Angola é rica em recursos hídricos. Como estes beneficiam a sua população?

Qual é o estado actual do saneamento básico das populações de Angola? Estas duas questões constituem o cerne da nossa reflexão no presente artigo, fazendo recurso exclusivo aos dados secundários disponíveis.

1. Agregados familiares com acesso a água potável

Apenas 44% dos agregados familiares de Angola têm acesso a água potável, estando a situação mais precária nas zonas rurais, onde 22% dos agregados familiares gozam deste direito, contra 57% dos agregados das zonas urbanas.

O quadro é igualmente assimétrico entre as 18 províncias do país. Cabinda (73%) ocupa o topo e Cunene (23,3%) está na cauda (INE, 2016:70).

O Executivo propôs-se a reverter o quadro até 2017, estabelecendo a meta de 80% para os agregados familiares das zonas rurais e a de 100% para os das zonas urbanas, porém, as possibilidades para alcançá-las são pouco prováveis, tendo em conta a tendência global regressiva que se assiste nesse domínio, associada à crise económica que assola o país e, em resultado disso, os cortes orçamentais aos programas estruturantes deste sector (ADRA e UNICEF, 2016:3).

2. Fontes de abastecimento de água para beber

Apenas 11% dos agregados familiares dispõem de água canalizada no domicílio, enquanto 6% dependem da torneira do prédio ou do vizinho, ligada à rede pública, e 2% dos agregados adquirem água do chafariz público.

Uma parte significativa dos agregados familiares do país consome água de fontes inapropriadas, com destaque para os camiões cisternas (10%), cacimbas desprotegidas (17%) e charcos, rios ou riachos (15%),

ao contrário de uma franja não superior a 50% que consome água de fontes apropriadas, entre elas 12,3% dos furos com bomba e 1414% de nascentes protegidas. É questionável considerara rede pública e o chafariz público como sendo fontes apropriadas de água, pois a água que transportam não chega ao consumidor com a mesma qualidade que adquire nas estações de tratamento (ETAs) e centros de distribuição (CDs) devido à sua antiguidade, ligações clandestinas, rupturas e, por isso, vulnerável à infiltração de águas contaminadas (Ribeiro, Araújo e Chivunda, 2016).

3. Quadro global de saneamento básico

Segundo os dados do Censo, 60% dos agregados familiares de Angola defecam em locais apropriados. Todavia, existe um fosso deste indicador entre as zonas rurais (26%) e as urbanas (82%). O quadro apresenta grandes diferenças entre as 18 províncias do país, com Luanda no topo (91%) e Cunene (12%) na cauda.

O objectivo do Executivo é elevar a fasquia para 70% ao nível nacional, porém, é pouco provável que ele venha a ser alcançado pelas mesmas razões evocadas atrás em relação aos objectivos relacionados com a água (ADRA e UNICEF, 2016:4).

O saneamento do meio é outro desafio bastante presente na sociedade angolana. Os dados do Censo indicam que apenas 26,3% dos agregados familiares do País depositam os resíduos sólidos em lugares apropriados, destes 37,6% residem em zonas urbanas contra 8% das zonas rurais.

Verifica-se que no meio rural, 87% dos agregados familiares depositam o lixo ao ar livre, 8% enterram-no, 4% queimam-no e 1% coloca-o no contentor. Já no meio urbano, 59% depositam-no ao ar livre, 31% em contentores, 6% enterram-no e 3% queimam-no (INE, 2016:74).

4. Água e Saneamento Básico no OGE

O OGE 2016 alocou ao sector de água e saneamento 2,1%, dos quais 1,9% para água e 0,2% para o saneamento, contrariamente às recomendações internacionais que definem para os países da África Subsariana a alocação de, no mínimo, 3,5% do PIE, do qual 2,6% para água e 0,9% para o saneamento (ADRA e UNICEF, 2016:1).

No período de 2014 a 2016, todos os programas estruturantes de água e saneamento, sofreram cortes orçamentais: Programa Água para Todos (70%); Programa de Gestão de Resíduos Sólidos (76%); Programa de Reabilitação, dos Sistemas Urbanos de Águas e Saneamento (31%) e o SANTOLIC (8,5%).

Grande parte dos recursos financeiros que este sector recebe é canalizada para as zonas urbanas em detrimento das rurais que, no entanto, possuem maior número de pessoas sem acesso a água potável e saneamento (Ibid.).

Conclusão

Concluimos que o quadro global de acesso à água potável pelos agregados familiares de Angola é bastante deficitário, principalmente nas zonas rurais e no Cunene, sendo também os locais mais afectados no tocante ao acesso às instalações apropriadas de saneamento básico, embora no quadro geral a situação seja melhor em comparação com o acesso a água potável.

8.19 Elisal promete melhoria na recolha de lixo

Jornal De Angola
09 De Maio de 2017
Texto: Ana Paulo

A nova direcção da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) prometeu ontem trabalhar para melhorar o sistema de recolha dos resíduos sólidos na via pública.

Na cerimónia de tomada de posse do primeiro conselho de administração da Elisal, o seu presidente, Manuel Caterça disse que a empresa vai trabalhar no município do Cazenga em harmonia com o novo modelo de limpeza da província de Luanda.

"Estamos a pretender evoluir também para o nível de aproveitamento gradual dos resíduos sólidos, com as perspectivas de produção de geração de energia", frisou.

Manuel Caterça apelou às outras empresa de saneamento básico da província para contribuírem da melhor forma possível na limpeza e higiene.

Aos cidadãos, o presidente do conselho da administração da Elisal sugeriu a educação contínua no manuseamento do lixo.

O primeiro conselho de administração da Elisal foi empossado ontem pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, em cerimónia testemunhada pelo governador da província de Luanda, Higinio Lopes Carneiro.

Nomeado por despacho presidencial n.º 1210/17 de 21 de Abril, para um mandato de cinco anos, Manuel Caterça passa a ser o primeiro presidente do conselho de administração da empresa.

Como administradores executivos foram empossados Manuel Marta, Garcia Alberto de Almeida e Ana Maria Bento Jeremias.

Para a função de administradores não-executivos foram empossados Domingos Ferreira dos Santos Neto e Manuel Miguel de Carvalho. Ao intervir no acto Abrahão Gourgel pediu aos quadros empossados um bom desempenho no exercício das suas funções e recomendou rigor na gestão da empresa.

O governador provincial de Luanda, Higinio Lopes Carneiro, pediu ao conselho de administração da Elisal para dirigir a empresa com profissionalismo, responsabilidade e dedicação.

Esperamos que correspondam profissionalmente ao papel que cada um desempenha na empresa e que sejam uma referência no âmbito das diferentes empresas públicas existentes no país", recomendou o governador Higinio Carneiro.

Para Higinio Carneiro, no caso particular de Luanda, a Elisal é uma empresa circunscrita na capital, mas de modo algum deixa de desempenhar de ponto de vista profissional e funcional perante as instituições, que têm a responsabilidade de acompanhar e fazer avaliação do desempenho de cada uma das empresas públicas.

Higinio Carneiro lembrou, aos presentes que o novo conselho assinou um compromisso de responsabilidade da confecionaria para Luanda, e vai estar a par de outras empresas também contratadas pelo governo.

A Elisal não só está a trabalhar apenas no município do Cazenga, como também presta serviços em outros territórios da província de Luanda.

Por esta razão, Higinio Carneiro apelou para que se fortaleça ainda mais e que seja uma grande estrutura de referência.

A Elisal era gerida apenas por diretores e no último ano por uma comissão de gestão.

8.20 Resíduos sólidos transformados em electricidade

Jornal De Angola
10 De Maio de 2017

A Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (ELISAL) prevê fazer aproveitamento gradual dos resíduos sólidos para geração de energia, nos

próximos anos, anunciou o novo presidente do conselho de administração da empresa.

Manuel Caterça adiantou ter plena consciência da necessidade de fazer melhorias no objecto da Elisal que é a recolha dos resíduos sólidos, augurando melhoria substancial em todo o processo responsável que falava à imprensa após a tomada de posse, em cerimónia orientada pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, assumiu a responsabilidade de fazer melhorias naquilo que é o objecto da Elisal.

Faremos melhorias, de modo que tenhamos acesso à periferia, mas, para que o êxito ocorra, é necessária a contínua participação da população com o pagamento daquilo que são as taxas em função do território onde vivem", disse Manuel Caterça.

A cerimónia de tomada de posse do novo conselho de administração, que tem na presidência Manuel Caterça, contou com a presença do governador provincial de Luanda, Higinio Carneiro. Manuel Marta e Raimundo Lobato Pires Neto, Garcia de Almeida e Ana Maria Bento Jeremias são administradores executivos, enquanto Manuel Miguel de Carvalho e Domingos pereira dos santos são os administradores não executivos.

8.21 Elisal promete melhoria na recolha de lixo

Jorna Kratós

12 De Maio de 2017

Na cerimónia de tomada de posse do primeiro conselho de administração da Elisal, o seu presidente, Manuel Caterça disse que a empresa vai trabalhar no município do Cazenga em harmonia com o novo modelo de limpeza da província de Luanda.

"Estamos a pretender evoluir também para o nível de aproveitamento gradual dos resíduos sólidos, com a perspectiva de produção de geração de energia', frisou.

Manuel Caterça apelou às outras empresa de saneamento básico da província para contribuírem da melhor forma possível na limpeza e higiene.

Aos cidadãos, o presidente do conselho da administração da Elisal sugeriu a educação contínua no manuseamento do lixo.

O primeiro conselho de administração da Elisal foi empossado ontem pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, em cerimónia testemunhada pelo governador da província de Luanda, Higinio Lopes Carneiro.

Nomeado por despacho presidencial nº 1210/17 de 21 de Abril, para um mandato de cinco anos, Manuel Caterça passa a ser o primeiro presidente do conselho de administração da empresa.

Como administradores executivos foram empossados Manuel Marta, Garcia Alberto de Almeida e Ana Maria Bento Jeremias. Para a função de administradores não executivos foram empossados Domingos Ferreira dos Santos Neto e Manuel Miguel de Carvalho. Ao intervir no acto

Abrahão Gourgel pediu aos quadros empossados um bom desempenho no exercício das suas funções e recomendou rigor na gestão da empresa.

O governador provincial de Luanda, Higinio Lopes Carneiro, pediu ao conselho de administração da Elisal para dirigir a empresa com profissionalismo, responsabilidade e dedicação. "Esperamos que correspondam profissionalmente ao papel que cada um desempenha na empresa e que sejam uma referência no âmbito das diferentes empresas públicas existentes no país", recomendou o governador Higinio Carneiro.

Para Higinio Carneiro, no caso particular de Luanda, a Elisal é uma empresa circunscrita na capital, mas de modo algum deixa de desempenhar de ponto de vista profissional e funcional perante as instituições, que têm a responsabilidade de acompanhar e fazer avaliação do desempenho de cada uma das empresas públicas.

Higinio Carneiro lembrou, ao s presentes que o novo conselho assinou um compromisso de responsabilidade da confeccionaria para Luanda, e vai estar a par de outras empresas também contratadas pelo governo.

A Elisal não só está a trabalhar apenas no município do Cazenga, como também presta serviços em outros territórios da província de Luanda. Por esta razão, Higinio Carneiro apelou para que se fortaleça ainda mais e que seja uma grande estrutura de referencia. A Elisal era gerida apenas por directores e no último ano por uma comissão de gestão.

8.22 A ironia do lixo e a venda ambulante

Jornal O PAÍS

16 De Maio de 2017

Há vários dias que os serviços de recolha do lixo no bairro Golfe II não cumpriam o seu papel. Há vários dias, também, os contentares de lixo foram retirados,

sem explicação nem aviso algum aos moradores e a outros utentes que proveniente sabe-se lá de onde, despejam todo o tipo de resíduos num local improvisado. Como os contentares foram retirados sem aviso prévio, os produtores do lixo optaram em despejar o lixo ao ar livre, para que os cães, gatos e apanha tralhas dele se encarreguem.

E o pior aconteceu. O lixo foi vasculhado e espalhado em toda a extensão da rua, como mortos e feridos num campo de guerra. E ninguém apareceu em socorro.

O lixo ao ar livre prejudica a saúde pública e o meio ambiente, mas parece não incomodar nem preocupar ninguém que se preze. Recolham hoje ou não; amontoado ou não, não se ouve nada nem se pune quem deve fiscalizar.

Os cidadãos produtores de lixo, também olham, encolhem os ombros e passam indiferentes. E o lixo aumentou.

Cresceu. E ninguém protestou. Se ontem era pouco, hoje duplicou e amanhã, claro, será pior. E, como nada era feito, cresceu como tudo cresce, deixando a banga e as farras continuarem. Os salões de festa e de beleza e as empresas de decoração que o digam...

O que realmente incomoda Luanda é a venda ambulante.

Se a venda ambulante não fosse útil nem rentável, há muito que teria terminado.

Mas, não! Ao contrário do maldito lixo, quem fiscaliza parece cumprir com grande zelo o papel de combate à venda ambulante. Ela cresce como tudo cresce, traz mais anarquia à grande cidade, mas correm e escondem-se em todo o lado: na verdade, a fiscalização persegue os vendedores, confisca os produtos e prende prevaricadores. A perseguição é feita palmo a palmo, mesmo no interior dos bairros, como mostram as imagens. Mas, contrariamente aos cidadãos produtores de lixo que nada escondem nem protestam, os vendedores e clientes da venda ambulante juntaram-se. Aglomeraram-se para reclamar. E vejam a ironia! Protestaram ao lado da lixeira que nasceu e cresceu, como há dias alguém tentou explicar-se no início: precisamente porque o lixo até parece luxo, não é. As imagens não mentem.

Mesmo ao lado do lixo que não era recolhido, os serviços de fiscalização foram fotografados a prender vendedores ambulantes e os respectivos produtos. Sabe-se que o lixo provoca doenças. Também ameaça a saúde ambiental e a qualidade de vida. Os curiosos, os funcionários dos salões de beleza e os agentes de decoração não se preocupam com o lixo, mas ficaram indignados com o confisco dos produtos da venda

ambulante e a neutralização dos vendedores. Como sempre, a fiscalização também fechou os olhos ao lixo. De repente, saltam disfarçados para prender os ambulantes, como se fossem gatos em colhidos atrás das grades. E agora que o lixo manda e desnada, quem explica esta ironia.

8.23 Balneários públicos em estado de degradação

Jornal de Angola

16 De Maio de 2017

Os balneários públicos colocados um pouco por toda a cidade de Luanda, deixaram de funcionar há algum tempo. Muitos encontram-se sujos, mal cheirosos, sem portas e com os urinóis à vista. Para piorar a situação, servem de depósito de lixo e de abrigo de pessoas que vivem na rua.

São mais de J 3 casas de banho públicas e seis urinóis fora de serviço, colocados na rua Rainha Ginga, Mutamba, Alameda Manuel Van-Dúnem, Rua Marien Ngouabi, Maianga, Combatentes, entre outros. Estão abandonados e degradam-se aos poucos.

Os balneários públicos estão organizados em códigos de letras e números. O urinol U012, localizado junto à janela de um apartamento do edifício 10 1, na rua Marien Ngouabi, na Maianga, está completamente degradado. Encontra-se em mau estado de conservação, sujo e mal-cheiroso. As portas encontram-se no chão.

Os moradores do edifício mostram-se preocupados e encaram a situação como um atentado à saúde pública. Há quem, em momento de aflição, ainda utilize o urinol, 1tpeSaT de estar fora de serviço. Abandonada. A estrutura sanitária tem as paredes riscadas ou pintadas. Pois servem também de espaço para anúncios diversos.

A casa de banho pública M007 e o urinol. Da rua Rainha Ginga. Na Baixa de Luanda, são outros cenários desolador. Localizados no largo junto à União Nacional. De Artes das Plásticos (UNAP). Também estão fora de serviço -e -o -urinol com as portas caídas.

Apesar do estado lastimável, a estrutura ainda é usada e o espaço ao redor cheira a urina. O largo é muito frequentado por vendedores de 'rua, "kinguilas ardinas e à volta existe um restaurante, empresas e lojas. Os balneários públicos fazem falta a quem vive o seu dia-a-dia nas ruas da cidade, como os engraxadores, vendedores ambulantes, proprietários de lojas e transeuntes.

Na falta, muitas pessoas vêm-se obrigadas a urinar em qualquer esquina. Por isso, existem muitas mas, becos e esquinas da cidade capital a exalarem um cheiro nauseabundo.

Investimento sem retomo

O custo de utilização em baixo e usavam-se moedas, que introduzidas numa abertura do urinol ou da casa de banho, aperta abria-se automaticamente. Depois de algum tempo, tudo mudou. Os gestores do espaço recebiam o dinheiro em mão, porque o sistema de introdução das moedas falhava.

As duas casas de banho e o urinol juntem à paragem dos Transportes Colectivos Urbanos de Luanda (TCUL), no Largo -da Mutamba, também estão fechados mas, pelo menos, mantêm-se intactos. A paragem da TCUL é muito movimentada e -todos os dias -há pessoas que aguardam pelos autocarros.

Os dois balneários públicos da rua da Missão, área do Kinaxixi, estão fechados; assim como os Três do Largo Serpa Pinto, 'Ingombota os dois do antigo Largo da Maianga e muitos outros espalhados pela cidade.

Instalar urinóis e casas de banho públicas em algumas avenidas, largos e ruas da cidade de Luanda foi um projecto bom, necessário, mas durou pouco tempo.

Hoje, confirma-se o receio que as pessoas tinham bem relação a um inadequado e eventual uso desses serviços.' Montados há cerca de três anos, numa iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, os balneários estão fechados e de gradados, o que mostra ser um investimento fracassado ou dinheiro aplicado sem retorno.

Prédios subaproveitados. Iniciativa da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, em 2014, a instalação de balneários públicos empregou muitos jovens. Estes geriam os espaços e garantiam a sua funcionalidade, limpeza e conservação. As instalações têm ligação ao saneamento básico da cidade de Luanda, água e energia da rede pública. Os transeuntes querem ver novamente os balneários a funcionar.

Existem muitos edifícios abandonados, transformados em depósitos de lixo e que comprometem a imagem da cidade de Luanda. Na sua maioria, são edifícios antigos e até históricos, como o do Alfredo Troni (escritor e jornalista angolano), na rua Amílcar Cabral, e o da antiga Tipografia Minerva, na Travessa da Sé, Baixa da Cidade.

O cenário desses edifícios é o mesmo. Risco de desabamento, outros com paredes caídas, fissuras graves. Janelas e vidros partidos, portas arrombadas e muitos deles como interior cheio de lixo e mau cheiro.

O péssimo estado de conservação do edifício dos antigos armazéns do Minho, com duas frentes, uma na rua Amílcar Cabral, e outra na rua Major Kanhangulo, é um atentado à saúde de quem se arrisca a passar por lá. Jovens de rua "tomaram o edifício de assalto", transformando-o em abrigo, onde fazem das suas, além do lixo que conservam no interior do mesmo.

Outro edifício transformado em depósito de lixo, e que exala mau cheiro. é o que está situado na rua Fredesich Engels, na esquina junto 110 Ministério das Finanças. No rés-do-chão já funcionou uma loja de roupa que de repente fechou e o espaço transformou-se numa verdadeira lixeira. Porta. Janelas abertas, vidros partidos e muito lixo.

A Baixa de Luanda foi concebida com grandes edifícios que mostram estilos arquitectónicos preciosos, marcos de épocas passadas. e em o a Arte Nova e os elementos de "artdeco". Edifícios fabulosamente elegantes que caem aos pedaços. A casa -de Alfredo Troni, a antiga indústria gráfica Minerva -primeira tipografia industrial privada construída em Angola- são exemplos de edifícios em dolorosa ruína.

8.24 Sistema energético reforçado

Jornal de Angola

19 De Maio de 2017

Texto: Matias Da Costa

O Ministério da Energia e Águas prevê instalar em breve, na cidade do Cuíto, uma central térmica com capacidade de 20 megawatts para garantir alguma autonomia à província do Bié. O anúncio foi feito ontem pelo ministro João Baptista Borges depois de avaliar as necessidades energética da região.

João Baptista Borges revelou trabalhos de reforço da capacidade de produção da central de Belém, na província do Huambo, para mais 50 mega watts, para beneficiar igualmente a província do Bié. "Estas iniciativas, aliadas à extensão da rede de distribuição com a introdução da iluminação pública, vão criar alguma independência de criação de energia na província do Bié", disse o ministro.

Quanto à rede de distribuição eléctrica, o ministro disse que estão identificadas as necessidades e as localidades e sublinha que, no quadro do financiamento da General Electric, vão ser feitas instalações de postos de transformação para cobrir algumas zonas da província.

João Baptista Borges manifestou, igualmente, preocupação em relação aos municípios do Andulo, Camacupa e Chinguar, que além do Cuíto são os mais populosos da província. O ministro assegurou o aumento da capacidade de produção e extensão da rede de distribuição nestes municípios com a aquisição de novos grupos geradores.

A solução sustentável para melhorar a energia na província depende da completa ligação do sistema eléctrico nacional. O plano estabelece períodos médios e longo de trabalho.

Com mais de um milhão de habitantes, a província do Bié dispõe de 24 megawatts de energia, dos quais 17,7 ao produzidos por centrais térmicas locais e 6,5 recebidos da província do Huambo. Para alimentar os nove municípios, 30 comunas e 2.080 aldeias foram estabelecidas 20.528 ligações domiciliárias.

8.25 Talatona e poucos serviços básicos

Jornal O PAÍS

24 De Maio de 2017

Texto: Nelito Paulo

Caro Director do O PÁIS e de mais leitores, muito obrigado pela oportunidade que me concede nesta edição. Escrevo para falar de um assunto que há muito me tem inquietado. Entendo nada sobre planos urbanísticos.

Nos anos 90 do século passado, quando se falou que nasceria uma nova cidade a Sul de Luanda, a expectativa era grande por parte dos cidadãos, porque o projecto estava somente no papel.

Volvidos alguns anos, o Talatona começou a ser construído. Casas e edifícios. Tudo muito bonito, mas em forma de condomínio. Mas, hoje as pessoas estão mais fechadas do que próximas uma das outras e entre nós, angolanos, a convivência é estar mais próximas.

É só vermos nos bairros periféricos de Luanda. Se o modelo, com todo o respeito, fosse aproveitado de forma racional e organizada, não se perderiam as raízes de convivência.

No Talatona, os encontros "batem" mais fora dos condomínios. Isto é um facto. Até os "pulas", xenofobia à parte, gostam de "curtir" fora do condomínio, aliás dizem que a vida lá dentro é monótona.

Isto prova que os estudos de impacto social foram mal dirigidos' no entanto acreditou-se mais na realidade exterior. Os técnicos nacionais, às vezes, mesmo a falarem a verdade' são postos no fim da fila. Com isto quero dizer que o Talatona também tem várias falhas. Não sou' engenheiro. Louvo a criação do Serviço Integrado de Apoio ao Cidadão (SIAC), este ajuda os cidadãos na resolução de tarefas administrativas. Também tem agências bancárias e hotéis, mas tudo caro, uns até sem grande vista.

Os restaurantes estão muito distantes dos condomínios e alguns edifícios foram transformados em postos de trabalho. O exemplo é este: na rua do Ministério da Administração do Território (MAT) e quase todos os funcionários almoçam no Talatona Bairro. Com o que ganham batem "rocha" até ao dia 30 do mês.

O mais grave ainda é que tirando o Belas Shopping, o Talatona não tem espaços de lazer. Jardins onde as pessoas podem conversar e apreciar a paisagem. Tudo betão. É verdade isso, nada de mentiras.

Não tem também em Talatona uma biblioteca pública, campos de jogos. Às vezes o cidadão não quer jogar somente dentro do condomínio. Aonde é que está a interacção social? O Talatona é daquelas cidades modernas mal copiadas.

Assim, só se pode investigar em casa ou no centro da cidade. Os modelos estão identificados, mas continuam a dar voltas à cabeça para dar sentido aos problemas. Os dirigentes até viajam, mas copiam mal só para tirar a "micha".

8.26 ENDE obriga populações a pagar taxa de lixo de quatro meses

Novo Jornal

26 De Maio de 2017

Os clientes da Empresa Nacional de Distribuição de Energia Eléctrica (ENDE) contestam as exigências impostas pela ENDE, que os obrigam ao pagamento da taxa de lixo de Janeiro a Abril deste ano. Estes meses não estavam a ser taxados desde a sua aprovação, no princípio do ano.

A ENDE está, desde o início deste mês, a cobrar a taxa de lixo. As facturas juntam o consumo de electricidade e a taxa do lixo de quatro meses que não

foi cobrada entretanto, o presidente da Associação Angolana de Defesa dos Direitos dos Consumidores (AADDIC), Diógenes de Oliveira, explicou ao Novo Jornal que a cobrança feita pela ENDE é ilegal e não pode ser exigida aos cidadãos de forma nenhuma.

"Esta cobrança é ilegal. Os artigos 15, 5, entre outros, da lei n.º 15/03, de 22 de Julho, dizem que o contrato que o cliente da ENDE tem é simplesmente de fornecimento de energia, por isso não se pode condicionar a prestação de serviço por falta de pagamento da taxa do lixo", explicou.

O responsável disse ainda que a isto se dá o nome de "venda casada".

"Mesmo estando perante um Decreto Presidencial, disposição que deu azo a tal cobrança, ainda assim tal acto é ilegal. O que foi contratado pelo consumidor com a ENDE foi simplesmente o fornecimento de energia eléctrica e nada mais".

Daniel Quiriri, residente na Rua F do Bairro Palanca, há mais de cinco anos, lamenta que a ENDE não tenha comunicado aos clientes sobre a cobrança da taxa do lixo dos meses de Janeiro a Abril do ano em curso em tempo útil.

"É muito triste o que a ENDE está a fazer com os clientes, não temos dinheiro para pagar o que eles estão a exigir. Fui pagar a energia deste mês e fiquei surpreendido porque eles exigiram que eu pagasse a taxa do lixo de Janeiro até à data presente", disse, acrescentando que não o deixaram fazer o pagamento da energia sem antes liquidar a factura do lixo.

João Silvestre, residente no distrito do Rangel, contou que foi obrigado a pagar 6.000 kwanzas dos quatro meses cobrados pela ENDE, referentes à taxa do lixo.

"Tive de pagar 1.500 kwanzas por cada mês, a senhora que me atendeu disse que não poderia activar o pagamento da energia sem antes ter pago a taxa do lixo".

O Novo Jornal contactou o director do Gabinete de Comunicação e Marketing e Relações Institucionais da ENDE, Pedro Bila, que alegou que não deve dar nenhuma informação sobre este assunto: "Não é da nossa responsabilidade responder por este assunto, o Governo provincial de Luanda tem um

gabinete que deve responder por isso a ENDE apenas cumpre ordens".

Mais de oitocentas reclamações sobre cortes de energia A AADDIC informou, recentemente, em Luanda que a sua instituição recebeu perto de

874 reclamações de consumidores, relacionadas aos cortes e restrições prolongadas no fornecimento de energia eléctrica. As reclamações de acordo com o seu vice-presidente Lourenço Texe, deram entrada na secretaria da Associação no mês de Abril por correio electrónico.

Lourenço Texe, que falava com os jornalistas acerca da situação das restrições prolongadas no fornecimento de energia e as consequências para os consumidores da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE), sublinhou que a AADDIC recebeu várias reclamações e pedidos de esclarecimentos de como os consumidores devem proceder perante a situação, visto que muitos são cobrados o mês completo sem que tenham beneficiado do referido serviço durante 24 horas do dia de forma permanente.

A ENDE, ao fornecer energia eléctrica com bastantes cortes, coloca constrangimentos enormes aos consumidores, porque obriga o pagamento de várias tarifas e não conseguem conservar produtos, o que é uma violação do direito do consumidor", esclareceu Pedro Texe.

A ENDE, de acordo com 'o número dois' da AADDIC, foi notificada no dia 10 de Abril para se pronunciar, no prazo de 15 dias, sobre os mecanismos que estão a ser utilizados para o pagamento dos serviços nesta fase de restrições.

Entendemos que o consumidor deve pagar apenas o serviço que gastou e não fazer o pagamento de um produto que não consumiu. É este o esclarecimento que esperamos da ENDE", explicou, na ocasião, o vice presidente da AADDIC. Por outro lado, Lourenço Texe disse reconhecer o esforço empreendido pela ENDE para a melhoria do fornecimento de energia eléctrica na capital do país. Porém, lembra que "não devem passar despercebidas as despesas acrescidas para os consumidores decorrentes das constantes falhas no fornecimento de energia". Saliente-se que as restrições no fornecimento de energia eléctrica em Luanda tem como justificação o enchimento da Albufeira de Laúca, processo que vai decorrer até ao mês de Julho do corrente ano.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Administrador apela a denunciados criminosos

Jornal de Angola
03 De Maio de 2017

O administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, exortou os municípios a cultivarem a denúncia de actos criminais e de malfeitores que perturbam e violam a ordem e a tranquilidade públicas.

O responsável falava à imprensa no final de uma reunião que manteve com os órgãos de segurança na municipalidade, que o informaram sobre a situação operativa local. De acordo com o administrador, a fraca participação da população na denúncia dos marginais dificulta a actuação e a intervenção da Polícia. "A população não se deve cansar de denunciar os casos que interessam à Polícia, porque só assim se combate a delinquência no seio familiar e na comunidade", disse.

Victor Nataniel Narciso sublinhou que, doravante, a Polícia Nacional vai estar mais atenta no que concerne à segurança pública.

No encontro, falou-se da questão ligada ao patrulhamento sistemático, tanto apeado como transportado, para se devolver o sentimento de segurança e tranquilidade ao munícipe", afirmou. Cazenga, um dos sete municípios da província de Luanda, conta com seis distritos urbanos.

9.2 Marginais intensificam maldade no Kikolo

Jornal Liberdade
19 De Maio de 2017
Texto: Virgílio Malungo

O aumento sistemático de níveis de delinquência na comuna do Kikolo, município de Cacuaco, tem provocado imensos clamores no seio da população daquela circunscrição.

De acordo com os municípios, os marginais actuam nas suas operações de maldade com armas de fogo, muitas vezes fazem vítimas mortais e violam crianças, adultos e mulheres em estado de gestação. Consta que o clima instalado tem constituído num pilar de medo perante às famílias da referida zona,

contou Manuela Gomes munícipe de 38 anos. A nossa interlocutora, sublinhou também que o bairro do Kawelele é o mais preocupado entre os residentes.

"Temos uma Esquadra móvel dentro do bairro, mas as autoridades mesmo sabendo das nossas dificuldades não atendem prontamente as solicitações feitas por nós': lamentou, acrescentando que esta situação já causou muitos dessabores a comunidade.

Fazendo fé as declarações da nossa fonte, este Jornal apurou que neste período da pré-campanha para as eleições, muitos dirigentes vão visitar a comunidade para fazerem as suas promessas mas depois das eleições tudo fica na mesma.

Isabel Segunda foi também uma das nossas interlocutoras que se manifestou agastada devido ao momento menos digno que as populações locais vivem, faltando quase de tudo um pouco.

Vestida de uma blusa branca, uma saía preta e uma cerveja à mão, falou em nome da sua localidade, reclamando sobretudo das assimetrias regionais que as famílias vivem.

"Se nós que vivemos na cidade a vida é esta agora imaginem os nossos familiares que residem nos municípios, comunas e sanzalas mais longínquas do nosso território': sublinhou.

Na sequência dos factos, contactamos a Esquadra do Kikolo da Polícia Nacional, a fonte de investigação criminal não aceitou gravar e não quis identificar-se. Mas descontraidamente disse-nos que, estão a ser feitos estudos com vista a banir o nível de delinquências na respectiva circunscrição do município de Cacuaco, liderado por Carlos Alberto Cavuquila.

Aquela autoridade policial, entende que o bairro em referência dificulta bastante a actuação da Polícia atendendo a especificidade de características propícias para o fomento da delinquência. Admitiu ainda que os próprios progenitores são os principais defensores dos seus filhos, quando as autoridades de ordem e tranquilidade pública, realizam operações de buscas aos marginais na zona.

Aquela fonte policial subscreveu que diariamente, são notificados no bairro mais de 10 casos, o que preocupa a sua Corpo razão na referida comunidade bem como também confirmou as denúncias feitas pelos moradores, dizendo que os malfeitores nas suas acções usam armas de' fogo para agredir fisicamente ou moralmente as suas vítimas.

9.3 Marginais aterrorizam moradores da Sapú II

Jornal O PAÍS

28 De Maio 2017

Texto: Francisco António

Caro Director do jornal O PAÍS Obrigado pela oportunidade que me concede neste espaço. Sou cidadão angolano nascido no distrito urbano do Rangel, concretamente na rua da Ambaca, vivo no bairro Sapú II, município de Belas, desde 2007.

Estou muito preocupado com os constantes assaltos no meu bairro, onde os marginais praticam as suas acções em qualquer lugar e também a qualquer hora do dia, os bandidos assaltam residências, cantinas de cidadãos estrangeiros e nacionais, tudo por falta de policiamento no bairro.

Deste modo, peço ao comandante da polícia do município de Belas para colocar mais postos policiais na Sapú II, para que os moradores possam viver com alguma tranquilidade. Aliás, alguns vizinhos já pensam arrendar ou vender as suas casas, por falta de segurança na zona.

No Sábado passado, à minha vizinha lhe receberam a viatura de marca Toyota Hilux, em frente à sua residência, por volta das 19 horas, pra dizer que é um dos muitos assaltos que têm acontecido na Sapú II e os estudantes são os que mais sofrem.

Por este facto, os moradores do bairro precisam urgentemente de uma esquadra móvel ou posto policial...

Francisco António

10. AMBIENTE

10.1 Ministério defende existência de investigação jornalística na área ambiental

Jornal O PAÍS

4 De Maio de 2017

Texto: Milton Manaça

A secretária de Estado para Biodiversidade e Áreas de Conservação, Paula Francisco, desafiou os meios de comunicação social a apostarem no jornalismo Investigativos voltado para a área ambiental.

Paula Francisco fez estas declarações a OPAÍS, no workshop sobre o papel da comunicação social na preservação da biodiversidade realizado, ontem, em Luanda, pela Fundação Kissama e a Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto. O certame surge em alusivas as celebrações do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa,

A responsável disse haver necessidade de se apostar na capacitação dos profissionais que tratam matérias ligadas ao ambiente, para que informem com abrangência aos cidadãos. Este objectivo só será possível atingir se existir uma aposta no jornalismo Investigativos.

A secretária de Estado mostrou-se descontente com a pouca divulgação da expedição recentemente levada a cabo pela equipa da National Geographic, na bacia do Okavango, e outras áreas de exploração animal e vegetal.

Paula Francisco disse que as referidas experiências tiveram pouca participação dos meios de comunicação social e deveu-se a falta de jornalistas que tratam de questões ligadas ao meio ambiente.

"Queremos mais investigação por parte da classe jornalística, em particular do Jornal OPAÍS que já estávamos a tê-lo como um jornal verde", disse a responsável, acrescentando que há temas sobre a biodiversidade que ainda não foram explorados pelos meios de comunicação nacional.

O presidente da Juventude Ecológica de Angola (JEA), José Silva, corrobora com o repto lançado pela secretária de Estado do Ambiente, por entender que se deve dar um tratamento especializado das questões ambientais.

José Silva realçou que em muitas circunstâncias a comunicação social acaba apenas por informar,

deixando de desempenhar a componente formativa e educativa.

"Por esta razão, é que se sente que só fala de biodiversidade quando há alguma efeméride ambiental", queixou-se o também ambientalista, pedindo aos órgãos que criem espaços destinados a divulgação de conteúdos ambientais.

Para o presidente do JEA a criação de conteúdos ambientais valorizaria a fauna e flora angolana, tornando-se numa via para conhecimento da biodiversidade angolana. Segundo José Silva, a preservação da fauna e da flora angolana passa por um activismo forte por parte da classe jornalística, também por serem estes os principais formadores de opinião.

10.2 Deficiências na lei e fiscalização quase inexistente aumentam negócio ilícito de madeiras

Jornal Expansão

5 De Maio de 2017

Texto: Martins Chambassuco

A deficiência na regulamentação da Lei de Florestas e a fiscalização praticamente inexistente estão a contribuir para o aumento da exploração ilegal de madeiras e para a delapidação das florestas em Angola, apesar da entrada em vigor, em Janeiro, da Lei de Florestas, considerada por especialistas contactados pelo Expansão, como "proteccionista",

Eleito pelo Governo como um dos sectores com potencial económico, a exploração florestal era, até ao ano passado, regida por uma lei dos tempos coloniais e pela Lei Constitucional de 1992. Apesar de um pequeno crescimento, os efeitos desta actividade têm pouco reflexo na economia real do País.

O ambientalista Vladimiro Russo, da Fundação Kissama admitiu ao Expansão que foi com base nos indicadores do sector que, há seis anos, teve início o debate que levou à aprovação da Lei de Floresta e Fauna Selvagem que entrou em vigor em Janeiro último, com o objectivo de frear o uso indevido do património florestal e a exploração desregulada dos recursos naturais.

"O legislador procurou pôr fim ao vandalismo e à delapidação dos recursos florestais que vínhamos assistindo, produzindo danos negativos à economia, com uma legislação mais homogénea para criar valor acrescentado à indústria madeireira nacional", explica o ambientalista.

O agrónomo Fernando Pacheco garante que a fiscalização está "viciada e há casos flagrantes de actos ilícitos" no negócio das madeiras.

A legislação em vigor regulamenta, no seu artigo 87, a criação de indústrias de processamento de produtos florestais, visando aumentar a capacidade de transformação interna e as restrições graduais da exportação da madeira em toro. "É tudo muito proteccionista, mas na prática [continua] a sair do País madeira em toro. É só olhar para os indicadores do sector", reconhece o engenheiro.

Vladimiro Russo lembra que "no passado, a saída de madeira do País era em toros" e, actualmente, está salvaguardada a transformação no País, o que faz com que as exportações estejam circunscritas "às empresas habilitadas para o exercício da actividade, coisa que não acontecia no passado."

Quanto às penalizações, prevê-se o agravamento das penas, que podem passar pela "rescisão unilateral" do contrato de exploração e processos-crime, nos casos em que se registre reincidência e extrapolação dos limites fixados por Lei.

Em termos de negócios, realça, existem vantagens legais para as empresas angolanas, apesar dos relatos de casos de delapidação dos recursos madeireiros no País. Vladimiro Russo cita, como exemplo, as clareiras que podem ser vistas na reserva florestal do Mayombe, em Cabinda.

O País tinha, até 2015, uma cobertura florestal de 53.148 milhões de hectares, um indicador superado pelos dados provisórios do inventário florestal apresentado pelo governo, que aponta para mais de 60 milhões.

"As reservas são protegidas por lei, mas o que podemos constatar em Cabinda é basicamente o contrário", refere, realçando que o facto de estar prevista a obrigatoriedade do plano de repovoamento florestal, por parte dos empresários, dentro e fora da concessão, no actual regime florestal a mudança de práticas ilícitas acontece no longo prazo. (Ver o antes e depois da legislação florestal em Angola, na página 4).

"Os períodos de exploração têm uma duração de 20 anos, esse pode ser um caminho para garantir a sustentabilidade da actividade empresarial do sector dentro das políticas do Governo para o sector", revela a direcção da empresa Estrela Florestal, que tem a concessão da floresta plantada e natural no corredor Benguela/Huambo.

Nas regiões de exploração, a carência de fiscais florestais e outros meios de combate ao fenómeno

facilita as operações dos 'madeireiros'. Com essas práticas, estimam os analistas, o País perde anualmente consideráveis somas em dinheiro.

Criminalização

A criminalização no novo diploma legal não vai além das multas, mas o legislador sugere que, em caso de reincidência, a entidade pública detentora dos direitos florestais, no caso o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), deve rescindir o contrato e os faltosos podem também ser criminalizados, segundo o processo penal vigente.

Uma das grandes mudanças na Lei foi a proibição gradual das exportações de madeira em toros. "O Estado deve promover o estabelecimento de indústrias de processamento de produtos florestais, em especial da madeira em toro, visando aumentar a capacidade de transformação interna e a exportação de produtos manufacturados, através de medidas regulamentares específicas que visem a restrição gradual da exportação de madeira em toro", refere o diploma.

10.3 Saurimo tem novo polígono florestal

Jornal de Angola
06 De Maio de 2017

Na primeira 'quinzena de Junho, a comuna de Mona Quimbundo, município de Saurimo, passa a ter um novo polígono de espécies nativas Muxi (conhecida como Pau-Ferro), para o repovoamento florestal, atendendo a procura e o seu valor comercial, disse ontem o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Elias Zeca referiu que o Instituto de Desenvolvimento Florestal na região, produziu em viveiros localizados na margem direita do rio Txaungo, 12.800 mudas diversas, das quais, 1.500 eucaliptos, igual número de acácias e mil dungueiras, bem como oito mil plantas nativas Muxi, em 2016. "Do número de mudas produzidas em viveiro, foram plantadas nos quatro municípios que compõe a província 3.200 espécies, sendo 1. 200 Acácias, mil dungueiras e igual número de eucaliptos."

No que toca à protecção florestal, Elias Zeca disse que têm sido realizadas campanhas de sensibilização nas comunidades para a conservação da fauna e flora, tendo garantido que foi protegido o polígono de Calussanze, no município de Saurimo, de 32 hectares com cobertura de faixas contra incêndios. "Muxi é a madeira mais utilizada para produção de mobílias

pelas pequenas indústrias, tendo em conta a sua qualidade."

10.4 Famílias da região de Belize receberam apoio do governo

Jornal de Angola
17 De Maio de 2017
Texto: Pedro Sualte

As 357 famílias sinistradas pelas fortes chuvas que se abateram sobre a vila de Belize, em Cabinda, no passado dia 28 de Abril, beneficiaram de um apoio do governo da província constituído por géneros alimentícios e material de construção, entre barrotos e mais de três mil chapas de zinco, para reerguerem as suas casas.

O governo da província entregou igualmente às famílias sinistradas dos bairros Terra Nova, Aníbal Rocha e Mbungo produtos da cesta básica. Recorde-se que a chuva que se abateu sobre a vila de Belize no passado dia 28 de Abril foi acompanhada de fortes ventos e tempestades e culminou com a destruição de 710 casas, todas de carácter precário, construídas à base de adobe queimado.

O rasto de destruição foi comovente, daí que foi lançado uma campanha de solidariedade e de recolha de donativos para acudir algumas necessidades básicas das famílias sinistradas pelas chuvas, gesto partilhado por algumas empresas sedeadas na província, incluindo o governo. Governadora da província de Cabinda esteve no passado fim-de-semana em Belize, para se solidarizar com a população daquela localidade, cujas casas foram totalmente destruídas pelas chuvas.

Aldina da Lomba disse que o material e os géneros alimentícios entregues à população vão servir para "ajudar na reconstrução das moradias e minimizar as dificuldades alimentares que os sinistrados vivem e servir de estímulo para que cada um, com o pouco ou muito que tem, possa também ajudar.

Teresa Conde e Mateus Panzo, que ficaram sem as suas casas e estão a viver ao relento, ao beneficiar do apoio do governo da Província em géneros alimentícios e material de construção, manifestaram-se muito regozijados, pois não sabiam como voltariam a ter casa própria. Foi um desastre, a chuva destruiu as nossas casas e nós não sabíamos como começar a reerguê-las, mas, com esta ajuda do governo, já é possível sonharmos novamente, com uma casa própria."

10.5 Sete mil pessoas em situação de fome extrema nos Gambos

Jornal A Republica
19 De Maio de 2017

Governos falam em soluções definitivas, mas situação é dramática. Cerca de sete mil pessoas vivem em situação de fome extrema no município dos Gambos no sul da Huíla e a situação parece tender a agravar-se e a atingir cada vez mais famílias, de acordo com fontes da Voz da América.

O soba Fernando Mutihanacho, da localidade da Taca, uma das mais atingidas pela fome, diz mesmo que o quadro é dramático e as pequenas ajudas que vão surgindo daqui e acolá, se mostram ineficazes, sobretudo entre as famílias numerosas.

Ao fim de mais uma época agrícola as poucas e tardias chuvas tramaram as previsões de uma boa safra.

O administrador municipal dos Gambos, Elias Sova, defende a máxima segundo a qual para grandes males, grandes soluções.

Por isso, diz apoiar projectos estruturantes para o cíclico problema da falta de água na região. A disponibilidade da água coloca-se como um desafio agora ao Executivo, então temos que pensar já em barragens e não fazer aqui uma chimpaca, porque sabe que a fonte de alimentação da chimpaca é a própria chuva. Nós defendemos barragens e pontos de água" pediu Sova. Nos Gambos esteve também o ministro da Assistência e Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, que sem apontar soluções, defende medidas mais definitivas para a seca no sul de Angola.

O clima de seca como consequência das alterações climáticas afecta importantes zonas das províncias do Namibe, Cunene e Huíla.

10.6 Fiscais ambientais melhoram conhecimentos

Jornal de Angola

28 De Maio de 2017

Texto: Lourenço Bule

Um grupo de 40 fiscais ambientais, membros das Forças Armadas Angolanas (FAA) e da Polícia Nacional (PN) participam, desde sexta-feira, na cidade de Menongue, província do Cuando Cubango, no primeiro curso de capacitação Integrada de combate aos crimes ambientais e os relacionados com a fauna e flora selvagem.

Na acção formativa participaram 30 fiscais nacionais da Quiçama (Luanda), Bicuar (Huíla), Yona (Namibe), Luengue-Luiana e Mavinga, no Cuando Cubango, cinco efectivos da Polícia Nacional e cinco membros das Forças Armadas Angolanas.

O curso, que tem a duração de 21 dias, está a decorrer na Escola Nacional do Ambiente "31 de Janeiro", construída na comuna de Missombo, a 16 quilómetros da cidade de Menongue, e inaugurada em Junho do ano passado pela ministra do Ambiente, Fátima Jardim.

Durante a acção formativa, promovida pelo Ministério do Ambiente, os participantes serão capacitados em matérias ligadas à gestão integrada dos recursos naturais, caça furtiva, crimes ambientais, a fauna e a flora, temas que serão ministrados por dois formadores angolanos e dois de nacionalidade inglesa.

Ao discursar na abertura do seminário de capacitação, o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas, Gabriel Gastão, disse que os fiscais ambientais jogam um papel preponderante, na manutenção e protecção dos parques nacionais, bem como na educação das comunidades, para prevenir a destruição do meio ambiente.

No caso concreto da província do Cuando Cubango, onde estão localizados os parques nacionais de Luengue-Luiana e Mavinga, o número de fiscais é insuficiente para garantir a segurança contra os caçadores furtivos que continuam a destruir a fauna e a flora.

A julgar pelo valor inestimável que as florestas oferecem, acrescentou, o Governo angolano construiu na província do Cuando Cubango uma escola nacional de formação de fiscais ambientais, que tem como propósito a criação de especialistas para a protecção dos parques e espécies selvagens. Para colmatar algumas insuficiências na protecção

dos parques, o Governo conta com a colaboração dos efectivos da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas, que são portadores de um vasto leque de técnicas, no sentido de protagonizarem um combate cerrado aos caçadores furtivos, que diariamente abatem elefantes, rinocerontes, entre outros animais, para fins comerciais.

A caça furtiva não é só um problema específico do Cuando Cubango, mas sim do país inteiro, onde, além do abate indiscriminado de animais, "também nos debatemos com o problema das queimadas e do derrube anárquico de árvores, para a exploração de madeira e de carvão, males que têm contribuído para a desertificação crescente em várias zonas de Angola".

No decorrer da acção formativa, os formandos vão ser capacitados com matérias relacionadas à sociologia animal e humana, para que possam ser activistas no seio das comunidades, sobre as consequências nefastas que a devastação do meio ambiente pode causar ao homem, concluiu.

II. MIGRAÇÃO

II.1 74 Pessoas detidas por violação de fronteira

Jornal O PAÍS
09 De Maio de 2017

A Polícia Nacional no Zaire deteve este fim de semana 34 cidadãos da República Democrática do Congo acusados de violar as fronteiras nacionais do Luvu, que dista 60 quilómetros da cidade de M'Banza Congo.

O director do Gabinete de Comunicação institucional e Imprensa da Polícia do Zaire, Luís Bernardo, referiu que os 34 violadores tinham a cidade de Luanda como destino para desenvolver actividades comerciais.

Nesta senda, Luís Bernardo assinalou que foram detidos igualmente dois cidadãos nacionais que promoviam o auxílio à emigração ilegal de cidadãos estrangeiros nesta região do país, principalmente de cidadãos provenientes da República Democrática do Congo.

O crime teve lugar no município de Tomboco, e em posse dos dois cidadãos nacionais foram encontrados documentos falsos de diverso tipo.

Nos canais do rio Zaíre, nos municípios do Soyo e em zonas adjacentes a Mbanza Congo, a Polícia apreendeu oito mil 550 litros de combustível em rota de contrabando.

II.2 Imigrantes africanos «mandam» em Luanda

Jornal Liberdade
12 De Maio de 2017
Texto: Domingos Kinguari

A imigração é um fenómeno que marca de forma mais significativa a actualidade nacional e internacional, e alguns Estados desenvolvidos não conseguem combatê-lo. Apesar das dificuldades dos Estados em lidar com o aumento e diversidade dos fluxos, tudo parece apontar para a sua permanência no futuro.

A globalização e os fluxos migratórios que caracterizam as sociedades actuais imprimiram profundas mudanças no tecido demográfico de um país. Cada vez mais, predominam as sociedades multiculturais e Angola não é excepção.

Apesar de continuar a ser um país de imigrantes, Angola é hoje uma nação de acolhimento para muitos cidadãos estrangeiros provenientes de mais de trinta países. A maioria destes imigrantes vem de países africanos, segundo dados dos Serviços de Migração e Estrangeiro (SME), portugueses, brasileiros, chineses, filipinos, vietnamitas e cubanos, contudo, mais recentemente, o nosso país tornou-se também destino para muitos cidadãos oriundos de países do leste europeu, América e da Ásia. E também por aqui já portam muitos cidadãos da Turquia, da Palestina, da Síria, do Afeganistão e Bangladesh. Em Angola desconhece-se o número de imigrantes africanos legalizados. Porquê estes?

Porque daqui a três semanas vamos comemorar o 54º aniversário da União Africana, ou seja, a 25 de Maio, antecessora da Organização da Unidade Africana.

Apuramos que a maior comunidade africana que se encontra em Angola é, sem dúvida, a comunidade da República Democrática do Congo. A vaga de emigração começou no início dos anos 80, tendo-se intensificado após 1992. As nacionalidades africanas com maior expressão em Angola, para além dos cidadãos da RDC, são os de Cabo-Verde, São-Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria, Mali, Camarões, Costa do Marfim, Zâmbia e Gâmbia, Guiné Equatorial etc.

Com menor representatividade, estão as comunidades de imigrantes provenientes da Libéria, Somália, África do Sul, Moçambique, Namíbia, Zimbabwe e Etiópia.

Os nigerianos, começaram aparecer em Angola com grande intensidade em 1995, provém a segunda maior comunidade estrangeira residente em Angola. Oficialmente, o número de nigeriano a viver no nosso país ronda os 15 mil, embora se calcule que o número real seja superior a 18 mil. Estes números revelam, por si só, a dimensão do fenómeno que tem, necessariamente, profundos impactos na sociedade angolana. À semelhança do que se passa noutros países que recebem muitos imigrantes, em Angola vive-se também fortes dramas relacionados com diversas formas de violação dos Direitos Humanos. Os casos de exploração sucedem-se: entregues à sua sorte, muitos cidadãos estrangeiros vêm terra amiga estranha, se não na língua, pelo menos na cultura, hábitos e costumes.

Existe outro problema difícil de ultrapassar para alguns imigrantes: a solidão. Visto que muitos deles entram sozinhos ou em grupo organizados no nosso país, com o objectivo de ganhar algum dinheiro para enviar à família, residente no país de origem, existe a tendência para os comportamentos auto-

destrutivos (como suicídio, as drogas, o alcoolismo, etc).

Há também o problema relacionado com a comunicação: A barreira da língua é uma das mais vulgares e difíceis de ultrapassar. Muitas vezes sem meios de aprender a falar português, a integração na nossa sociedade torna-se muito mais complicada. Com tantas nacionalidades diferentes no nosso país, a integração das diversas comunidades estrangeira é, de facto, um problema que urge para ser resolvido.

Como entram

Joseph Mbuta de nacionalidade congoleza vive em Angola há 12 anos. Contou-nos que entrou pela fronteira norte, mas as duas tentativas foram infrutíferas, porque foi repatriado pelas autoridades angolanas.

«As duas primeiras, vezes não tive êxito, porque fui apanhado pela polícia de fronteira e também não falava a língua portuguesa e, fui repatriado para o meu país de origem. Os meus amigos que vivem em Angola falaram comigo que devo apreender a falar a língua portuguesa e ter referência dos nomes das grandes famílias angolanas, inclusive os bairros, sobretudo os do centro da cidade», refere.

Para adiantar que, passado m ano e meio já dominava perfeitamente a língua de «Camões» e, entrou em contacto com o seu amigo, mas que o nosso interlocutor não aceitou o identificar, contudo esclarece que este seu amigo tem contactos privilegiados com governantes angolanos, sobretudo com oficiais superiores da Polícia Nacional, das Forças Armadas, dos serviços secretos e dos Serviços de Migração e Estrangeiro, com estes há maior segurança e livre circulação.

Joseph Mbuta, disse que já não entrou pela fronteira norte, teve de entrar pela fronteira nordeste, ou seja, a partir do Luau, que dá acesso a província do Moxico. «O mas importante é entrar em Angola e posteriormente estar em Luanda, aonde nos sentimos mas seguro que nas províncias», assegura.

Contou que em 15 dias conseguiu furar a fronteira e pisou o solo angolano. A partir da província do Moxico, ligou para o seu emissário em Luanda e lhe orientou que saísse do Luau para o Luena, e que posteriormente estaria em casa de um oficial da Polícia e, segundo a fonte cumpriu-se com todos os procedimentos.

No Luena permaneceu mais 15 dias e, conseguiu um bilhete de nacionalidade angolana e, embarcou a partir do Luena num avião das Forças Armadas Angolanas em pouco tempo aterrou em Luanda, foi

logo encaminhado para viver no bairro da Mabor no município do Cazenga sob responsabilidade da pessoa que o mandou vir, teve de trabalhar para esta pessoa durante 5 anos.

Esclareceu que depois deste período conseguiu também fazer o seu negócio, que é a venda de combustível, troca de divisa estrangeira, tem um salão de beleza na mesma zona, e algumas motorizadas que exercem o serviço de motos táxis. Tal como o nosso entrevistado, muitos adquiriram o bilhete de identidade de forma fraudulenta, e já fazem parte de novos nacionais, sem qualquer respeito aos símbolos nacionais.

Mbuta diz que sempre lhe põem em causa o seu bilhete de identidade dizendo que é falso, mas segundo ele comprovou que não tem dado nos serviços centrais de identificação civil do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, mas quando assim acontece, «ligo sempre no boss. Ou ele aparece, liga ou vêm alguém, por isso não temos problema com a Polícia e quando eles estão a complicar muito recebem um saldo e vamos na nossa vida», é assim que vive em Angola. Henric Peterson imigrante nigeriano contou-nos também a sua experiência. Ele é proprietário de uma loja de venda de material de viaturas, no bairro Neves Bendinha, distrito urbano da Maianga, na nova divisão administrativa de Luanda. Vende no mercado informal no conhecido mercado dos Correios.

«Angola é muito bom, porque não temos problema com ninguém, e até somos protegidos melhor que os nacionais», disse com um sorriso nos lábios.

Saiu da cidade de Lago, na Nigéria em 2011, com destino a RDC, e posteriormente teve de destruir os seus documentos e entrar sem nada pela fronteira, contou-nos, e disse que na primeira tentativa teve êxito, «vim de Matadi até ao Soyo, posteriormente entrei num carro até Luanda. Chegava num controlo da Polícia, descia do carro e entrávamos no capim" com um guia de nacionalidade angolana, depois o carro apanhava-nos na estrada. Para chegar a Luanda pagamos dez mil dólares e, sabia que então pouco tempo recuperávamos os valores».

Peterson nos primeiros dias teve de pagar sempre na Polícia, assim como nos fiscais do SME, «sr Jornalista passei dois dias nas celas da Migração. Os meus amigos organizaram a minha fuga em conjunto com um responsável desta instituição. Em Angola se fores estrangeiros tens de ter alguém que te protege e, pagas mensalmente 10 a 5 mil USD mensais, mas com a crise do dinheiro americano pagamos em Kwanzas no câmbio oficial», contou-nos.

Já Mwana Sediki de nacionalidade senegalesa, moradora do município mas populoso de Luanda, Viana, contou-nos a sua história, e disse que entrou pela mesma que os outros, ou seja, terrestre, todos os imigrantes com ou sem documento em Angola lhes são molestado pelas autoridades polícias, «por exemplo, eu, estou a tratar a minha situação migratória, tenho encontrado muitos entraves, porque em Luanda tens de pagar gasosa, e nós seguimos a mesma prática que já encontrei».

«Nós que temos cantinas, pagamos os fiscais do comércio, da Polícia de Investigação Criminal», queixou-se a imigrante, para esclarecer ainda que, muitos dos seus conterrâneos que vivem em Luanda, «fazem tráfico de seres humanos, drogas, falsificação de dinheiro, todo porque o vosso sistema de segurança é tão permissível e há também o envolvimento de muitos agentes da segurança nesta prática, e para além disto há governantes que estão mancomunados com esta rede de estrangeiros», alertou.

Aonde vivem os «forasteiros»

Os imigrantes africanos preservam a sua cultura nas ruas de Luanda e ainda carregam o peso de uma herança marcada pelo preconceito e pela luta diária para sobreviver.

Mas para eles não sentirem-se só preferiram viver nos bairros aonde já existe uma presença dos seus conterrâneos.

Segundo dados da Polícia Nacional a que o Jornal Liberdade teve acesso, os bairros de Luanda que mais acolhem estrangeiros ilegais e até aqueles que vivem em situação legal preferem estar próximo dos seus irmãos.

Os bairros aonde se sentem melhores são no Mártires de Kifangondo, aonde 50 por cento dos moradores desta zona são imigrantes e, que segundo se diz o tráfico de drogas, seres humanos e lavagem de dinheiro naquela área acontece normalmente sem que a Polícia consiga impor ordem na urbe. Outro bairro, preferencial dos oestes africanos, é o Palanca I e II, aonde os seus hábitos imperam sem que haja alguma medida punitiva por parte de quem de direito, vende nos passeios públicos e tocam música alta, a qualquer hora do dia, sobretudo na rua Olímpio Macueira, é como se estivéssemos no Congo ou num outro país africano desorientado, e ninguém toma conta disto.

Mabor e Hoje Ya Henda, outro local preferido pelos imigrantes, no primeiro bairro vivem 60 por cento, e por isso imperam os seus hábitos e costumes, enquanto no segundo os antigos moradores alugaram

as suas casas para darem lugar aos «forasteiros» e o número é igual.

Embora que estes não ficam só nestes bairros, estão também aparecer com muita frequência em Viana, sobretudo na ocupação das lavras, no Golf 1, zona do Avó Kumbi, aonde o comércio é feito na via pública e tantos outros. Caro leitor, prometemos mais detalhes sobre o assunto na próxima edição.

11.3 Estrangeiros repatriados por violação das normas

Jornal de Angola

17 De Maio de 2017

O Serviço de Migração e Estrangeiros (SME) repatriou, nos últimos sete dias, 178 cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) que se encontravam a residir ilegalmente na província do Zaire, informou ontem o porta-voz da instituição afecta ao Ministério do Interior.

O superintendente de migração, Domingos Sebastião, disse que comparativamente à semana anterior registou-se um aumento de 55 estrangeiros expulsos pelas autoridades migratórias da província.

Deste número, disse Domingos Sebastião, 153 cidadãos foram expulsos através da fronteira fluvial de Quimbumba, no município do Soyo, 23 pela fronteira terrestre do Luvo (Mbanza Congo) e dois pela localidade fronteiriça do Minga, no município do Cuimba. Domingos Sebastião acrescentou que, durante o período em balanço, o SME na província do Zaire recusou a entrada no território nacional de sete cidadãos daquele país vizinho por falta de documentos, factos ocorridos nos postos fronteiriços terrestres do Luvo e Noqui.

Quanto às acções de combate à imigração ilegal, Domingos Sebastião informou que neste intervalo de tempo o Serviço de Migração e Estrangeiros deteve, nos municípios de Mbanza Kongo, Soyo, Nzeto e Cuimba, 162 cidadãos da RDC, por irregularidades migratórias.

A província do Zaire partilha 330 quilómetros de fronteira com a região do Congo Central, República Democrática do Congo.

11.4 Autoridades da Lunda norte garantem protecção aos refugiados

Jornal A Republica

19 De Maio de 2017

Texto: Armando Chicoca

Forças Armadas angolanas acusadas de apoiarem militares da RDC. Autoridades governamentais da Lunda Norte garantem protecção dos direitos de todas as crianças provenientes da República Democrática do Congo (RDC) que se encontram em Angola.

A garantia é do governador da província da Lunda Norte, Ernesto Muangala, em comunicado oficial.

No terreno, no entanto, alguns anciãos angolanos que vivem ao longo da fronteira entre os dois países dizem que algumas aldeias têm sido atacadas por militares da RDC em retaliação às baixas sofridas nos confrontos com as milícias.

Informações não confirmadas indicam que as forças de defesa e segurança de Angola têm sido acusadas de prestarem socorro às forças militares de Joseph Kabila, o que tem provocado reacção das milícias "kamuna nsapo" causando mortes nos seios das forças de defesa e segurança angolanas.

O governador da Lunda Norte, Ernesto Muangala reafirma que Angola não é parte do conflito.

O que o governo angolano está a fazer é defender a vida humana dos refugiados ao abrigo das convenções internacionais: sublinhou Muangala.

Fontes não-governamentais falam em mais de 25 mil refugiados.

11.5 Mais de um milhão de estrangeiros ilegais vivem em Angola

Jornal Liberdade

19 De Maio de 2017

Texto: Domingos Kinguari

O Estado angolano gasta por mês mais de um milhão de dólares norte-americanos para custear o repatriamento de cidadãos estrangeiros em situação ilegal, disse uma fonte do Serviço de Migração e Estrangeiro (SME) ao *Jornal Liberdade*. Terminamos a segunda e última parte da reportagem sobre a imigração em Angola.

A fonte disse a este semanário que cerca de um milhão de cidadãos estão a viver ilegalmente em Angola. Sem que as autoridades migratórias tomem quaisquer medidas contra os forasteiros que, se sentem melhor protegidos em Luanda, «muitos estão a adquirir a nacionalidade angolana, e estão inseridos na função pública, sobretudo nos hospitais. Daqui alguns anos os nacionais já não vão mandar, e os estrangeiros sobretudo os naturais da RDC vão nos dirigir», refere a fonte com bastante preocupação. Segundo a fonte do SME, a entrada do número excessivo de estrangeiros em Angola é facilitada por cidadãos nacionais, funcionários migratórios e por empresas que mantêm nos seus serviços trabalhadores ilegais. Algumas seitas religiosas foram igualmente apontadas como estando implicadas no esquema de recrutamento de estrangeiros.

Entretanto, a advogada Rosa Coimbra diz que a entrada de estrangeiros no país tornou-se num negócio que envolve desde cidadãos comuns a altos responsáveis do Executivo, das Forças Armadas, da Polícia Nacional e dos Serviços de Segurança do Estado.

«Eu vi deputados do MPLA, generais das Forças Armadas, da Polícia Nacional e dos Serviços de Segurança do Estado a defenderem os seus parceiros comerciais», revelou. A advogada denunciou que até mesmo juristas e advogados passaram a fazer parte do negócio de defender cidadãos imigrantes ilegais.

A fonte admitiu que neste momento já existem povoações habitadas maioritariamente por estrangeiros que se dedicam ao garimpo de diamantes, particularmente na Lunda-Norte, e mesmo em Luanda concretamente na zona Mártires de Kifangondo, no Golfe I, na subzona 18.

Asilados políticos têm interesses comerciais o Executivo angolano prestava assistência e protecção a 29.092 estrangeiros, sendo 15.842 refugiados e 13.250 requerentes de asilo acerca de quatro anos, e neste ano a situação agravou-se.

Estes dados foram avançados pelo ministro do Interior e coordenador da comissão Ângelo da Veiga Tavares, durante o seminário nacional sobre a problemática dos refugiados em Angola em 2013, afirmou que a maioria dos estrangeiros que requerem asilo fazem-no com interesse no exercício de actividades comerciais, garimpo e tráfico ilícito de diamantes, em concorrência com a prática de outros crimes. Para o ministro, estes actos constituem uma ameaça à paz, à estabilidade político-económica e ao desenvolvimento, e a segurança nacional.

O governante disse que a paz e os indicadores de prosperidade económica e social têm atraído vários elementos, principalmente da África Central e Ocidental, na busca de melhores condições ou fugindo da instabilidade e insegurança nos seus países de origem. «Este é um pressuposto para fundamentar o requerimento de asilo e obtenção do estatuto de refugiado», disse.

Uma fonte ligada ao Ministério do Interior disse que, o governante teceu estas duras declarações, sem ter tomado medidas, visto que os asilados continuam a proliferarem nas zonas diamantíferas, «não existe controlo ou mesmo rurgas para os ilegais que continuam na periferia a liderarem grupos de marginais que fazem assalto a mão armada», segundo se diz sem que haja alguma medida do órgão controlado por Ângelo da Veiga Tavares. O governante disse que a paz tem atraído vários elementos, principalmente da África Central e Ocidental, na busca de melhores condições ou fugindo, da instabilidade e insegurança nos seus países de origem. «Este é um pressuposto para fundamentar o requerimento de asilo e obtenção do estatuto de refugiado», asseverou.

Por seu turno, a especialista em Relações Internacionais Edna Bernardo, defendeu uma política de asilo comum na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), para a resolução de questões de protecção de refugiados na região.

A especialista pede articulação e coordenação entre as diferentes instituições governamentais e parceiros sociais, mas sublinha que a protecção internacional dos requerentes de asilo e de estatuto de refugiados é da responsabilidade conjunta dos Estados membros da SADC e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

Edna Bernardo reconheceu que, com o restabelecimento da paz em Angola e a estabilidade política, social, económica e os sinais de crescimento e de desenvolvimento a todos os níveis, os cidadãos de outros países têm como destino na busca de um padrão de melhor nível de vida, segurança e estabilidade. A temática dos requerentes de asilo e de estatuto de refugiado, disse a especialista em Relações Internacionais não é uma matéria que possa ser vista apenas sob a perspectiva migratória e administrativa.

A especialista de Relações Internacionais pediu o empenho e o reforço da capacidade das instituições governamentais e parceiros, visando a melhoria dos mecanismos de protecção e assistência aos requerentes de asilo e aos refugiados.

As questões relativas à protecção e assistência dos requerentes de asilo e refugiados devem continuar a ser analisadas numa perspectiva global. A Lei que regula juridicamente a situação dos refugiados em Angola está desactualizada do contexto de paz, estabilidade política, económica e social que o país vive», disse.

Imigração tira sono a Veiga Tavares o ministro do Interior Ângelo de Barros Veiga Tavares disse recentemente em Luanda, que tem já concluída a estratégia para o combate à imigração ilegal, que contempla a tomada de algumas medidas restritivas e punitivas, cuja aplicação poderá ser sentida por todos.

Realçou que o fenómeno da imigração ilegal, em Angola, vem ganhando contornos preocupantes, com implicações negativas na economia do país, no desenvolvimento social, cultural e religioso. Segundo afirmou, nos últimos tempos a instituição que dirige tem registado, com preocupação, que alguns cidadãos estrangeiros fazem tudo para a obtenção fraudulenta de documentos angolanos.

O governante advertiu as empresas que insistem em empregar cidadãos estrangeiros em situação migratória irregular que cessem imediatamente, e procedem ao seu repatriamento, sob pena de serem também sancionadas.

Guarda Fronteiras não dá tréguas a imigração ilegal

A 16a unidade da Polícia de Fronteira Marítima, afecto ao comando de tropas de Guarda Fronteira, através da fonte deste jornal, garantiu que a fronteira terrestre são mais violados por imigrantes da Guiné-Conakre e da Guiné-Bissau.

Justificou dizendo estes exploraram bem os rios e «lhes fica mais fácil, porque por terra eles têm muitos constrangimentos, por exemplo, imaginem que para saírem do Soyo até ao desvio, do Fulacanga, têm cinco ou sete barreiras. No Soyo para Luanda tem cerca de cinco a sete barreiras, eles não conseguem, não tem como transpor. A não ser que têm que utilizar um sistema como fizeram os outros. É chegar antes da barreira, descerem passarem pelo capim ou serem escoltados pelo capim, à um quilometro pegarem um transporte, também é outra hipótese. Mas na via marítima têm essa possibilidade, porque é uma via mais rápida e sem dificuldades», disse a fonte da Polícia de Guarda Fronteiras.

A fonte revelou que na orla marítima tem aparecido poucos imigrantes provenientes da RDC, «se aparecerem são alguns casos esporádicos, uma ou duas pessoas, vem por via terrestre ou então aparecem como tripulantes».

Disse ainda que no ano passado tiveram um saldo de 1500 detenções de imigrantes ilegais, «nesta altura houve um período de acalmia, mas acredito que estão a estudar outras formas de actuação. No primeiro semestre deste ano tivemos apreensão de quase 190 imigrantes, segundo trimestre, de 48 imigrantes. O povo também tem ajudado na passagem de informação e cor respondemos à necessidade do Estado».

Em relação aos dias de semana que mas entram imigrante, assegurou que, «temos tido mas violação da nossa zona marítima aos fins-de-semana. Acredito que é através deste modo operandi que eles pensam que nos fins-de-semana estamos a descansar, mas isto é mentira, é mesmo neste dia que nos intensificamos as nossas acções. Chegam aos fins-de-semana, porque fazem aproximadamente três dias, no Mwuanda até a barra do Dande. Partem numa terça-feira para chegarem na sexta-feira e as vezes atrasam um pouco, para chegarem no sábado. É nesta altura que intensificamos as nossas patrulhas. Anteriormente chegavam por volta das 23 horas as 00 horas, agora vêm às 18, mas também a hora variam», refere a fonte.

A fonte garantiu que é na época chuvosa que os imigrantes mas se movimenta, porque pensam que os efectivos patrulham pouco. Mas não param. «Sobre os equipamentos, é uma dificuldade geral, mas homens temos, contamos também com algumas lanchas que temos feito as nossas patrulhas, por isso é que temos estes resultados positivos».

11.6 Refugiados: ONU quer Governo a declarar situação de emergência na Lunda - Norte

Novo Jornal

05 De Maio de 2017

Texto: Ricardo Bordalo

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA) defende que o Governo angolano deve declarar situação de emergência na Lunda-Norte por causa do crescente fluxo de refugiados oriundos da província congolosa do Kasai, onde há mais de um ano se travam violentos confrontos entre as milícias locais e as forças de segurança do Estado.

Numa nota emitida nesta quinta-feira, 4, o UNOCHA justifica esta posição com a constatação de que as condições de acolhimento nos dois campos criados para o efeito são muito deficientes e a

capacidade de resposta das autoridades locais não mostra estar a ter a eficácia que a situação de emergência requer. "As autoridades locais têm capacidade limitada e não estão preparadas para o número de pessoas que já chegaram bem como as que se estima que venham a chegar ao país em breve", nota este escritório das Nações Unidas na mesma nota à imprensa divulgada pelo seu boletim online "Relief Web".

O mesmo texto avança ainda que são estimados entre 300 e 400 refugiados por dia a entrar na Lunda-Norte, embora, como o Novo Jornal online noticiou na quarta-feira, só no dia 2 de Maio, Entre as 09h00 e as 17h00 foram registadas mais de 1 200 chegadas, com mais de 400 crianças contabilizadas, sendo que a maioria apresenta sinais de carências diversas, inclui-lo alimentares e de serviços de saúde.

Perante este cenário, afirma ainda o UNOCHA, "infelizmente o Governo ainda não declarou uma situação de emergência", embora "o governo provincial já tenha emitido pedidos de ajuda", sendo evidente que uma ajuda humanitária de emergência é necessária". Em causa, admite o escritório da ONU que coordena as respostas humanitárias, está o apoio em matéria de saúde, alimentar, alojamento e higiene porque "os refugiados não vão encontrar, nas actuais condições, alimento, abrigo e cuidados de saúde necessários para as suas necessidades", incluindo a resposta mínima para garantir os direitos das crianças.

Recorde-se que o Governo angolano criou uma comissão multisectorial coordenada pelo governador provincial da Lunda Norte, que, entre outras iniciativas, está a recuperar o antigo campo de acolhimento do Nzaji, a 90 quilómetros do Dundo, que já serviu para acolher deslocados internos durante a guerra. Também o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) começou a enviar toneladas de material de apoio para a Lunda-Norte e a Unicef tem equipas no terreno para garantir o acolhimento mínimo às crianças e às suas famílias.

Embora as agências das Nações Unidas estimem que se encontrem actualmente cerca de 12 mil refugiados na Lunda Norte em fuga dos conflitos na província do Kasai Central, RDC, uma fonte ligada à comissão que trabalha no terreno garantiu ao Novo Jornal online que já são mais de 17 mil e estão a ser registadas chegadas diárias de mais de mil pessoas, o que, a manter-se este fluxo, em breve estará criada uma situação de difícil gestão.

A Lunda-Norte é um dos refúgios preferidos pelos milhares de habitantes das províncias do Kasai

Central e Oriental, na República Democrática do Congo (RDC), que procuram escapar dos confrontos armados entre as forças de segurança do país vizinho e as milícias tribais do antigo chefe tradicional Kamwina Nsapu.

Destes confrontos, motivados por razões relacionadas com o exercício do poder tradicional, já resultaram mais de 400 mortos e muito acima de um milhão de deslocados. A violência deflagrou em meados de 2016, quando o chefe tribal Kamwina Nsapu viu as autoridades de Kinshasa lhe negarem a autoridade administrativa que os chefes tradicionais têm na RDC, levando-o a organizar as milícias que ficaram conhecidas pelo seu nome.

Nsapu foi, entretanto, morto pelas forças de segurança em Agosto e, desde então, a violência alastrou a outras províncias a partir do Kasai Central, nomeadamente para o Kasai Oriental, sendo que os combates chegaram mesmo à beira da fronteira com Angola, havendo mesmo registo de confrontos entre as milícias e grupos da etnia Tchokwe, com forte presença em ambos os lados da fronteira.

Perante este quadro de imprevisibilidade, as Forças Armadas Angolanas deslocaram diversas unidades para a linha de fronteira e iniciaram contactos com as chefias militares congolezas para prevenir eventuais questões de soberania e estabelecer normas para lidar com as milícias nas zonas de fronteira. Entretanto, às autoridades angolanas já garantiram que estão a ser facilitadas as entradas de refugiados em território angolano e está a ser observada uma contenção das polícias de fronteira para lidar com a situação legal dos refugiados no país.

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

12.1 Catoca contribuiu em 2016 com 86% da produção diamantífera nacional

Jornal O PAÍS

4 De Maio de 2017

Texto: José Dias e Carlos Moco

Do total de E milhões E 662 mil quilates de diamantes produzidos no país em 2016, a Sociedade Mineira de Catoca foi responsável por uma contribuição de 7,2 milhões perfazendo uma quota de 86%.

Em dinheiro, esta cifra é equivalente a USD 593,6 milhões, que representa 60,3% dos USD 988 milhões 355 mil de receitas diamantíferas arrecadas pelo país.

O director geral da empresa, Sergei Amelin disse Sábado último, em conferência de imprensa, por ocasião do 27 de Abril, Dia do Mineiro angolano, que, em 2016, Catoca atingiu lucros líquidos na ordem dos USD 134 milhões, mais de 100% da previsão que situava-se em USD 131 milhões.

A empresa que, em 2015, atingiu os USD 117 milhões, prevê este ano (2017) facturar USD 140 milhões.

Uma outra aposta, segundo Sergei Amelin tem a ver com a redução dos custos operacionais em cerca de 10% este ano.

Em 2016, a empresa tratou igualmente de 10 milhões e meio de toneladas de minérios dos quais resultaram 7,2 milhões de quilates de diamantes.

A empresa também deu início às actividades no jazigo CAT 42 e às prospecções geológicas no projecto Luachi, cujos indicadores disse serem optimistas.

No resultado das actividades desenvolvidas nas novas minas, a empresa contratou praticamente quase 200 novos trabalhadores.

De acordo com Sergei Amelin, apesar de todas as dificuldades relacionadas com o aumento do preço do combustível e da carga tributária registou-se o aumento dos preços de todos os artigos no país, foi possível atingir todas as metas preconizadas.

Disse que com o aumento do imposto industrial de 6,5%, em 2015, para 16%, em 2016, a empresa pagou cerca de USD 10 milhões em tributos.

Para tal, a empresa modernizou a sua central de tratamento mineiro com a aquisição de um novo sistema de gestão de frotas Wenko de origem canadiana substituindo o anterior Smartmine, brasileira.

"Vamos continuar a luta para a redução dos custos operacionais. As centrais de tratamento foram modernizadas e estamos a trabalhar e a recuperar diamantes", frisou.

Investimento na modernização da central de tratamento para redução de custos Rómulo Mucase, chefe do sector de planeamento mineiro de Catoca, explicou as vantagens do novo sistema praticado na sala de controlo das operações mineiras.

Para si, o sistema Wenko de gestão de frotas, ainda em fase experimental, desde Abril de 2016, cuja aquisição orçou em USD 5 milhões, oferece várias vantagens do ponto de vista da optimização e gestão dos processos operacionais.

"Nós temos alguma experiência na utilização de sistemas similares, usamos desde 2003 um outro sistema denominado Smartmine, de origem brasileira, que está em fase de descontinuidade. A Wenko vem agregar valores porque na sua plataforma de funcionalidades tem algumas mais valias em relação à anterior", rematou.

Acrescentou que o sistema foi adquirido com vista a proporcionar mais optimização, reduzir o consumo de combustível, melhorar a gestão e a utilização da frota de equipamentos e buscar um custo operacional mais baixo.

Apontou como principais valias diferenciais em relação ao anterior sistema, a introdução do módulo de optimização, uma funcionalidade que permite a redução dos tempos de carregamento, transporte e ociosidade dos equipamentos.

Tem igualmente uma componente focada na manutenção que permite uma intervenção proactiva dos equipamentos em termos de manutenção.

"Por exemplo, ela não espera que o equipamento avarie para se fazer a intervenção. Tão logo o equipamento gerir sinais de que uma das funções mecânicas ' está comprometida, com níveis que demandem uma intervenção' o sistema gera um alarme e a intervenção é feita na hora, de forma proactiva", frisou

Com a função de controlar o nível de combustível, o sistema faz a leitura dos níveis de combustível em cada um dos equipamentos.

"Abastecer a máquina já não passa a ser segundo a vontade do operador como antes. Hoje, o sistema é que indica que o equipamento X precisa de abastecimento em função do nível de combustível que tiver no depósito", asseverou.

Segundo Rómulo Mucase, o retorno do investimento está estimado em um ano garantido com um aumento da produtividade em 3%.

"Estamos a utilizar o sistema em fase experimental desde Janeiro e já alcançámos um incremento da produtividade na ordem dos 5,5 por cento", acentuou.

A Sociedade Mineira de Catoca Lda é uma empresa angolana de prospecção, exploração, recuperação e comercialização de diamantes' constituída pela Endiama (Angola), Alrosa (Rússia) LLV (China) e Odebrecht (Brasil). Emprega cerca de 1979 trabalhadores nacionais.

12.2 Pólo de Desenvolvimento Mineiro vai reduzir as assimetrias regionais

Jornal Economia e Finanças
Maio de 2017

O secretário de Estado para o sector das Minas, Miguel, Paulino de Almeida, garantiu recentemente, em Luanda, que a criação dos Pólos de Desenvolvimento Mineiro (PDM) vão contribuir na redução das assimetrias regionais.

Durante a sua dissertação no sexto Conselho Consultivo do sector diamantífero, o Secretário de Estado fez saber que o Pólos de Desenvolvimento do Sector Mineiro têm previstas, entre outras prioridades, a criação de grandes reservas provadas de diamantes, a redução das assimetrias regionais, bem como a geração de sinergias para obtenção de vantagens competitivas no sector.

Para o secretário de Estado, o Pólo de Desenvolvimento Mineiro vai privilegiar o reconhecimento e prospecção de depósitos aluvionares e kimberlitos, além da elaboração de mapas geológicos do potencial diamantífero do país, bem como a exploração de depósitos aluvionares e

kimberlitos, aliados à criação de condições e incentivos para a capacitação de parcerias.

Estado actual

No domínio da prospecção, o governante sublinhou que actualmente o sector conta com o concurso da consultora Russa Alrosa, que se ocupa ao estudo geológico e mapeamento do sector com realce para as zonas de Luangue (Lunda Norte) e Luaxe (Lunda Sul).

Já na prospecção secundária, a diamantífera angolana conta com parceria de várias empresas nacionais e estrangeiras.

A Endiama Mining participa do capital social das sociedades mineiras na exploração de Kimberlitos e Aluviões. Já como operadora do sector actua nos projectos de Cambange.

Localização

Quanto à localização, o consultor do Ministério de Geologia e Minas, Paulo Niva Tanganha, sublinhou que estão identificados três Pólos de Desenvolvimento Mineiro, nomeadamente, o Projecto de Exploração de Fosfato nas províncias de Cabinda e Zaire, o de exploração de Ferro nas províncias do Cuando Cubango, Huíla e Cuanza Norte, bem como os projectos de exploração de rochas ornamentais nas províncias da Huíla, Namibe e Cuanza Sul.

De acordo com o responsável, a sua implementação passa fundamentalmente por seis fases principais, nomeadamente, a criação das condições básicas, formalização, atracão de operadores, criação de capital de conhecimento, maturidade, declínio e renovação. Quanto aos modelos de financiamento, sublinhou que pode ser por via da parceria público-privada.

Segundo avançou, o Pólo de Desenvolvimento (PD) consiste na concentração física e sectorial de empresas em diferentes sectores da cadeia de valor e actividades de suporte e outras instituições interligadas e cooperantes, centros de formação e unidades de pesquisa e desenvolvimento, a partir das quais são, geradas sinergias e aumentos de eficiência, com base em projectos assentes em inovação e colaboração entre diferentes empresas, visando obter vantagem competitiva regional na área de actuação:

Dados saídos do Conselho Consultivo dão conta que os Planos de Desenvolvimento vão ser alocados nos arredores da cidade de Saurimo, no raio de influência do Kimberlito de Luele, concessão do Luaxe. Já o segundo está previsto para a Vila do Cafunfo devido

ao potencial dos Projectos do Cuango, Lulo Luminar e Centenas de Kimberlitos.

Factores de sucesso

O consultor do Ministério, Paulo Tangonha, ressaltou a mão-de-obra qualificada, a criação de infra-estruturas, integração dos trabalhadores nos projectos comunitários, fomento da agricultura; prioridade às compras locais e incentivo à abertura de instituições bancárias, além da definição de regras e criação de condições legais para a atracção de investimentos. Por sua vez, o director-geral do Cinfotec, Gilberto Figueira, aproveitou a ocasião para explicar que a sua instituição pode formar quadros do sector de minas.

12.3 Produção diamantífera supera as expectativas

Jornal Economia e Finanças

5 De Maio de 2017

Texto: André Sibi

O sector diamantífero o produziu, no exercício de 2016, uma' receita bruta estimada em 108 mil milhões de quilates de diamante, o equivalente, aproximadamente, a mil milhões de dólares norte-americanos. A informação foi avançada pelo secretário de Estado da Geologia e Minas.

Miguel Bondo Júnior, que falava durante o sexto Conselho Consultivo' do Ministério de Geologia e Minas, que visou analisar a implementação da Estratégia do Executivo para o sector da Geologia e Minas, disse que deste valor 9,021 mil quilates de diamante representam o volume de diamantes produzidos e comercializados durante o ano passado.

Sobre o preço do diamante, durante este período, disse ter rondado os 120 dólares por quilater e gerou receitas fiscais orçados em 77 milhões de dólares. O sector industrial foi responsável pela produção de mais de oito milhões de quilates de diamantes, ao passo que a produção artesanal ultrapassou os 35-8 mil de quilates de diamantes.

Entre os principais destinos do, diamante produzido em Angola, o governante indicou países como Emiratos Árabes, Unidos, Israel, Bélgica e Suíça.

O quadro comparativo mostra que em 2016'a produção diamantífera, em toda extensão do território nacional, registou uma ligeira descida em relação ao mesmo período em 2015, altura em que se cifrou nos 1182 quilates ano. Com este indicador, as receitas registaram uma descida de nove por cento, o

que reduziu, igualmente, as receitas brutas em iguais percentagens.

Metas

Para 2017, a meta do sector é reforçar a parceria estratégica entre a diamantífera nacional e a homóloga Russa AIrosa, no âmbito das actividades de Prospecção. Por outro, interpretar os dados a érofísicos, geofísicos e terrestres, bem como as sondagens.

Além disso, consta igualmente, das perspectivas do sector o tratamento destas mostras de grande volume com destaque para o Kimberlito de Luaxe, bem como o lançamento das actividades' do kimberlito de CAT E42, sem deixar de parte o arranque do projecto Cangandala e início das actividades de produção no projectos Furicauma e Cacama ambos na Lunda Norte.

Comparado à mina mãe, em exploração há cerca de 20 anos, CAT 42 é uma espécie de filho, por existir" muita diferença com a "mina mãe".

A entrada em funcionamento, do CAT-E42 pode gerar receitas, brutas de aproximadamente 200 milhões de dólares, nos próximos quatro anos, altura prevista para o início da exploração do projecto Luaxe, situado há cerca de 40 quilómetros, cujo kimberlito é "considerado o terceiro maior a nível do mundo" a nova mina de Catoca

"agrega valores" no volume de produção e garantia de reserva de diamantes. Prova a determinação da empresa em prol da "minimização de custos para maximizar lucros".

A criação de pressupostos que viabilizaram o arranque hoje, da mina foi um processo faseado. Iniciou a partir de 2015, a recolha e tratamento de "amostras de grande volume" e outros parâmetros técnicos.

Produção artesanal

Dados postos a circular durante a prelecção indicam que o país conta com 60 cooperativas diamantíferas, que criaram mais de três mil postos de trabalho, dos quais 29 cooperativas em funcionamento efectivo, 11 em fase de implantação e mobilização e 20 em processo de criação.

Até à presente data, estão identificados 10 projectos mineiros em prospecção e 15, em fase de exploração. A província da Lunda Norte continua a liderar a lista de concessões diamantíferas à disposição dos investidores com um total de 54, seguido pela Lunda Sul com 33 concessões, ao paço que a província de

Malanje, conta com 27 ~ Bié detém 25, concessões diamantíferas.," A província de Moxico surge com 19 concessões, Uíge 10, Cuando Cubango com oito, Huíla e Cuanza Sul com sete concessões, respectivamente.

Seguem-se as províncias de Huambo, Zaire e Cunene com duas concessões ao passo que a província do Namibe aparece na cauda com uma concessão diamantífera.

12.4 Rochas ornamentais aumentam receitas fiscais na ordem dos 65,08%

Jornal O PAÍS

09 De Maio de 2017

Texto: Borges Figueira

A Produção de Rochas ornamentais nas pedreiras das províncias do Cuanza-Sul e da Huíla registou um crescimento nas receitas fiscais na ordem dos 65.08% durante o mês de Março, correspondentes a mais de USD um milhão' assinala o Ministério da Geologia e Minas.

Segundo o documento, o subsector das rochas ornamentais (granitos, mármore, xisto quartzitos e calcário), com uma produção de 4 mil e 165 metros cúbicos, correspondentes a 740 blocos, em 13 pedreiras, das 21 activas na região, nas quais participam 12 empresas especializadas no subsector é o que mais produziu.

No período em análise, a região da Huíla manteve a liderança na produção de rochas ornamentais em Angola, com uma contribuição de 74%, seguindo-se a do Cuanza-Sul com 25% e o Namibe com 01%.

No que concerne à exportação, o sub-sector atingiu uma cifra de 5 mil e 924 metros cúbicos, permitindo-lhe arrecadar USD um milhão e 666.452, receita superior à exportação efectuada no mês de Fevereiro do ano em curso que foi de 3 mil metros cúbicos, o que representa USD 679.389, um aumento do volume na ordem de 81,55%, e em valor de 145.29%. De acordo com informação a que OPAÍS' teve acesso, o Ministério da Geologia e Minas refere ainda que durante o período homologado de 2016, em que a exportação em volume foi de 475 metros cúbicos, com um montante de USD 95.979, registou um aumento de 1.636% em valor.

Países como a Espanha importaram de Angola 92,14%, China 3,70%, Índia 1,98% e Namíbia três por cento, sendo assim os principais destinos das rochas ornamentais produzidas em Angola. Durante o primeiro trimestre do ano em curso foram

exportados 13 mil e 922 metros cúbicos de rochas ornamentais, tendo permitido a arrecadação de USD 3 milhões e 620. 456.

A comercialização interna foi de 370 metros cúbicos e permitiu a arrecadação de 6 milhões e 578.728 Kwanzas. Durante o mês de Fevereiro de 2017, foram produzidos 13 mil e 441 metros cúbicos de granitos, mármore, xisto quartzitos e calcários.

As empresas que operam no subsector das rochas ornamentais empregam actualmente 809 trabalhadores, 707 dos quais são nacionais (87%) e 102 expatriados (13%), os funcionários expatriados exercem essencialmente as funções de encarregado geral ou de director técnico.

A província da Huíla detém 60% de empregos gerados, seguida pelo Namibe com 28%, o Zaire com 11% e o Cuanza-Sul com 1%.

12.5 Parceira russa nas minas

Jornal Economia e Finanças

12 Maio de 2017

A Alrosa vai manter os projectos para Angola, apesar do actual contexto económico adverso, conforme garantiu esta semana, em Luanda, o presidente da multinacional russa de diamantes, Sergei Ivanov, realçando que os investimentos de mais de mil milhões de dólares anunciados, em 2015, pelo antigo responsável máximo da empresa vão ser concretizados em breve.

Em declarações à imprensa no final do encontro com o Vice-Presidente da República, Manuel Vicente, Sergei Ivanov anunciou que decorrem os estudos técnicos e de viabilidade económica do maior projecto diamantífero em Angola, o Luachi, em parceria com a estatal Endiama.

Sergei Ivanov veio a Angola para discutir com as autoridades a aplicação dos investimentos e redefinir a arquitectura de alguns projectos para um melhor enquadramento ao panorama económico actual.

O presidente da Alrosa falou também dos investimentos em Catoca, que se tornaram ao longo dos anos auto-suficientes, pelos resultados positivos e, também, pela solidez com que se apresenta.

"Catoca já não precisa de novos investimentos", disse Sergei Ivanov, para acrescentar que todos os investimentos vão ser direccionados para outros projectos diamantíferos, com realce para o do Luachi.

A AIrosa e a Endiama são parceiras e accionistas estratégicas no projecto Catoca.

O gestor explicou que os projectos em causa entram em operação entre 2018 e 2019. Por enquanto, decorrem os estudos técnicos e avaliações económicas dos mesmos.

"Só depois deste processo, já em curso, é que vamos investir na produção", assegurou.

Visão das empresas

As empresas de exploração diamantífera angolana Endiama e a russa AIrosa anunciaram esta semana, em Luanda, a realização de estudos para a promoção de investimento adicionais à exploração de kimberlitos em Angola.

Dados disponibilizados dão conta que o negócio com Angola prospera e os dados indicam que 2016 foi melhor que o ano anterior pelos lucros líquidos de 137 milhões de dólares, bem como pela qualidade dos diamantes extraídos.

Por esta razão, Sergei Ivanov disse acreditar que no ano de 2017 poderá verificar-se uma melhoria no que toca à receitas em termos de divisas resultantes da venda de diamantes, em função da conjuntura económica que é mais favorável

O presidente do Conselho de Administração da Endiama, Carlos Sumbula, afirmou que as perspectivas de investimento, em parceria com a maior companhia diamantífera do mundo, são boas, mas que estão ainda por se determinar os montantes pelo facto de isso depender dos resultados dos estudos técnicos e económicos em curso.

Apontou, a título de exemplo, o projecto Luachi onde decorre a amostragem de "grande volume" para que seja feito o estudo de viabilidade técnico e económica e o projecto de prospecção do Kimangue, onde, com helicópteros a baixa altitude, decorre levantamento aéreo magnético para descobrir mais kimberlitos.

Carlos Sumbula reafirmou que os trabalhos na mina do Luachi, tida como uma das maiores comparada até ao de Catoca, decorrem de acordo com a programação e pode ser aberta em finais de 2018 ou princípios de 2019.

Declarou, por outro lado, que a Endiama continua a manter compromissos sociais, e actualmente, apoia, na Lunda Norte, o Governo na assistência às populações locais e aos refugiados vindos da vizinha República Democrática do Congo, em alimentos, chapas de zinco, e outros bens.

A Alrosa é um grupo russo de empresas de mineração de diamantes, tida como o maior empresa do ramo no mundo. Está envolvida na exploração, mineração, fabricação e venda de diamantes. Detêm 95 por cento da produção nacional e 28 da extracção mundial de diamantes. Possui a maior reserva mundial de diamantes em bruto, suficientes para pelo menos mais 18 anos de produção.

Produção diamantífera

A produção de diamantes no país poderá aumentar de nove para 13,8 milhões de quilates/ano, no período 2017-2022, no quadro do desenvolvimento e modernização da indústria extractiva, com base no programa de Governo do MPLA para os próximos cinco anos, apresentado esta semana em Luanda.

De acordo com o programa, o partido garante adoptar medidas de política para o aumento da produção de rochas ornamentais de 59,8 para 104,6 mil metros cúbicos/ano.

Para o ciclo governativo 2017-2022, o programa prevê igualmente o arranque do projecto de produção de ferro gusa com 420 mil toneladas/ano.

Nesta período, inicia também o projecto de exploração de mineiro de ferro, com uma produção de 1,7 milhões de toneladas/ano, ouro com 25,6 mil onças/ano e o fosfato com 1,3 milhões de toneladas/ano.

12.6 Cooperativas exploram diamantes

Jornal de Angola

15 De Maio de 2017

Texto: Carlos Paulino

Um total de trinta cooperativas foram autorizadas pelo Governo do Cuando Cubango a exercerem a actividade de prospecção, exploração artesanal e semi-industrial de diamantes no município de Mavinga, a 400 quilómetros da cidade de Menongue, capital da província.

O director provincial da Indústria, Geologia e Minas disse que o Governo autorizou igualmente quatro empresas para exercerem o mesmo tipo de actividade no município do Cuchi.

Bento Xavier explicou que, neste momento, as 30 cooperativas de Mavinga estão na posse das respectivas cartas conforto, um documento que é homologado pelo governador da província e que lhes permite exercer os trabalhos de exploração, enquanto

se aguarda pela versão final de toda a documentação junto do Ministério da Geologia e Minas.

O responsável disse que este mecanismo (criação de cooperativas) está ajudar a acelerar o combate à exploração ilegal de diamantes no município de Mavinga, onde, recentemente, uma operação policial desmantelou centenas de garimpeiros da República Democrática do Congo (RDC), que se dedicavam ao exercício da actividade sem qualquer autorização.

O director acrescentou que a Direcção Provincial da Indústria, Geologia e Minas foi orientada a Partir do Ministério de tutela, a ceder os espaços às cooperativas devidamente legalizadas, como forma de contrapor o garimpo ilegal.

Para ele, a criação de cooperativas traz grandes benefícios à província, no que à arrecadação de receitas diz respeito para a construção de escolas, postos de saúde, habitação social, entre outras infra-estruturas sociais, que vão melhorar as condições de vida das populações das localidades em que estiverem a trabalhar.

Bento Xavier destacou que outro ganho será o aumento das receitas para os cofres do Estado, criação de muitos postos de trabalho e o repovoamento dos municípios de Mavinga e do Cuchi.

Os resultados preliminares das pesquisas realizadas na província no quadro do Plano Nacional de Geologia (Planageo) são animadores, pois, "o Cuando Cubango possui grandes jazidas de Kimberlitos nas zonas de Mavinga e outros recursos minerais, como ouro, cobre, petróleo e ferro em diferentes pontos da província", referiu.

O responsável lembrou que a grande aposta do Ministério da Geologia e Minas é fazer com que o sector mineiro seja alternativa do petróleo que trazia as divisas no país. Com base nos recursos minerais identificados na província, vão surgir grandes empresas multinacionais e internacionais para a sua exploração. "Nós precisamos de grandes empresas, que possam investir na província e, por este facto, é necessário estarmos abertos a qualquer iniciativa empresarial, seja nacional ou estrangeira que querem explorar os recursos minerais de modo a que o país possa voltar a ter divisas para a implementação de grandes projectos sociais", disse. Bento Xavier ressaltou Que numa altura em que todos os angolanos estão a sentir os efeitos da crise económica, devido sobretudo à escassez de divisas no país, é necessário que as empresas nacionais criem parcerias com empresários

estrangeiros, para que o dólar volte a entrar em grande quantidade em Angola.

Informações não confirmadas dão conta da existência de garimpo de exploração de ouro e cobre em alguns municípios da província do Cuando Cubango, algo que Bento Xavier promete investigar nos próximos dias, com vista a pôr fim a um fenómeno que acarreta muitas consequências para a economia do país e da província em particular.

Neste momento, o Ministério da Geologia e Minas já está a trabalhar na elaboração de um diploma para a criação de reservas de recursos minerais, para que possam ser explorados de forma racional e beneficiar também as próximas gerações.

12.7 Venda de diamantes rende mais de USD 250 milhões a Angola

Journal O PAÍS

15 De Maio de 2017

De acordo com dados compilados pela Angop com base nos relatórios de venda de diamantes publicados pelo Ministério das Finanças, neste período foram também arrecadados para os cofres do Estado, 4 biliões, 188 milhões, 755 mil e 73 kwanzas, através do imposto industrial e pagamento dos Royalties.

O valor pago em média por cada quilate de diamante foi de USD 113.43 (Janeiro), 111,87 (Fevereiro) e USD 123 (Março).

Em comparação com o período homólogo de 2016, observa-se uma redução nas vendas de 25 mil e 992 quilates de diamantes, uma vez que naquele período foram vendidos 2 milhões, 183 mil e 148 quilates. Em termos de arrecadação de receitas para os cofres do Estado, de igual modo, nota-se a redução de USD 33 milhões, 617 mil e 862.

No primeiro trimestre de 2016, foram arrecadados para os cofres do Estado, USD 284 milhões, 75 mil e 129, de acordo com dados compilados.

Naquele período, o valor pago em média por cada quilate de diamante foi de USD 116,95 (Janeiro), 158,52 (Fevereiro) e USD 119,73 (Março).

O sector diamantífero no país produziu em 2016,9 milhões e 21 mil quilates de diamantes, ultrapassando a meta preconizada pelo Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, fixada em 9 milhões de quilates.

Importa referir que o Programa de Governo do MPLA 2017/2022, caso ganhe as eleições de 23 de Agosto, prevê aumentar a produção de diamantes no país de 9 milhões de quilates para 13,8 milhões de quilates por ano, no quadro do Desenvolvimento e modernização da indústria extractiva.

12.8 Produção de Diamantes em Março resulta em USD 90 milhões

Jornal O PAÍS

18 De Maio de 2017

Texto: Borges Figueira

A produção total de diamantes durante o mês de Março do ano em curso, cuja cifra foi de 719 mil e 719,96 quilates, permitiu a arrecadação de uma receita bruta de USD 88 milhões e 578 mil e 256,93, o que representa um preço médio de USD 123,07 por quilate, avançou o Ministério da Geologia e Minas, em comunicado, nesta Segunda-feira, em Luanda.

De acordo com o mesmo documento, durante o período em análise registou-se uma produção industrial de 714.735,97 quilates, que resultou na arrecadação de uma receita bruta de USD 87 milhões e 245 mil 974,54, ao preço médio de USD 122,07 por quilate. Comparativamente com o mês de Fevereiro de 2017, cuja produção foi de 765 mil e 538,38 quilates, no valor de USD 83 milhões e 936 mil 202,94, ao preço médio de USD 109,64 por quilate, onde se registou uma redução de cerca 6,64%, e um aumento no valor de 3,94% no mês seguinte (Março).

Segundo ainda a nota de imprensa, a redução deve-se ao facto da produção de Catoca ter registado uma diminuição na ordem dos 9,67% da sua produção em relação ao mês anterior, motivada pela qualidade das pedras de diamantes provenientes dos projectos Camutue, Lulo, Somiluana e Luminas.

A produção industrial de diamantes teve proveniência de nove minas das doze em exploração, sendo as minas de Catoca (620.463,20 quilates), Cuango (32.058,38 quilates), Chitotolo (19.110,20 quilates), Somiluana (13.349,46 quilates), Calonda (8.818,99) Camutue (7.886,97), Luo (6.687,56), Luminas (4.809,22) e Lulo (2.945,86).

o que concerne à produção artesanal, registou-se quatro mil e 983,99 quilates no total e uma receita bruta de comercializada no valor de USD um milhão e 332 mil 282,39, ao preço médio da produção artesanal de USD 267,31 por quilate, comparativamente com as compras registadas no mês de Fevereiro, cuja cifra foi de 30 mil e 514,67 quilates,

no valor de USD cinco milhões e 119 e mil 900,14, ao preço médio de USD 167,78 por quilate, registou-se uma redução no volume de 83,67% e em valor de 73,98%.

A participação de apenas uma operadora, a escassez de divisas no mercado está na origem desta redução, no que concerne a compra de diamantes e consequente diminuição das receitas provenientes deste segmento do mercado de diamantes, para além de continuar a observar-se um escoamento ilícito do produto principalmente pelas fronteiras com a Republica Democrática do congo.

12.9 Comissão multisectorial analisa reassentamento

Jornal de Angola

21 De Maio de 2017

Texto: Isidoro Samutula

O ministro da Assistência e Reinserção Social, Gonçalves Muandumba, esteve durante dois dias na província da Lunda Norte, para analisar com os organismos do sistema das Nações Unidas a execução imediata de tarefas que visam a transferência e reassentamento dos refugiados da República Democrática do Congo (RDC) dos centros de acolhimento provisórios para o município do Lóvua, onde se pretende construir um acampamento definitivo, com capacidade para acolher 30 mil pessoas.

O comunicado final do encontro entre a Comissão Multisectorial do Governo central encabeçada pelo ministro da Assistência e Reinserção Social e os organismos do sistema das Nações Unidas indica que as partes definiram as tarefas imediatas que devem começar a ser realizadas nos próximos dias. O documento determina que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a UNICEF, JRS e Caritas vão trabalhar na desmatação, instalação das tendas, latrinas e abertura de furos de água no novo acampamento de refugiados.

O Governo Provincial da Lunda Norte, por sua vez, deve criar mecanismos para transferir, de forma ordeira, os refugiados dos centros provisórios do Mussungue e Cacanda para o centro de acolhimento do Lóvua. O ACNUR e o Governo angolano, refere ainda o documento, devem garantir o fornecimento de bens alimentares e não alimentares, transportes pesados, ligeiros e Caminhões cisternas e encorajar as autoridades da RDC a criar centros de acolhimento para os deslocados nas províncias sem conflitos, para acolher os refugiados que se encontram na Lunda Norte.

De acordo com o entendimento alcançado no Dundo, a garantia da assistência médica e medicamentosa aos refugiados é da responsabilidade dos Médicos Sem Fronteiras, UNICEF, ACNUR, OMS e o Governo angolano.

A oficial de ligação do ACNUR, PierringiAtchakeAwlara, disse ser necessário agir de forma concreta e imediata relativamente as tarefas a serem feitas, para que a comunidade internacional não responsabilize nenhum dos envolvidos no processo. Pierringi Awlara, considerou o documento de atribuição de tarefas como um instrumento de trabalho que coloca as fundações da colaboração e cooperação de todos os agentes envolvidos no processo.

O ACNUR pediu ao Executivo angolano para continuar o "bom trabalho" que tem vindo a desenvolver para a salvaguarda da imagem do país perante a comunidade internacional. Quando um cidadão decide fugir para outro país, referiu PierringiAwlara, ninguém o deve impedir, por se tratar de uma questão de vida ou morte.

Pierringi Awlara defendeu que as autoridades angolanas mantenham aberta a fronteira com a República Democrática do Congo, para salvar vidas. "É desumano ver crianças inocentes com os membros amputados", referiu a oficial de ligação do ACNUR, que se sentiu comovida com uma criança recolhida na fronteira com ferimentos graves.

Pelas informações que o ACNUR detém a partir da RDC, ainda muitos refugiados vão chegar à Lunda Norte nos próximos tempos.

Um outro membro do ACNUR ligado à assistência regional da África Austral, Adan Ilmi, reconheceu que a resposta do Governo angolano foi muito rápida.

Adan Ilmi afirmou que a área do Lóvua, identificada de forma conjunta e com certificação dos serviços de desminagem, é um lugar que reúne consenso, mas precisa de um grande investimento para que se possam criar as condições necessárias para acolher os refugiados. "O lugar está identificado. Precisamos de levantar a bandeira para conseguirmos recursos financeiros", defendeu Adanllmi, anunciando a colocação de meios técnicos a partir da próxima semana para que as obras do novo centro possam arrancar.

Mais refugiados atualmente, o número dos refugiados da RDC na Lunda Norte aproxima-se dos 25 mil. Mas as Nações Unidas dizem que enquanto a situação de conflito naquele país vizinho se mantiver,

o número vai aumentar substancialmente. Isso vai precisar de muita energia e colaboração da comunidade internacional para garantir os apoios necessários.

Para fazer frente a este desafio, o ministro angolano da Assistência e Reinserção Social destacou o empenho dos diferentes actores neste processo e defendeu que se continue a coordenar as tarefas entre as autoridades do Governo angolano e o sistema das Nações Unidas, para garantir uma assistência adequada aos refugiados da República Democrática do Congo.

Gonçalves Muandumba disse que a preocupação com os refugiados tem mobilizado o país e levou a constituição da comissão interministerial com vista a dar respostas imediatas ao problema e acompanhar a situação que se verifica na província da Lunda Norte.

O ministro realçou o comprometimento das organizações internacionais que intervêm neste processo para encontrar soluções que garantam a transferência dos refugiados para instalações de acolhimento definitivas, com melhores condições de acomodação.

Integraram a delegação multisectorial que visto u a província da Lunda Norte os secretários de Estado do Interior, Assistência e Reinserção Social, da Agricultura, Saúde, Administração do Território, e das Relações Exteriores.

Durante dois dias, a delegação e representantes dos organismos do sistema das Nações Unidas visitaram o posto fronteiriço do Txissanda, os centros de acolhimento de Mussungue e Cacanda e o hospital David Bernardino, na centralidade do Mussungue.

12.10 Endiama e Alrosa assinam contrato para investimento na minha do Luaxe

Jornal O PAIS
24 De Maio de 2017

Fruto do novo acordo de aproximação entre Angola e a Rússia, a exploração diamantífera na mina do Luaxe vai ganhar outro impulso nos próximos tempos.

O documento foi assinado pelo presidente do conselho de administração da Endiama, Carlos Sumbula, e pelo director da Alrosa, Sergey Ivanov, na presença do vice-primeiro ministro da Federação da Rússia, Yuri Trutnev, que se encontra em visita de trabalho ao país. Ainda no âmbito da viabilização do projecto do Luaxe, os signatários assinaram também

a Escritura Pública de constituição da Sociedade Mineira do Luaxe e o Memorando de Entendimento entre a Endiama e a AIrosa.

Em declarações à imprensa, Carlos Sumbula informou que o valor do investimento vai depender do estudo de viabilidade técnico-económico do projecto, que está a ser realizado, para depois se mobilizarem os financiamentos para montagem da central de tratamento.

Nesta perspectiva, salientou que, após o estudo estar concluído, se passasse à fase de mobilização de financiamento no mercado aberto.

"Fizemos com que Catoca seja parceira do Luaxe, com a ajuda da AIrosa e o Banco VTB, o que vai permitir a busca de financiamento no mercado aberto", disse.

Relativamente ao Memorando de Entendimento, referiu que o mesmo consiste em implementar acções no domínio da prospecção e do levantamento aeromagnético com helicópteros.

Porseuturno, Sergeylvanov realçou que, em cumprimento das orientações do Presidente da República de Angola e do governo da Rússia, estão a ser realizados trabalhos intensivos relativamente ao reforço de cooperação entre os dois países.

"Posso garantir aos nossos parceiros que vamos reforçar a cooperação na área produtiva, fazendo recurso às indústrias russas com tecnologia que podem ser implementadas no solo angolano com vista ao aumento - de postos de trabalho e receitas fiscais", disse.

Luaxe, que se situa na província da Lunda Sul, é considerado um dos maiores kimberlitos de Angola e dista a cerca de r 20 quilómetros da mina de Catoca, sendo esta a quarta maior do mundo.

O Luaxe é uma concessão mineira que contará com a participação das empresas Endiama E.P e AIrosa ambas com a quota de 8 % cada, Catoca com 50,5 %, Artcon com 23,3%, Makakuima com 5,2% e Kollur com 5%. Luaxe é um kimberlito superior a Catoca, que vai duplicar a produção de oito para dezasseis milhões de quilates por ano, gerando cerca de 2 mil postos de trabalho. A mina de Luaxe poderá ter um tempo útil de vida de 40 anos. Com uma produção anual de 8 milhões de quilates, poderá também dobrar a facturação anual, que ronda actualmente USD 1.000 milhões.